

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

157 out./dez. 2007

Sumário

5

Carta do editor

Entrevista

6

Desafios
e perspectivas

Jaques Wagner

Artigos

10

Conceitos
e preconceitos no
debate sobre o Bolsa
Família

André Pomponet

26

Desenvolvimento local:
qual a margem de
manobra?

José Geraldo dos Reis
Santos

52

Estrutura fundiária
do estado da Bahia:
a espera do novo censo

Livia S. Santos

16

O emprego formal
segundo os Territórios
de Identidade da Bahia

Flávia Santana Rodrigues

38

Situação do mercado de
trabalho baiano em 2006

Daniela Franco Cerqueira
Laumar Neves de Souza
Luis André de Aguiar Alves

64

Qual o destino das
exportações baianas?

Rodnei Fagundes Dias

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

RONALD DE ARANTES LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria
Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figuerôa,
Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas
Mendonça, José Geraldo dos Reis Santos, José
Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Sou-
za, Marcos Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Edmundo Sá B. Figuerôa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira (coordenador)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto,
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento, Fabiana Ka-
rine Pacheco dos Santos, Joseanie Aquino Men-
donça, Patrícia Cerqueira, Nícia Moreira da Silva
Santos, Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO

Luís Fernando Sarno

PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA

Coordenação de Disseminação de Informações –
CODIN
Márcia Santos (coordenadora), Dóris Serrano,
Elisabete Cristina Barretto, Julio Vilela, Mariana
Oliveira, Nando Cordeiro, Ramon Brandão.

FOTOS

Agecom/Manu Dias

DESIGN GRÁFICO/EDITORAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

Os artigos publicados são de inteira responsabi-
lidade de seus autores. As opiniões neles emiti-
das não exprimem, necessariamente, o ponto de
vista da Superintendência de Estudos Econômi-
cos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a repro-
dução total ou parcial dos textos desta revista,
desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's Inter-
national Periodicals Directory e no Qualis.

Sessão especial

72

Nova Série do PIB
baiano: 2002/2005

COREF/DISTAT

Ponto de vista

76

Universidade nova
na Bahia

Naomar de Almeida Filho

Investimentos na Bahia

78

Para o Eixo Metropo-
litano estão previstos
cerca de R\$ 5,7 bilhões
em investimentos

82 Livros

84 Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

95

Indicadores Econômicos

102

Indicadores Sociais

112

Finanças Públicas

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

Trimestral

ISSN 1413-1536

CDU – 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º and. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

BAHIA EM ANÁLISE

A linha editorial da SEI
que analisa os dados pra você



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.

Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do Estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



FAÇA DOWNLOAD GRATUITO NO SITE
WWW.SEI.BA.GOV.BR/PUBLICACOES OU
ADQUIRA NA BIBLIOTECA RÔMULO
ALMEIDA - SEI. TEL: 71 3115-4748
WWW.SEI.BA.GOV.BR


SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA


TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Carta do editor

A revista Conjuntura & Planejamento presenteia o seu público leitor trazendo na edição 157 uma entrevista inédita com o Governador da Bahia, Jaques Wagner. Mantendo a sua linha editorial, aborda sobre os diversos aspectos que norteiam as ações sociais, econômica e de gestão do Estado nos próximos quatro anos.

Seguindo essa premissa, o Governador fala sobre as suas expectativas para o crescimento do estado, os mecanismos utilizados para atração de novos investimentos, o processo de descentralização e interiorização do desenvolvimento, guerra fiscal e geração de emprego, dentre outros. Nesse aspecto, o objetivo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI ao entrevistar o chefe do executivo baiano é dar condições para que o público da C&P possa conhecer as propostas e metas da nova gestão do governo estadual.

Na seção Ponto de Vista, tem-se a explanação do Reitor da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Naomar de Almeida Filho, que aborda sobre os aspectos norteadores de um movimento que se convencionou chamar de Universidade Nova. Essa proposta de transformação da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira surge na Bahia, e tem como projeto a implantação de um regime de ciclos e módulos na educação superior. De acordo com o Reitor, nesse novo modelo, a universidade brasileira ganhará mais eficiência e qualidade em seu papel de instituição formadora e produtora de conhecimentos.

Na seção de artigos são contemplados trabalhos que versam sobre o desenvolvimento local, a questão do Bolsa Família, o emprego formal no contexto dos Ter-

ritórios de Identidade do estado da Bahia, etc. Esses artigos trazem a idéia subjacente da necessidade de se rediscutir o papel da política econômica realizada no Brasil.

No artigo intitulado **“Desenvolvimento local: qual a margem de manobra?”**, José Geraldo dos Reis Santos, Diretor geral da SEI, discute as possibilidades, limites e experiências do desenvolvimento local. Ao trabalhar a questão nos seus aspectos mais amplos, o autor contribui para esclarecer as principais questões concernentes a esse assunto.

O outro artigo analisado é **“Conceitos e preconceitos no debate sobre o Bolsa Família”**, o autor André Pomponet analisa o debate contemporâneo acerca da eficácia do programa Bolsa Família. Ao abordar as controvérsias sobre as formas mais adequadas de erradicar a pobreza, busca dirimir algumas dúvidas que permeiam a aceitação desse programa do ponto de vista político-econômico.

Em outro artigo, de tema **“O emprego formal segundo os Territórios de Identidade da Bahia”**, Flávia Santana Rodrigues analisa o emprego formal sob a ótica dos territórios de desenvolvimento rural. De acordo com a autora, o poder público busca um desenvolvimento que seja sustentável para esses Territórios, através da mobilização dos agentes locais, fruto do diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos. Ainda segundo Rodrigues, na Bahia essa proposta foi adaptada com o intuito de restabelecer o planejamento de suas políticas públicas, auxiliando o desenvolvimento dos seus espaços, estruturados sob a forma de territórios.



Governador Jaques Wagner

C&P – Quais os principais desafios que o senhor enfrentará nos próximos três anos de gestão?

Jaques Wagner – Sem dúvida nenhuma, trata-se de promover o desenvolvimento econômico, com democracia e com inclusão social. Nossos maiores desafios estão nas áreas de educação, saúde e geração de emprego e renda. Também é de importância fundamental cuidar da infra-estrutura e da logística

de transportes, ambas imprescindíveis para integrar a Bahia, nacional e globalmente.

C&P – Quais as possibilidades de atração de novos investimentos para o Estado?

Tanto nas minhas viagens ao exterior como nas visitas que recebo de empresários nacionais e estrangeiros, percebo enorme interesse em investir na Bahia. Isso se deve

“... percebo enorme interesse em investir na Bahia. Isso se deve ao novo ambiente democrático e a vantagens que só existem aqui...”

Desafios e perspectivas

Os desafios que o governador Jaques Wagner enfrenta para implementar seu projeto de governo na Bahia foram assunto da entrevista que a SEI realizou para a última edição de 2007 da revista C&P. Conciliar crescimento econômico com inclusão social, atrair investimentos, interiorizar o desenvolvimento, modernizar e ampliar a infra-estrutura da logística de transportes, fortalecer o turismo e adotar transparência na gestão são algumas das ações já iniciadas. Mas os grandes desafios apontados são problemas antigos enfrentados pela maioria dos baianos: educação, saúde e geração de emprego e renda.

ao novo ambiente democrático e a vantagens que só existem aqui: economia diversificada, infra-estrutura crescente, qualidade da nossa mão-de-obra e um lugar bom de viver.

Além das áreas em que já demonstramos grande competitividade, como, por exemplo, no turismo e na indústria automotiva, temos enfatizado as oportunidades que existem no biodiesel, no cultivo de

cana-de-açúcar para produção de etanol e na cotonicultura. A biotecnologia e a criação de pólos tecnológicos também têm merecido bastante atenção de nossa parte.

Costumo dizer que quem não é visto não é lembrado, por isso tenho viajado muito para mostrar o que temos a oferecer, para atrair empréstimos e investimentos, e também para conhecer o que se está desenvolvendo

“Esse paradoxo baiano, fruto de um modelo de desenvolvimento conservador, está sendo modificado. Agora, o crescimento econômico está acompanhado de ações prioritárias para a área social”.

de mais avançado na economia internacional. Recentemente, no início de novembro, realizamos uma Feira da Bahia na sede da FIESP em São Paulo, que apresentou para o empresariado brasileiro as novas oportunidades de negócios e investimentos em nosso estado.

Neste exato momento, estamos avaliando o interesse ou já assinamos protocolos de intenções com empresas dos setores automotivo, alimentício, da transformação extrativa e mineral, papel e celulose, produtos químicos, cosméticos, sucos, refrigerantes e outros.

C&P – O senhor falou em desenvolvimento com inclusão social. Como vencer o desafio da descentralização econômica e da interiorização do desenvolvimento?

Esse paradoxo baiano, fruto de um modelo de desenvolvimento conservador, está sendo modificado. Agora, o crescimento econômico está acompanhado de ações priori-

“Vamos colocar a Baía de Todos os Santos como sendo potencial turístico e o principal destino do turismo náutico; já estamos recebendo regatas internacionais”.

tárias para a área social. Retiramos a Bahia do isolamento e a parceria com o governo federal começou a dar os primeiros resultados. Em recente visita, o Presidente Lula anunciou investimentos em aeroportos, rodovias e ferrovia.

Na área da Educação, lançamos o TOPA (Todos pela Alfabetização), um programa que visa alfabetizar um milhão de baianos até 2010. Com os recursos do PAC destinado à habitação e saneamento, cuidaremos do esgotamento sanitário e da melhoria das condições de moradia de milhões de pessoas. Vários problemas de saúde podem ser evitados com medidas tão simples como essas. Outro programa de grande alcance social, o ÁGUA PARA TODOS, que pretende levar água e saneamento a mais de 3,5 milhões de baianos, tem impacto positivo semelhante.

C&P – O senhor tem se pronunciado contra a guerra fiscal. Quais os caminhos para uma superação eficaz da política de isenção?

Não existe um cardápio pronto de incentivos fiscais. Cada projeto de investimento é estudado indivi-

dualmente e os incentivos fiscais mais apropriados são oferecidos. É uma questão de custo-benefício tanto para o Estado como para o investidor.

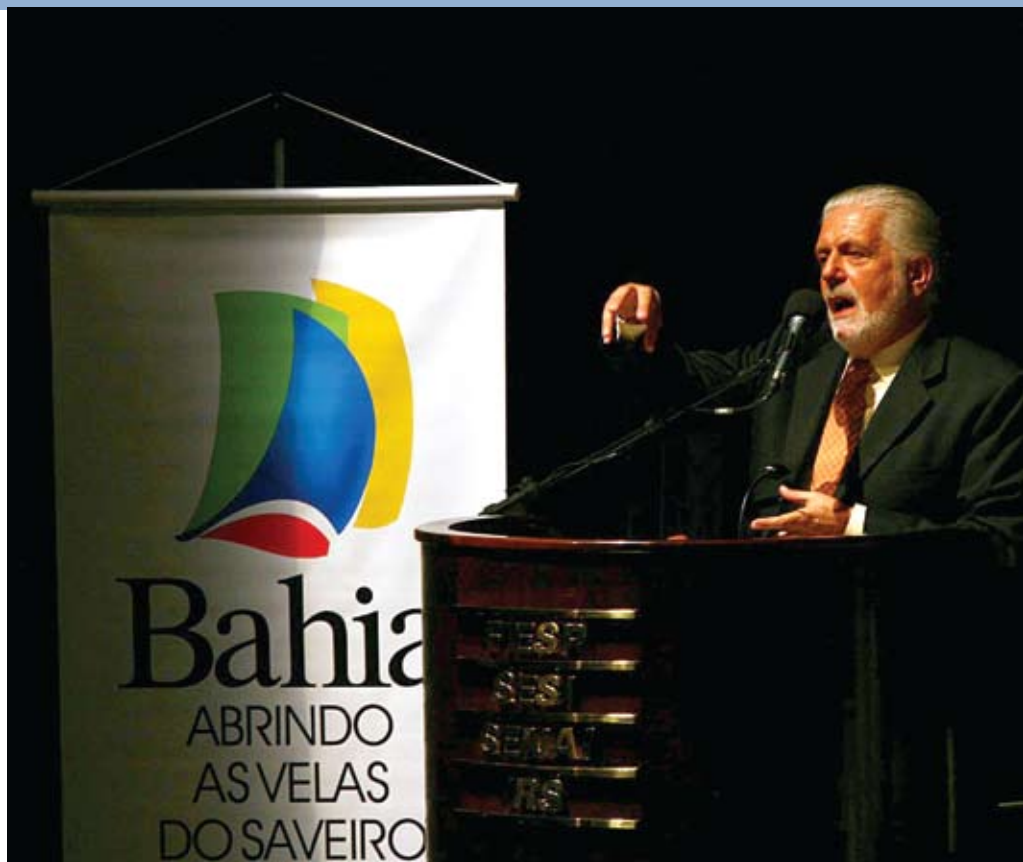
Com respeito à chamada guerra fiscal, creio que o importante é que os governos estaduais e federal cheguem a um consenso sobre um projeto de desenvolvimento para o Nordeste como um todo.

C&P – Como enfrentar os problemas em logística de transporte? E quais são as políticas de investimento para essa área?

Temos de enfrentar essa questão de forma integrada, o que inclui a malha rodoviária, as hidrovias, as ferrovias, os centros logísticos e os portos. Além de assegurar a realização de um antigo sonho, a construção da ferrovia de integração

Oeste-Leste, conquistamos a recuperação e duplicação da BR 324 (Salvador-Feira) e da BR 116 (Feira-Vitória da Conquista), a duplicação do anel rodoviário de Feira de Santana e a construção de um novo aeroporto em Ilhéus. A ampliação do Porto de Salvador é fundamental, sem esquecer da recuperação da Hidrovia do São Francisco. Todo esse investimento coloca a Bahia mais competitiva e impulsiona a nossa economia.

“Não existe um cardápio pronto de incentivos fiscais. Cada projeto de investimento é estudado individualmente”...



“O fundamental é a criação de uma cadeia produtiva que chegue até a agricultura familiar”.

C&P – Quais ações estão sendo empreendidas para o revigoreamento do turismo na Bahia?

Uma série de medidas está em andamento, como, por exemplo, o programa do Ministério da Cultura no Turismo Náutico, do qual a Bahia é pioneira. Vamos colocar a Baía de Todos os Santos como sendo potencial turístico e o principal destino do turismo náutico; já estamos recebendo regatas internacionais. A interiorização de novos destinos para o turismo baiano, revelando potencialidades, também é fundamental. O fortalecimento dos festivais de inverno, realizados nas cidades de Vitória da Conquista e Lençóis, são exemplos disso. Como também a construção do Aeroporto de Ilhéus e o lançamento do Programa de Turismo Étnico, que visa atrair a população afrodescendente dos Estados Unidos para Salvador e Recôncavo Baiano. A retomada dos 28 vãos, que tinham sido cancelados, foi uma medida importante para assegurar o fluxo do turismo baiano no período do verão.

C&P – Como os investimentos do PAC em habitação e saneamento se refletem no desenvolvimento econômico e social do Estado?

Como já disse, o impacto é direto na diminuição do índice de doenças, assim como na melhoria ou recuperação de áreas turísticas degradadas (a Baía de Todos os Santos, por exemplo), na recuperação da indústria pesqueira e, através de um “círculo virtuoso”, tudo isso aumenta a demanda por comércio e serviços relacionados à metalurgia, eletricidade etc. Vale lembrar que a construção civil é uma atividade fortemente geradora de emprego.

C&P – Como os projetos de etanol e biodiesel podem impactar a Bahia do ponto de vista da redução das desigualdades sociais e regionais?

O fundamental é a criação de uma cadeia produtiva que chegue até a agricultura familiar. A Bahia tem uma área de 1 milhão de hectares para o cultivo de cana-de-açúcar destinada à produção de etanol e disponibilidade para produzir 5,8 milhões de metros cúbicos de etanol e 417 mil de biodiesel. Então, se diversificarmos a produção de oleaginosas, podemos incluir regiões e parcelas importantes dos nossos trabalhadores rurais na chamada “revolução verde”.

C&P – Quais inovações o senhor está implementando do ponto de vista de gestão e aprofundamento do controle social sobre o Estado?

O Transparência Bahia, programa inédito, permite o acesso de qualquer cidadão, pela internet aberta, a todas as contas do Governo; criamos novas metodologias na condução dos processos licitató-

rios, no registro de preço dos serviços terceirizados e estimulamos o contato do cidadão com o Governo através da nossa Ouvidoria, que também pode ser acessada pela Internet, por números 0800 e por outros meios. Fizemos pela primeira vez o plano plurianual com a participação popular, e as conferências setoriais registraram presença recorde de delegados e observadores.

C&P – Como o senhor avalia o desempenho da economia baiana neste ano e quais as perspectivas para 2008?

Seguramente o ano de 2007 apresentou, até agora, resultados positivos. A indústria manteve uma boa performance, as exportações bateram recorde, o comércio deve fechar com uma taxa de crescimento superior a 10%. O que mais me deixou satisfeito foi a geração de empregos, que já alcançou cerca de 62 mil novas vagas e ultrapassou o dobro do que foi produzido em 2006; nessa balada, teremos o maior índice dos últimos dez anos, totalizando mais de 70 mil novos postos de trabalho. Em 2007 e 2008, a expectativa é que a Bahia acompanhe o Brasil, crescendo cerca de 5,0 % ao ano.

“Em 2007 e 2008, a expectativa é que a Bahia acompanhe o Brasil, crescendo cerca de 5,0 % ao ano”.

Conceitos e preconceitos no debate sobre o Bolsa Família

André Pomponet*

* Economista/UEFS e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
andre@sei.ba.gov.br

No Brasil contemporâneo um debate intenso se trava sobre o programa Bolsa Família e sobre a forma mais adequada de erradicar a pobreza. De um lado se alinham o governo federal e setores progressistas da sociedade, que ostentam como trunfo para a continuidade e expansão do programa os resultados obtidos na redução das desigualdades e da pobreza no país, desde que o benefício foi instituído.

Questionando a eficácia do programa estão candidatos derrotados nas eleições presidenciais de 2006 e setores conservadores da sociedade brasileira. O debate sobre as formas mais adequadas de auxílio aos pobres, porém, não é recente e ocupou pensadores desde o século XVIII. Mudaram as sociedades, cresceu a riqueza social acumulada, mas muitos dos antigos preconceitos permanecem presentes no Brasil.

O objetivo do presente texto é enfocar de maneira não exaustiva alguns aspectos do debate contemporâneo, resgatando algumas contribuições de pensadores que ajudaram a moldar conceitos e preconceitos que orientam a discussão atual. A contribuição clássica é tema da seção seguinte. Depois, foca-se a evolução do Bolsa Família. Por fim, atingem-se as controvérsias atuais e se arremata com algumas considerações finais.

A POBREZA PARA OS CLÁSSICOS

A repulsa dos conservadores brasileiros às políticas de transferência de renda não tem nada de original. Esta começou ainda nos primórdios do capitalismo, quando camponeses da Inglaterra foram expulsos das terras comunais para dar espaço às pastagens para carneiros que, por sua vez, forneciam a matéria-prima para a incipiente indústria têxtil inglesa. Sem opção, os pobres vagavam pelas estradas e, em alguns casos, passaram a obter ajuda através da “Lei dos Pobres”. De imediato a legislação atraiu adversários ferrenhos no parlamento inglês e entre intelectuais.

Um dos mais notáveis opositores foi o reverendo Malthus. Contrário à “Lei dos Pobres”, ele enxergava a questão por uma ótica natural e não social, diagnosticando que a forma mais adequada de redução da pobreza era

a fome e a morte dos menos afortunados (CORAZZA, 2005). Contemporâneo e amigo do reverendo, Ricardo não compartilhava da visão catastrófica da escassez de alimentos – embora reconhecesse o impacto do crescimento demográfico sobre a elevação da pobreza – mas deslocou o foco da análise para os conflitos distributivos. Preocupava-o a destinação de maior parcela do produto social para os pobres, o que comprometia a acumulação do capital (IDEM, 2005). À época, porém, a abordagem mais profunda partiu de Smith: ele enxergava as desigualdades como um processo natural, dadas as diferenças de talento existentes entre os indivíduos, mas atribuía a origem da pobreza ao surgimento da propriedade privada e à instituição do Estado, cujo propósito era assegurar os direitos de proprietários (BELTRÁN, 2000).

A grande guinada no tratamento da pobreza nos países centrais ocorreu com a Grande Depressão de 1929, a conseqüente derrocada do pensamento liberal e a ascensão das idéias keynesianas. Surgia o Estado de Bem-Estar Social, que se sustentava sob duas abordagens: uma delas, a europeia, era *ex-post*: tentava-se corrigir as distorções do capitalismo com políticas redistributivas, com justiça tributária e transferências sociais; a outra, vigente nos Estados Unidos, articulava-se *ex-ante*: investimentos no sistema educacional e regulação no patrimônio e no fluxo de renda (POCHMANN, 2004). Esse sistema entrou em crise na década de 1970, com a estagnação econômica e elevação da inflação nos países centrais.

Há, então, o resgate do pensamento ortodoxo, que recomendava a redução do tamanho do Estado e a focalização das políticas sociais apenas na população mais pobre, mediante programas de transferência de renda. Porta-voz dessas propostas, o Banco Mundial até contribuiu para a elaboração de um receituário apropriado à América Latina, formulado no “Consenso de Washington”, em 1989 (UGÁ, 2004).

No Brasil do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) essas idéias conquistaram grande simpatia. Elas contrapunham programas de transferência de renda para os mais pobres (como o Bolsa Família) às aposentadorias, pensões e universidades públicas que favoreciam os “mais abastados”. Começava a formar-se, assim, o cenário no qual se dão as recentes discussões

sobre a concessão de benefícios sociais. No âmbito da política partidária, os dois principais partidos brasileiros (o PT e o PSDB) iniciavam uma batalha que trouxe para o centro das discussões políticas o Programa Bolsa Família. Na campanha presidencial de 2006 o benefício ganhou relevância ao lado de temas como a corrupção e o baixo crescimento econômico. Derrotada, a aliança PSDB-PFL atribuiu a vitória do presidente Lula ao programa, principalmente no interior do Nordeste, onde o candidato do PT era tradicionalmente derrotado.

“O presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a lei criando o Bolsa Escola e instituindo regras para que os municípios pudessem aderir ao programa”

A EVOLUÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

O embrião do Programa Bolsa Família no Brasil é o Bolsa Escola, implementado pelo então governador do Distrito Federal pelo PT, Cristóvam Buarque, em 1995. Embora em alguns municípios brasileiros tenha havido experiências de programas de transferência de renda nos anos anteriores, é este, especificamente, o que mais se assemelha com o modelo adotado pelo Governo Federal. Suplicy (2002) aponta algumas vantagens do programa: redução da evasão escolar e da repetência, melhoria da auto-estima e da qualidade de vida das famílias e incremento das atividades econômicas nas regiões beneficiadas.

Nos anos seguintes diversos municípios brasileiros abraçaram a proposta, que se tornou objeto de projetos de lei apresentados no Congresso Nacional. Naquela oportunidade ainda se discutia a forma mais adequada de distribuição de benefícios: se através de dinheiro, por meio de cartões magnéticos ou através de distribuição de material escolar ou cestas básicas. Não demorou para se descobrir que a distribuição de materiais favorecia o clientelismo e a corrupção. O retrocesso observado no Distrito Federal por especialistas, quando o sucessor de Cristóvão Buarque, Joaquim Roriz, decidiu distribuir mochilas com material escolar e leite para as crianças, contribuiu para elucidar a questão (SUPLICY, 2002).

Por fim, em março de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a lei criando o Bolsa Escola e instituindo regras para que os municípios pudessem aderir ao programa (SUPLICY, 2002). Ainda na segunda gestão de FHC foram criados dois outros programas: o Bolsa Alimentação e o Vale Gás. Apesar do número limitado de

famílias beneficiadas e do valor irrisório pago pelo Bolsa Escola (o valor transferido era R\$ 15 de por criança, com limite de três crianças por família ou R\$ 45), os programas foram uma das vedetes da campanha do candidato governista José Serra para a presidência da República em 2002, quando foi derrotado por Lula. Era o que o PSDB denominava nas propagandas de “rede de proteção social”.

Em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, os programas de transferência de renda começaram a ganhar musculatura. Ao anunciar a unificação dos programas sociais do governo anterior no Bolsa Família, Lula afirmou que no primeiro ano de sua gestão o montante aplicado foi de R\$ 4,3 bilhões, um aumento percentual de 65% em relação ao ano anterior (LEIA a íntegra..., 2003). Ele ressaltou que a transferência de recursos para as famílias carentes implicava em contrapartidas, como a frequência escolar e a atualização dos cartões de vacina e negou haver caráter assistencialista no programa, destacando que as contrapartidas exigidas são, na verdade, exercício de cidadania (LEIA a íntegra..., 2003).

O funcionamento do Bolsa Família envolve a articulação de distintos atores. O cadastro das famílias que se encaixam no perfil do programa é realizado pelos órgãos municipais de assistência social, a gestão cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e o repasse dos recursos é operado pela Caixa Econômica Federal, através de cartões magnéticos (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007). O critério eletivo para o acesso ao programa é a obtenção de rendimentos abaixo de uma linha administrativa (nos últimos anos, situada em cerca de um terço

do salário-mínimo *per capita*) e o valor médio do benefício concedido a cada família está em torno de R\$ 70. Controvérsias ideológicas à parte, o Bolsa Família contribuiu para a redução da pobreza no Brasil ao longo dos últimos anos e angariou elogios ao redor do mundo.

Estudo recente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que entre 1993 e 2006 a pobreza no Brasil caiu de 35% para 19% (OLIVEIRA, 2007). A redução mais expressiva aconteceu ano passado, quando o número de pobres caiu 15%. Foi quando 11,1 milhões de famílias se tornaram beneficiárias do programa, que atingiu um total estimado de 45,8 milhões de pessoas (MANZANO FILHO, 2007). O Plano Real, lançado em julho de 1994, estabilizou a economia e favoreceu a redução da pobreza extinguindo a espiral inflacionária que penalizava os mais pobres, mas o lento crescimento econômico dos anos seguintes colaborou para que a pobreza permanecesse no patamar de 28%, começando a cair de forma mais acelerada a partir do impulso dado pelo atual governo às políticas de transferência de renda (OLIVEIRA, 2007).

O orçamento para 2008 do Ministério do Desenvolvimento Social, crescerá 26,23%, saltando para R\$ 13,248 bilhões. Só o principal programa de transferência de renda, o Bolsa Família, disporá de R\$ 10,368 bilhões. A novidade é que jovens com idade entre 15 e 17 anos e que freqüentam a escola passarão a figurar entre os beneficiários. Estima-se que serão necessários R\$ 693,3 milhões para atender essa parcela da população (RIBEIRO, 2007). Tão logo foram divulgadas essas infor-

mações, ressurgiu o debate sobre o caráter assistencialista e o uso eleitoral dos programas de transferência de renda. É o que se discutirá na seção seguinte.

A CONTROVÉRSIA DA BOLSA

Uma controvérsia que parece não caber em relação ao Bolsa Família é sobre sua eficiência para a superação da pobreza por milhões de brasileiros. Segundo matéria da revista britânica *The Economist*, "Os governos democráticos da América Latina começaram a produzir grandes e inovadores esforços para tratar da pobreza". Entre os exemplos de sucesso está o programa brasileiro, que unificou cadastros e benefícios em 2003 (NADER, 2005).

Já o Banco Mundial revela que presta apoio "técnico e financeiro" ao programa e destaca o fato do Bolsa Família alcançar uma parcela da população que, tradicionalmente, nunca foi contemplada pelos programas sociais brasileiros (UMA revolução..., 2007). Segundo avaliação do organismo, embora mobilize recursos em montante bastante inferior à Previdência, por exemplo, o Bolsa Família representa um impacto profundo sobre um número muito maior de famílias. Estima-se que 94% dos recursos acabam contemplando os 40% mais pobres da população brasileira, o que reflete a focalização adequada. Cerca de 20 outros países, inspirados pelo Bolsa Família, implementam programas de transferência de renda similares (UMA revolução..., 2007).

Esse reconhecimento internacional, porém, não impede que o programa seja avaliado conforme as conveniências políticas do momento e reflita muito dos preconceitos da elite brasileira. Assim que se anunciou a extensão do programa para jovens entre 15 e 17 anos, a medida foi acusada de eleitoreira, já que favorece adolescentes que votam e haverá eleições municipais em 2008. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, rebateu as acusações (RIBEIRO, 2007).

Entre os críticos mais habituais estão representantes de partidos conservadores. O senador José Agripino (DEM-RN), por exemplo, acusou o presidente Lula de pretender manter os eleitores "viciados" com os programas sociais (RECONDO, 2006). Já o líder do PSDB na Câmara, An-

“Estudo recente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que entre 1993 e 2006 a pobreza no Brasil caiu de 35% para 19%”

tônio Carlos Pannunzio, disse que os programas sociais são adequados para resolver problemas pontuais, mas a perpetuação é ruim do ponto de vista econômico e social. Rodrigo Maia (DEM-RJ) acrescentou que não estaria havendo a cobrança de contrapartidas, como a frequência de crianças à escola (LÍDER do PT..., 2006). Até Cristóvam Buarque, candidato à presidência pelo PDT, atacou o programa: "Não quero chamar isso de esmola, mas é uma minúscula transferência de renda" (RECONDO, 2006). Mas não somente políticos em campanha criticaram o programa: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) disse que o Bolsa Família "vicia e acomoda", impedindo as pessoas de procurar emprego (MATAIS, 2006).

Todavia, no ano passado os principais candidatos à presidência da República não apresentaram nenhuma alternativa consistente ao Bolsa Família. O adversário do presidente Lula no segundo turno, Geraldo Alckmin (PSDB), passou a campanha prometendo que não acabaria com o programa, mas que iria "melhorá-lo e ampliá-lo". Ele prometeu também remédio de graça para os mais pobres e sobraram acusações, por parte dos tucanos, de que aliados de Lula estariam espalhando o "boato" de que Alckmin extinguiria o programa, caso fosse eleito (MATAIS; GUERREIRO, 2006).

Candidatos de origem petista, como Heloísa Helena (PSOL) e Cristóvam Buarque (PDT), também não apresentaram contestações muito sólidas. A ex-senadora afirmou que o programa é importante, mas tem que ser combinado a ações de cultura e inclusão social (OLIVEIRA, 2006), enquanto o ex-governador afirmou que Lula produziu uma "tragédia social" ao retirar o "Escola" do nome do programa (CRISTÓVAM..., 2006). Já Rui Pimenta (PCO) classificou o programa de ser um mero "paliativo" e Eymael acusou o PT de chantagear os excluídos com o benefício, o que lhe rendeu uma interpelação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (PIMENTA..., 2006). Conforme se vê, as contestações de origem política não são acompanhadas por propostas consistentes e só ganham dimensão nos períodos eleitorais.

No rol de críticas, porém, se sobressaem acusações de que tais benefícios rendem votos para os governantes e podem estimular o "efeito preguiça", que ocorre quando os beneficiados abdicam de procurar trabalho

"Investimentos em educação constituem o caminho mais adequado para a erradicação sustentada da pobreza"

e passam a viver exclusivamente dos recursos do programa (CLEMENTE, 2006), conforme também acusa a CNBB. Falta fundamento à crítica, todavia: a partir de que valor o benefício pode estimular o indivíduo ao ócio? O Bolsa Família sequer parece se aproximar desse limite, já que o valor médio repassado a cada família hoje está em R\$ 70, bastante abaixo do salário mínimo vigente no Brasil. Talvez a situação se aplique apenas a empregos extremamente mal-remunerados, instáveis e insalubres (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

A pertinência das críticas parece ser aplicável apenas ao fato de, por si só, o Bolsa Família ser incapaz de promover a emancipação sustentada do indivíduo da condição de pobreza. Parece também consensual que investimentos em educação constituem o caminho mais adequado para a erradicação sustentada da pobreza. Contudo, essa alternativa só apresenta resultados no longo prazo e as necessidades básicas dos indivíduos exigem solução imediata. Desemprego e baixos salários são uma realidade comum aos trabalhadores com baixa qualificação. Assim, crescimento econômico por si só não parece condição suficiente para erradicar a pobreza, conforme alardeiam os verdugos dos programas sociais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das idéias caminha *pari passu* com o desenvolvimento das sociedades. Assim, os juízos dos pensadores clássicos acerca da pobreza parecem superados à medida que o vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas passou a, potencialmente, assegurar meios de subsistência a todos os indivíduos. Foi essa abundância e uma maior consciência social que permitiram o surgimento do *Welfare State*, por exemplo.

Em países como o Brasil, contudo, essa consciência ainda é tênue e os conflitos distributivos, decorrentes da elevada desigualdade, acirrados. Combinando esses fatores com o ranço aristocrático contra os pobres, típico dos conservadores brasileiros, temos desenhado o cenário onde são travadas as recentes batalhas no país.

Reivindicar investimentos maciços em educação e co-brar medidas que favoreçam o crescimento econômico mais acentuado é salutar porque contribui para reduzir a pobreza. Contudo, no curto prazo, não existe solução para a redução da pobreza no Brasil sem os programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

- BELTRÁN, Edgard. La pobreza en Smith y Ricardo. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá, v. 2, n. 2, p. 111-130, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/419/41900206.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2007.
- CLEMENTE, Isabel. Efeito preguiça?. *Revista Época*, n. 427, 24 jul. 2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/html>>. Acesso em: 22 set. 2007.
- CORAZZA, Gentil. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. *Cadernos IHU Idéias*, São Leopoldo, v. 3, n. 39, 2005. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158330491.25pdf.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2007.
- CRISTOVAM avalia reflexos de sua passagem pelo PT. *Folha Online*, S/I, 12 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82970.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2007.
- LEIA a íntegra do discurso de Lula no lançamento do Programa Bolsa-Família. *Folha Online*, Brasília, 20 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54596.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2007.
- LÍDER do PT defende Bolsa Família de críticas de oposicionistas. *Agência Brasil*, Brasília, 02 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.correioweb.com.br/hotsites/eleicoes2006/noticias.htm?>>. Acesso em: 20 set. 2007.
- MANZANO FILHO, Gabriel. Faltam portas de saída para o Bolsa-Família, diz especialista. *O Estado de São Paulo*, 23 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/AgenciaNoticias/Site/Categoria1/>>. Acesso em: 23 set. 2007.
- MATAIS, Andreza. Para CNBB, Bolsa Família "vicia e acomoda". *Folha Online*, Brasília, 17 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86805.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2007.
- MATAIS, Andreza; GUERREIRO, Gabriela. Oposição admite derrota e aponta erros na campanha de Alckmin. *Folha Online*, Brasília, 29 out. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86102.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2007.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate*. Brasília: IPEA, 2007. 33p. (Texto para discussão, n. 1283).
- NADER, Alceu. The Economist elogia o Bolsa Família, mas, no Brasil, nenhum jornal repercute. *Observatório da Imprensa*, 17 set. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs.asp?id_blog>. Acesso em: 18 set. 2007.
- OLIVEIRA, Deise de. Heloísa Helena acusa PT de implementar o que criticou em 4 anos do governo FHC. *Folha Online*, 13 Set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u83048.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2007.
- OLIVEIRA, Nielmar de. Brasil quase atinge meta da ONU para redução da pobreza, avalia economista. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 2007. Disponível em: <<http://www.agencia-brasil.gov.br/noticias/2007/09/18>>. Acesso em: 25 set. 2007.
- PIMENTA, Bivar e Eymael atacam governo Lula em entrevista na TV. *Folha Online*, 11 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82893.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2007.
- POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, abr./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392004000200002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 21 set. 2007.
- RECONDO, Felipe. Dirceu diz que críticas ao Bolsa Família são "cegueira sectária" da oposição. *Folha Online*, Brasília, 30 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79989.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2007.
- RIBEIRO, Ana Paula. Saúde lidera despesas da área social no orçamento 2008. *Folha Online*, Brasília, 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u324687.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2007.
- SUPLICY, Eduardo. *Renda de cidadania*. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002. 368 p.
- UGÁ, Vivian. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov. 2004.
- UMA revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo. *Banco Mundial*, 22 ago. 2007. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN>>. Acesso em: 22 set. 2007.

O emprego formal segundo os Territórios de Identidade da Bahia

Flávia Santana Rodrigues*

Tomando como pressuposto a idéia de que a escala municipal é muito restrita para o planejamento e de que a escala estadual, por sua vez, é excessivamente ampla para apreender toda a heterogeneidade e especificidades locais, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2003, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), gerou a discussão em torno da criação dos territórios de desenvolvimento rural. Para a SDT o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, que podem ser mobilizados e convertidos em uma vantagem crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. Sob essa perspectiva, o poder público busca um desenvolvimento que seja sustentável, através da mobilização dos agentes locais, fruto do diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos. Neste sentido, a promoção do desenvolvimento necessita da descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências aos espaços e atores locais, envolvendo, portanto, múltiplas dimensões¹.

* Economista pela UFBA e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br.

¹ Dimensão Econômica: eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos; 2) Sociocultural: maior equidade social graças à participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações; 3) Político-institucional: institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania e; 4) Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a idéia de gestão sustentada da base de recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras. (disponível em: www.mda.gov.br).

Na Bahia, essa proposta de abordagem territorial do governo federal foi adaptada com o intuito de restabelecer o planejamento de suas políticas públicas, para auxiliar o desenvolvimento dos seus espaços, estruturados sob a forma de territórios². A partir de então, passa-se a considerar como território:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo zona urbana e rural, e uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos podendo distinguir-se suas identidades e coesão social (ROCHA; PAULA, 2007, p. 123).

Foram criados 26 territórios de identidade no estado da Bahia, conforme pode ser observado no Mapa 1. Na definição desses territórios levou-se em consideração os projetos políticos encontrados, os atores locais e suas prioridades. A formulação desses territórios envolveu também os sentimentos de reconhecimento e pertencimento de sua população. Conceitualmente, esses elementos fazem parte da construção social, que se baseia em diversos aspectos (sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e históricos) e, mais particularmente, na forma como eles se relacionam e são absorvidos pelos atores sociais de maneira a criar a identidade entre eles (PAULA, 2007).

² Para maiores informações sobre a formulação e definição dos territórios de identidade baianos ver: (SEI, 2004).

Mapa 1
Territórios de identidade da Bahia



PAT / SAC / MÓVEL
ROTA 6
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Por isso, a identidade é incluída na denominação dos territórios baianos.

Assim, utilizando esse novo recorte espacial — os territórios de identidade — será feita uma breve caracterização do emprego formal na Bahia, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE), para o ano de 2005³. Inicialmente, para este mesmo ano, serão usadas algumas estimativas do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do PIB estimado em 2004, visando ampliar as informações analisadas.

Observando-se na Tabela 1 os territórios de identidade, de acordo com os seus portes em número de municípios, percebe-se que a distribuição deles — embora resulte de critérios sócio-políticos, econômicos, ambientais e culturais, fundamentados pela idéia de pertencimento e de identificação da população — é mais diluída do que na regionalização econômica do estado,

³ Os dados mais recentes da RAIS são do ano de 2005. Suas informações são referentes a todo o emprego formal, considerando os vínculos celetistas, estatutários, avulsos e temporários. O estoque de empregos em 31/12 equivale ao total de empregados declarados pelos estabelecimentos no dia 31 de dezembro, anualmente.

Tabela 1
Estatísticas das regiões administrativas: Bahia, 2005

Território de Identidade	Número de municípios	Variáveis selecionadas (%)			
		PIB (R\$ milhões - 2004)	População estimada em 2005	Estoque de empregos em 31/12/2005	Proporção de emprego formal da população estimada
Bahia (valores absolutos)	417	86.882	13.815.334	1.596.990	11,6
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	22	5,0	4,4	3,4	9,0
Bacia do Jacuípe	14	0,6	1,6	0,7	5,0
Bacia do Paramirim	9	0,4	1,2	0,3	3,2
Bacia do Rio Corrente	11	0,9	1,5	0,9	7,3
Baixo Sul	14	1,1	2,3	1,2	6,3
Chapada Diamantina	23	1,1	2,6	1,0	4,3
Extremo Sul	21	4,7	5,4	5,3	11,3
Irecê	20	1,0	2,8	1,0	4,0
Itaparica (BA/PE)	6	1,7	1,2	0,8	7,6
Itapetinga	13	1,1	1,9	1,5	9,1
Litoral Sul	27	4,8	6,1	5,3	9,9
Médio Rio das Contas	16	1,6	2,8	1,7	7,1
Metropolitana de Salvador	10	42,6	24,1	51,1	24,5
Oeste Baiano	14	3,8	2,5	1,8	8,3
Piemonte da Diamantina	9	0,5	1,4	0,6	5,3
Piemonte do Paraguaçu	14	0,8	2,1	0,8	4,4
Piemonte Norte do Itapicuru	9	1,0	1,7	0,9	6,4
Portal do Sertão	17	4,0	6,0	5,8	11,1
Recôncavo	20	12,7	4,1	3,6	10,1
Semi-árido Nordeste II	18	1,0	3,0	0,9	3,3
Sertão do São Francisco	10	2,4	3,5	2,4	7,8
Sertão Produtivo	19	1,5	3,2	1,7	6,2
Sisal	20	1,5	4,1	1,7	4,7
Vale do Jiquiriçá	21	0,9	2,4	1,0	4,6
Velho Chico	16	1,0	2,6	0,9	3,9
Vitória da Conquista	24	2,3	5,5	3,7	7,9

Fonte: MTE/RAIS. Sistematizados por COPES/SEI. Cálculos nossos.

implicando territórios de tamanhos relativamente pequenos, sendo que nenhum deles chega a representar 7% do total do estado: Itaparica, o menor território, contém 6 municípios e corresponde a 1,4% e o Litoral Sul, o maior, conta com 27 municípios, representando 6,5%.

Do total de territórios, 17 possuem menos de 20 municípios, sendo que o Metropolitano de Salvador, composto por 10, é o maior no que concerne ao número de habitantes, com uma população estimada, em 2005, de 3.331.544 pessoas, o que equivale a 24,1% do total. Vale observar, que este é um resultado esperado, visto que a capital Salvador é um dos seus municípios. Por conseguinte, esse território é o mais rico e desenvolvido do estado, com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado, em 2004, da ordem de 36.991 milhões. Além deste território ter a mais expressiva população, esta é bem superior às do segundo e terceiro colocados, respectivamente, Litoral Sul, com 848.311 ou 6,1% da Bahia e Portal do Sertão (832.934 ou 6,0%). Estes dois últimos territórios destacam-se também em termos da riqueza produzida, demonstrada pelos seus PIB's de, respectivamente: 4.203 milhões (4,8%) e 3.471 milhões (4%). Ademais, pode-se citar o Recôncavo, com 10.992 milhões ou 12,7% e o Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, com 4.374 milhões ou 5,0% de todo o PIB do estado.

Quando se consideram os dados da RAIS, em 2005, sobre a distribuição do estoque de empregos em 31/12, para os territórios de identidade, novamente, fica evidente a forte concentração revelada pelo território Metropolitano de Salvador, que se sobressai com mais da metade dos empregados formais contratados da Bahia, ao registrar 816.356 empregos ou 51,1% do total. O fato do território seguinte (Portal do Sertão) ter apenas 5,8% do estoque total de empregos formais demonstra como o emprego formalizado tem pouca relevância no mercado de trabalho dos territórios, excetuando o Metropolitano. Vale ressaltar, que dentre os territórios com os mais baixos resultados, a Bacia do Paramirim destaca-se com apenas 0,3% dos seus trabalhadores com vínculos formais. Além dele, mais oito territórios revelam estoques que equivalem a menos de 1,0% do total estadual, a saber: Velho Chico, Semi-árido Nordeste II, Piemonte Norte do Itapicuru e Bacia do Rio



Corrente (0,9%); Piemonte do Paraguaçu e Itaparica (BA/PE) (0,8%); Bacia do Jacuípe (0,7%) e Piemonte da Diamantina (0,6%). Com isso, se constata o baixo dinamismo econômico na geração de postos de trabalho formais em quase todos os territórios.

Verificando a proporção que o estoque geral de empregos formais tem no total da população estimada, encontra-se um percentual de 11,6% para a Bahia. Os territórios que possuem as maiores participações são: Metropolitano de Salvador (24,5%); Extremo Sul (11,3%); Portal do Sertão (11,1%) e Litoral Sul (9,9%). Certamente, esses percentuais significariam mais caso as bases de comparação fossem as populações economicamente ativas (PEA's) dos territórios, pois excluiria dos cálculos as crianças, componentes da população não economicamente ativa (PNEA) ou inativos⁴.

⁴ Por impossibilidade operacional de estimar a PEA, para o ano de 2005, com os dados censitários, optou-se por utilizar os dados gerais de população, visando obter uma representação aproximada da importância do emprego formal.

Tabela 2
Distribuição do estoque de empregos segundo o sexo: Bahia, 2005

Territórios de Identidade	Sexo (%)		Total
	Masculino	Feminino	
Agreste de Alogoinhas/ Litoral Norte	63,3	36,7	54.820
Bacia do Jacuípe	41,7	58,3	10.970
Bacia do Paramirim	41,0	59,0	5.348
Bacia do Rio Corrente	63,3	36,7	14.738
Baixo Sul	51,2	48,8	19.879
Chapada diamantina	49,8	50,2	15.306
Extremo Sul	65,9	34,1	84.724
Irecê	46,6	53,4	15.745
Itaparica	52,8	47,2	12.202
Itapetinga	59,8	40,2	23.754
Litoral Sul	61,4	38,6	84.264
Médio Rio de Contas	59,1	40,9	27.595
Metropolitana de Salvador	58,4	41,6	816.356
Oeste Baiano	64,6	35,4	28.437
Piemonte da Diamantina	52,7	47,3	10.374
Piemonte Norte do Itapicuru	57,6	42,4	12.645
Piemonte do Paraguaçu	50,8	49,2	14.745
Portal do Sertão	58,1	41,9	92.603
Recôncavo	52,8	47,2	57.832
Semi-Árido Nordeste II	42,4	57,6	13.575
Sertão do São Francisco	58,6	41,4	38.097
Sertão Produtivo	55,2	44,8	27.095
Sisal	45,0	55,0	26.902
Vale do Jequiriçá	47,5	52,5	15.222
Velho Chico	46,2	53,8	14.037
Vitória da Conquista	59,2	40,8	59.725
Total	57,9	42,1	1.596.990

Fonte: MTE/RAIS. Sistematizados por COPES/SEI. Cálculos nossos.

Referindo-se à distribuição do estoque de empregos por sexo (Tabela 2), nota-se que do total de empregados em cada um dos 26 territórios, apenas 8 possuem uma maior proporção de trabalhadores do sexo feminino⁵, quais sejam: Bacia do Paramirim (59%); Bacia do Jacu-

⁵ Embora não se possa fazer esse tipo de afirmação com os dados aqui apresentados, vários estudos sobre mercado de trabalho, que investigam as relações de gênero, reconhecem a existência de uma discriminação de renda sofrida pelas mulheres no desempenho de suas ocupações, até mesmo em cargos de níveis hierárquicos superiores aos dos colegas do sexo masculino.

ípe (58,3%); Semi-árido Nordeste II (57,6%); Sisal (55%); Velho Chico (53,8%); Irecê (53,4%); Vale do Jequiriçá (52,5%) e Chapada Diamantina (50,2%). Por outro lado, o Extremo Sul é onde predominam os empregados formais masculinos (65,9%).

Procurando identificar como ocorre a distribuição do estoque de empregos, segundo as faixas etárias (Tabela 3), chamam a atenção dois grupos (de 25 a 39 anos e de 40 a 64 anos) que se destacam com os resultados mais expressivos. De maneira geral, a Bahia e os seus territórios de identidade revelam que a mais significativa parte de seus empregados formais tem idades que vão dos 25 até os 64 anos, coincidindo com o auge da idade ativa e produtiva das pessoas. Vale observar que na faixa de 40 a 64 anos de idade há uma maior representatividade de empregados de 40 a 49 anos, já que dos 50 aos 64 muitos já se encaminham para a inatividade ou tem mais dificuldades para voltar a trabalhar quando perdem o emprego. A faixa etária acima dos 64 anos é residual e, portanto, pouco expressiva no conjunto do emprego formal, para todos os territórios, o que era de se esperar dado a coincidência com o período a partir do qual já se pode começar a dar entrada na aposentadoria.

Destacando os territórios que tinham os maiores percentuais em cada faixa etária temos: a Bacia do Paramirim, notabilizando-se pela maior proporção de trabalhadores formais de 25 a 39 anos de idade (54,8%); a Bacia do Rio Corrente, com o maior percentual de 40 a 64 anos (47,1%); Itapetinga, com a predominância de 15 a 24 anos (24,8%) e novamente, a Bacia do Rio Corrente, com 1,1% de seus empregados com 65 anos ou mais de idade.

Analisando-se a distribuição do estoque de empregos formais, segundo os setores de atividade econômica (Tabela 4), atenta-se para a relevância do setor da Administração Pública, que se constitui, em quase a totalidade dos casos, no maior gerador de postos de trabalho formais nos mercados dos territórios de identidade baianos. Comparando-se a estrutura setorial existente em cada território, nota-se que no Semi-árido Nordeste II a Administração pública tem seu resultado mais significativo (69,8%) e o contraponto está em Portal do Sertão, com 17,7% dos seus empregados neste setor,

Tabela 3
Distribuição do estoque de empregos segundo faixas etárias: Bahia, 2005

Territórios de Identidade	Faixas etárias (%)				Total*
	De 15 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 64 anos	65 anos ou mais	
Agreste de Alogoinhas/ Litoral Norte	17,3	53,1	29,3	0,4	54.820
Bacia do Jacuípe	17,1	47,9	34,6	0,4	10.970
Bacia do Paramirim	11,2	54,8	33,3	0,7	5.348
Bacia do Rio Corrente	12,8	39,0	47,1	1,1	14.738
Baixo Sul	15,0	52,1	32,4	0,6	19.879
Chapada diamantina	15,7	53,0	30,6	0,7	15.306
Extremo Sul	21,4	49,9	28,2	0,5	84.724
Irecê	14,0	54,8	30,8	0,4	15.745
Itaparica	14,6	51,0	33,7	0,7	12.202
Itapetinga	24,8	47,1	27,5	0,6	23.754
Litoral Sul	16,5	46,8	35,9	0,8	84.264
Médio Rio de Contas	16,6	47,0	35,7	0,7	27.595
Metropolitana de Salvador	13,7	48,0	37,3	0,9	816.342
Oeste Baiano	23,1	53,3	23,1	0,4	28.434
Piemonte da Diamantina	14,6	52,5	32,2	0,7	10.374
Piemonte Norte do Itapicuru	13,3	54,3	31,9	0,5	12.645
Piemonte do Paraguaçu	14,9	49,8	34,4	0,8	14.745
Portal do Sertão	20,0	51,8	27,8	0,4	92.603
Recôncavo	15,2	50,1	34,0	0,6	57.831
Semi-Árido Nordeste II	12,8	53,3	33,3	0,7	13.575
Sertão do São Francisco	18,6	52,2	28,7	0,5	38.097
Sertão Produtivo	17,0	51,6	31,1	0,4	27.095
Sisal	15,3	52,0	31,9	0,7	26.900
Vale do Jequiriçá	13,1	51,2	35,2	0,6	15.222
Velho Chico	13,6	54,3	31,5	0,6	14.037
Vitória da Conquista	18,8	51,7	29,1	0,4	59.725
Total	15,6	49,3	34,3	0,7	1.596.965

Fonte: MTE/RAIS. Sistematizados por COPES/SEI. Cálculos nossos.

* O total exclui os ignorados.

ficando na Indústria (28,3%) e no Comércio (27,9%) o dinamismo de sua geração de empregos.

Embora parte significativa da indústria baiana (Química e Petroquímica) esteja concentrada no território Metropolitano, foi neste setor que se registrou a sua menor proporção de emprego formal. Por certo, isto está relacionado ao perfil intensivo em capital destes segmentos industriais e aos enxugamentos de postos de trabalho impostos pelo processo de reestruturação produtiva. Foi

em Itapetinga que a Indústria, se destacou dos demais setores, registrando a maior proporção de seus empregados formais (42,1%). No Metropolitano de Salvador foi o setor de Serviços que se sobressaiu, com 41,4% do total de seus empregados formais. Os territórios em que a Agropecuária⁶ foi mais importante na criação de seus

⁶ Especificamente, a Agropecuária não é bem dimensionada pela RAIS, pois como esse registro só capta a parte formal das relações trabalhistas deixa de retratar todo o potencial desse setor.

Tabela 4
Estoque de empregos segundo setores de atividade econômica: Bahia, 2005

Territórios de Identidade	Setores de atividade econômica (%)					Total
	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária	Administração pública	
Agreste de Alogoinhas/ Litoral Norte	21,5	13,8	28,6	6,7	29,4	54.820
Bacia do Jacuípe	17,5	11,1	8,2	2,3	60,8	10.970
Bacia do Paramirim	5,2	14,4	10,4	1,6	68,5	5.348
Bacia do Rio Corrente	3,1	7,6	32,9	17,7	38,7	14.738
Baixo Sul	9,5	18,7	15,5	15,5	40,8	19.879
Chapada diamantina	2,7	8,8	10,8	19,2	58,5	15.306
Extremo Sul	10,7	19,0	28,4	16,5	25,4	84.724
Irecê	4,4	19,8	12,1	2,2	61,6	15.745
Itaparica	16,2	22,8	19,4	1,1	40,6	12.202
Itapetinga	42,1	9,1	6,2	11,8	30,8	23.754
Litoral Sul	12,9	18,6	26,2	14,1	28,2	84.264
Médio Rio de Contas	18,5	22,1	14,3	10,3	34,8	27.595
Metropolitana de Salvador	14,8	15,0	41,4	0,6	28,2	816.356
Oeste Baiano	8,3	20,7	14,5	28,0	28,6	28.437
Piemonte da Diamantina	17,8	21,7	14,0	1,4	45,1	10.374
Piemonte Norte do Itapicuru	22,9	20,1	17,7	1,2	38,2	12.645
Piemonte do Paraguaçu	17,6	15,0	11,1	7,7	48,6	14.745
Portal do Sertão	28,3	27,9	22,2	3,9	17,7	92.603
Recôncavo	22,8	20,4	13,8	5,4	37,6	57.832
Semi-Árido Nordeste II	6,5	14,7	7,7	1,3	69,8	13.575
Sertão do São Francisco	12,7	16,5	10,6	27,8	32,4	38.097
Sertão Produtivo	18,8	20,3	15,5	4,1	41,3	27.095
Sisal	20,0	12,1	9,3	1,2	57,3	26.902
Vale do Jequiriçá	7,4	14,6	9,2	7,3	61,4	15.222
Velho Chico	6,4	13,7	9,9	5,8	64,2	14.037
Vitória da Conquista	14,8	23,8	23,6	7,2	30,7	59.725
Total	15,8	16,9	30,5	5,3	31,6	1.596.990

Fonte: MTE/RAIS. Sistematizados por COPES/SEI. Cálculos nossos.

Nota: o grande setor Indústria compreende os setores de Extrativa mineral, Indústria de transformação, Serviços industriais de utilidade pública e Construção civil, e a Agropecuária contém o somatório de Agricultura, Pecuária, Extrativa vegetal, Caça e Pesca.

postos de trabalho foram: o Oeste Baiano (28%) e o Sertão do São Francisco (27,8%). O fato de mais da metade dos territórios registrarem pequenas proporções de empregados na Agropecuária demonstra o quão pouco as relações de trabalho são formalizadas neste setor, que consiste na principal oportunidade de trabalho para a maioria dos municípios do interior do estado, sobretudo, através de ocupações informais de trabalho, que, geralmente, envolvem a produção para o próprio consumo e a ajuda não remunerada a membros do domicílio.

Tomando por base as faixas de remuneração média (Tabela 5) pode-se verificar que há um predomínio dos empregados formais no intervalo de mais de 1 a 2 salários mínimos, quer seja na Bahia ou em qualquer um dos seus territórios de identidade. Em praticamente todos os territórios é relativamente baixa a proporção de empregados com remunerações superiores a 5 salários mínimos, excetuando: Bacia do Rio Corrente (28,5%) e Metropolitano de Salvador (19,1%). Vale ressaltar que nestes dois territórios não se constitui na faixa sa-

Tabela 5
Estoque de empregos segundo faixa de remuneração média: Bahia, 2005

Territórios de Identidade	Faixa de remuneração média (%)					Total
	Até 1 salário mínimo	De 1,01 a 2,00 salários mínimos	De 2,01 a 5,00 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Ignorado	
Agreste de Alogoinhas/ Litoral Norte	13,7	51,3	24,7	9,6	0,7	54.820
Bacia do Jacuípe	24,5	63,6	10,0	1,8	0,2	10.970
Bacia do Paramirim	34,4	54,2	8,9	2,1	0,4	5.348
Bacia do Rio Corrente	11,6	43,2	15,7	28,5	1,0	14.738
Baixo Sul	29,1	53,8	13,8	2,7	0,5	19.879
Chapada diamantina	22,9	58,6	15,3	2,9	0,4	15.306
Extremo Sul	16,1	59,7	18,1	5,5	0,6	84.724
Irecê	24,0	62,2	10,6	3,0	0,1	15.745
Itaparica	9,4	62,2	15,9	11,7	0,8	12.202
Itapetinga	16,8	72,0	9,3	1,8	0,1	23.754
Litoral Sul	17,3	56,5	17,7	7,6	0,9	84.264
Médio Rio de Contas	18,2	60,2	16,4	4,7	0,6	27.595
Metropolitana de Salvador	3,5	42,7	34,1	19,1	0,7	816.356
Oeste Baiano	10,3	60,7	23,2	5,5	0,2	28.437
Piemonte da Diamantina	29,7	54,5	12,1	3,6	0,0	10.374
Piemonte Norte do Itapicuru	14,2	57,6	18,3	9,2	0,7	12.645
Piemonte do Paraguaçu	24,3	60,4	12,3	2,9	0,1	14.745
Portal do Sertão	11,1	64,5	17,7	6,0	0,7	92.603
Recôncavo	16,1	59,4	14,9	9,1	0,5	57.832
Semi-Árido Nordeste II	26,5	59,5	11,3	2,2	0,5	13.575
Sertão do São Francisco	9,3	69,4	15,3	5,2	0,8	38.097
Sertão Produtivo	29,5	51,8	14,4	4,1	0,2	27.095
Sisal	22,8	63,7	10,8	2,0	0,7	26.902
Vale do Jequiriçá	28,1	55,5	12,7	3,2	0,4	15.222
Velho Chico	20,5	61,6	15,0	2,8	0,1	14.037
Vitória da Conquista	13,7	58,6	20,3	7,1	0,4	59.725
Total	10,1	50,9	25,6	12,8	0,6	1.596.990

Fonte: MTE/RAIS. Sistematizados por COPES/SEI. Cálculos nossos.

larial mais importante. Em ambos, a maior parte dos seus empregados auferem remunerações que variam de 1,01 a 2 salários mínimos, sendo 43,2% no primeiro e 42,7% no segundo. Em três territórios, mais de 80% de seus trabalhadores recebem até 2 salários mínimos, são eles: Itapetinga (88,8%), Bacia do Paramirim (88,6%) e Bacia do Jacuípe (88,1%). Tal distribuição demonstra como a Bahia tem debilidades em termos da reduzida renda da maioria de seus trabalhadores e evidencia a fortíssima concentração de renda de sua

população, visto que a maior parte das remunerações estão concentradas nas faixas de até 2 salários mínimos, mesmo nos territórios mais ricos em termos do PIB gerado, conforme está listado na Tabela 1.

Os territórios em que os trabalhadores formais têm a menor remuneração (até 1 salário mínimo) são: o Piemonte da Diamantina (29,7%) e o Sertão Produtivo (29,5%). Em Itapetinga, a parcela mais significativa de seus empregados (72%) recebem salários que variam

entre mais de 1 a 2 salários mínimos, o que é um claro sinal de precarização de seu mercado de trabalho, se considerarmos que o seu principal setor de atividade na geração de empregos é a Indústria — tradicionalmente o que paga os melhores salários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, com os recortes analíticos foi possível constatar o enorme descompasso que existe entre o território Metropolitano de Salvador e os demais. Essa é uma característica que remonta a toda uma trajetória histórica de concentração dos investimentos produtivos e de circulação do capital em Salvador e seu entorno.

Entretanto, vale observar que a variável de faixa de remuneração é aquela em que a comparação entre os territórios mais preocupa, porque mesmo havendo uma aproximação dos ganhos dos trabalhadores formais do Metropolitano de Salvador e dos outros territórios, essa nivelção ocorre por baixo, ou seja, pelos menores salários. Essa é uma característica estrutural do mercado de trabalho do estado, devido à natureza de sua base produtiva e de seu perfil ocupacional, que possibilita em sua esfera formal — mais protegida, do ponto de vista do reconhecimento dos direitos do trabalhador, assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) — a predominância de seus empregados auferindo as menores remunerações.

Como este novo recorte espacial segue uma visão em que os projetos e políticas públicas não devem estar restritos aos limites municipais e são resultantes de

múltiplas ações, sejam elas vindas do estado, por uma ou mais de suas esferas (federal, estadual e municipal) ou ainda dos atores sociais envolvidos (instituições locais, de capital público ou privado; organizações não governamentais; movimentos sociais; sociedade organizada e organismos internacionais), espera-se que se consigam novas formas de promoção de um desenvolvimento sustentável na Bahia. Esse processo deve ter a contribuição de relações sociais mais ricas, devido a conjunção de interesses múltiplos, que podem ser conflitantes, inclusive, mas que devem ser considerados. Não obstante, é preciso levar em conta um movimento de articulação das políticas, que seja desconcentrador e, ao mesmo tempo, fomentador de novas oportunidades nos territórios menos providos de recursos produtivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

PAULA, Ana Mônica Hugles de. Territórios de identidade: uma proposta de desenvolvimento para a Bahia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Trabalho apresentado...* Londrina: [Universidade Federal de Londrina], 2007.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; PAULA, Ana Mônica Hugles de. O uso do conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural. *Revista Desenbahia*, n. 6. p. 123-139, mar. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Análise territorial da Bahia rural*. Salvador: SEI, 2004. (Série estudos e pesquisas, 71).

O EMPREGO NA BAHIA ESTÁ CRESCENDO. E OS MELHORES RESULTADOS DISSO JÁ COMEÇAM A APARECER NOS GRÁFICOS DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS TAMBÉM.



O número de empregos na Bahia começou a crescer em 2007. Até outubro já foram gerados 62.073 novos postos de trabalho, mais que o dobro do que em todo o ano de 2006. E boa parte desses números se deve ao desempenho das pequenas e médias empresas, que também estão crescendo e absorvendo mais mão-de-obra. Isso é muito bom. Porque mais emprego quer dizer mais distribuição de renda, economia aquecida, crescimento para a população e um campo fértil para que mais oportunidades apareçam. Esses são os primeiros resultados da parceria entre o Governo da Bahia e o SEBRAE, e também do esforço de todos os baianos, que estão ajudando a gerar um desenvolvimento que é de todos nós. Esse é o jeito novo de governar.



**GOVERNO DA
Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria da Indústria,
Comércio e Mineração



Desenvolvimento local: qual a margem de manobra?

José Geraldo dos Reis Santos*

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão das possibilidades e limites de estratégias e experiências de desenvolvimento local.

A primeira parte apresenta um breve panorama das transformações em nível global e nacional que contextualizaram o ressurgimento da idéia de desenvolvimento local, a evolução do conceito, bem como alguns exemplos de experiências de acordo com seu perfil e conteúdo.

A segunda parte apresenta três diferentes blocos de argumentos acerca das possibilidades de êxito de estratégias de desenvolvimento local: o primeiro bloco nega a autonomia das localidades e sustenta que as determinantes da lógica geral da economia de mercado em escala mundial e nacional constroem e subordinam as iniciativas de natureza local; o segundo bloco apresenta uma visão otimista quanto às iniciativas de desenvolvimento ancoradas em forças econômicas e sociais locais; o terceiro bloco, com o qual concordamos, reconhece os constrangimentos da lógica geral de acumulação, mas salienta que essa mesma lógica abre oportunidades para certas localidades, reconhecendo, portanto, a existência de uma autonomia relativa da esfera local.

A terceira parte salienta a importância de se estabelecer uma relação entre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, compatibilizando o planejamento de “baixo para cima” com as macro-estratégias de desenvolvimento.

* Sociólogo. Professor da UESB.
Diretor Geral da SEI.

O ressurgimento da idéia de desenvolvimento local tem como pano de fundo as grandes transformações econômicas, políticas, tecnológicas e institucionais que tiveram início nos anos 1970. A despeito das leituras diferentes que são feitas sobre esse processo, tem-se generalizado cada vez mais a idéia de que tais mudanças podem ser compreendidas como uma transição do “regime de acumulação fordista-keynesiano” para um “regime de acumulação flexível”, com implicações na metamorfose do padrão técnico-econômico, do papel do Estado, do perfil do trabalho, da financeirização da economia e dos meios de comunicação. Nos planos político e institucional, observamos uma diminuição da capacidade de regulamentação das transações financeiras e fluxos do comércio mundial por parte dos estados nacionais, o surgimento dos grandes blocos econômicos e uma certa valorização do poder local de gestão do desenvolvimento.

Do ponto de vista histórico-prático, temos observado, grosso modo, dois grandes blocos de esforços de desenvolvimento local. O primeiro diz respeito às experiências oriundas da competição entre as cidades, à capacidade de inovação tecnológica e de arranjos institucionais envolvendo o sentimento cívico de pertencimento de certos territórios, à cultura do empreendedorismo, à cultura/estética urbana e à indústria do entretenimento. Este primeiro bloco tem como símbolos as experiências do Vale do Silício e da Península Ibérica, cuja marca maior é a cidade de Barcelona. O segundo bloco está relacionado com a incapacidade do novo regime de acumulação prover satisfatoriamente a sobrevivência e a reprodução social de amplas parcelas da população, sobretudo nos países periféricos e semi-periféricos, consequência das disfunções criadas pela implantação das políticas econômicas liberalizantes.

Tais experiências se associam às estratégias de sobrevivência de grupos sociais marginalizados e de arranjos econômicos alternativos em forma de solidariedade de vizinhança, associação referenciada no gênero, cooperativismo, reforma agrária, agricultura familiar, auto-gestão, micro-crédito e às vezes iniciativas de assistência social por parte de empresas ou personalidades. Este bloco é representado, sobretudo, pelas

“É possível detectar, na experiência brasileira recente, várias fontes e percursos que desembocam em perspectivas mais abrangentes de desenvolvimento local”

experiências de regiões pobres da Ásia, África e América Latina e, em certa medida, pelos países ibéricos.

No Brasil, o surgimento da idéia de desenvolvimento local é consequência da conjunção de alguns fatores, dentre os quais, registram-se:

- Os impactos econômicos e sociais da reestruturação produtiva em nível mundial;
- A luta contra a centralização de poder econômico e político do regime militar implantado a partir de 1964;
- A transferência de novas funções econômicas, sociais e de políticas urbanas da União para os municípios pela Constituinte de 1988 (municipalização da saúde, da educação, da assistência social);
- As diretrizes dos organismos internacionais de financiamento de políticas de desenvolvimento, cujos programas passaram a exigir ações de combate à pobreza, maior transparência e mecanismos de controle social sobre os recursos aplicados.

Segundo Silveira, Bocayuva & Zapata (2002), é possível detectar, na experiência brasileira recente, várias fontes e percursos que desembocam em perspectivas mais abrangentes de desenvolvimento local, tais como: ações cidadãs, fomento ao empreendedorismo popular, movimentos socioambientais, exercício de inovação em gestão municipal e esforços de articulação de macro-programas governamentais. Programas e ações como: Gespar (Gestão Participativa para o desenvolvimento local), de iniciativa do Banco do Nordeste; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD,

cujo objetivo inicial era a capacitação das organizações de produtores rurais e urbanos; o Programa Comunidade Ativa, criado em 1999 pelo Programa Comunidade Solidária do Governo Federal, voltado para a indução de desenvolvimento local integrado de municípios com até 50 mil habitantes; as Agendas 21 locais, que desde 1996 se esforçam para aglutinar os diversos setores sociais em suas respectivas cidades visando a construção de programas estratégicos para o desenvolvimento local sustentável; e o Projeto de Cooperação SUDENE/PNUD, que objetivava a criação de um projeto piloto com 33 municípios nordestinos.

Os autores em pauta sustentam que estaríamos “no limiar de uma transição das iniciativas pontuais, fragmentadas, com forte assento setorial” para “uma perspectiva de ação local integrada e mesmo de desenvolvimento local”, sendo que essa construção coletiva a partir de várias visões culminou com a formulação de uma noção referencial abrangente de Desenvolvimento local Integrado e Sustentável – DLIS.

Essa concepção, sintetizada na sigla DLIS, sugere que, diante dos impactos socioeconômicos da globalização, é possível uma estratégia de intervenção consciente dos vários atores econômicos e sociais na busca de novas alternativas de desenvolvimento que dêem respostas aos desafios do desemprego e da exclusão social.

Segundo Silveira, Bocayuva e Zapata (2002, p. 263), o DLIS está ancorado em um novo paradigma de desenvolvimento humano que almeja resultados em quatro dimensões:

- 1) Econômica: resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidade de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenas empresas;
- 2) Sócio-cultural: maior equidade social, que se contrapõe ao acelerado apartheid social, através da maior participação do cidadão nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;
- 3) Político-institucional: novas institucionalidades que, através da expressão política e

maior participação dos segmentos sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania;

- 4) Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade ambiental em qualquer opção transformadora.

Além dos fatores arrolados acima, indiscutivelmente, outro elemento histórico fundamental no processo de disseminação de experiências de Desenvolvimento local no Brasil foi a intervenção política e administrativa do Partido dos Trabalhadores e demais agremiações de esquerda aliadas, que optaram pelo incentivo à ação dos movimentos sociais de massa, combinado com a ação político-institucional, pautando-se em critérios da democracia representativa, mas sempre procurando o seu alargamento e compatibilidade com novas formas de democracia direta.

Atualmente, o PT já passou por três gerações de administrações municipais, duas de administrações estaduais e finalmente chegou à presidência da República no final de 2002, reelegendo o presidente para mais um mandato de 4 anos nas eleições de outubro de 2006.

As primeiras experiências de gestão de poder local pelo PT e partidos aliados tinham como foco políticas

“Com a promulgação do Estatuto da Cidade, a partir de 2001, os executivos locais ganharam força política e jurídica para a elaboração de Planos Diretores Urbanos focados na função social da cidade”

de inclusão social, transparência e controle social por parte das comunidades locais. Essa diretriz era sintetizada na expressão “inversão de prioridades” e ganhava concretude em programas e ações como Bolsa Escola, Saúde da Família, Atenção à Criança e ao Adolescente, Banco do Povo, habitação popular etc. Entre a primeira e a segunda geração, passou-se a dar mais atenção às ações de serviços públicos tais como limpeza pública, saneamento básico e transporte coletivo. Entre a segunda e terceira geração, incorporou-se a questão da luta contra o desemprego através do incentivo ao cooperativismo, ao micro e pequeno empresário, e de outras estratégias de sobrevivência. Mais recentemente, as questões do planejamento urbano, do meio ambiente, da qualidade de vida e da estética urbana passaram a ser alvos de atenção. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, a partir de 2001, os executivos locais ganharam força política e jurídica para a elaboração de Planos Diretores Urbanos focados na função social da cidade.

Contudo, a marca generalizada do PT, em todo o Brasil, foi a implantação do Orçamento Participativo como mecanismo de interlocução do executivo municipal com representantes da comunidade local. Além da implementação dos conselhos de acompanhamento (Conselho de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano etc.), o Orçamento Participativo passou a ser considerado um mecanismo de democracia direta, por dentro da democracia representativa tradicional. Sobre esse aspecto, Oliveira (2001) assinala que a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local está relacionada com a participação da cidadania na esfera do governo local, e que “ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna.”

Ao lado desse processo evolutivo de gestão do desenvolvimento local focado prioritariamente no social, surgiram outras experiências orientadas pela competição entre cidades e entre estados da Federação. Tais experiências têm duas orientações básicas: na esfera municipal, prioridade para obras, urbanismo e tratamento

“Toda possibilidade de desenvolvimento passa a ser decidida a partir da lógica da ‘divisão internacional do trabalho’”

paisagístico da cidade, promoção cultural e entretenimento, marketing institucional e turismo; e na esfera estadual, o planejamento territorial privilegia as áreas economicamente dinâmicas e tem uma postura ofensiva na atração de investimentos externos, apresentando como contrapartida apoio logístico, infra-estrutura e total renúncia fiscal. Em sintonia com essa lógica, surgem experiências no Brasil e na Argentina (Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Fortaleza e Rosário, entre outras) imitando o modelo de Plano Estratégico de Barcelona. Contudo, não existe um modelo puro de desenvolvimento local, e muitas vezes se torna possível detectar experiências com características dos dois tipos, como, por exemplo, Curitiba e Santo André. Observa-se também que determinadas experiências surgem a partir de um modelo específico, mas que depois tentam dar respostas a questões e demandas próprias do modelo oposto.

Antes mesmo de chegar à presidência da República, alguns gestores do PT e de outros partidos começaram a admitir os limites das experiências de Desenvolvimento local no País. Além dos espaços acadêmicos, há uma série de institutos e núcleos privados de pesquisa que vêm debatendo do ponto de vista teórico e prático as experiências e as possibilidades de êxito do Desenvolvimento local. Grosso modo, esse debate é moldado por três vertentes teóricas: uma que valoriza o espaço local e suas potencialidades de desenvolvimento a partir de uma indução interna (desenvolvimento endógeno), outra que não admite nenhuma autonomia do espaço local e considera que o desenvolvimento capitalista é necessariamente desigual e combinado, tanto do ponto de vista regional quanto do social. Portanto, toda pos-

sibilidade de desenvolvimento passa a ser decidida a partir da lógica da “divisão internacional do trabalho”. A primeira vertente tende a apresentar o Desenvolvimento local como uma contraposição à lógica dominante e socialmente perversa da globalização, enquanto a segunda vertente afirma que os esforços de desenvolvimento local cumprem um papel complementar e funcional para o sistema global. A terceira vertente assume uma posição intermediária apontando para a possibilidade de uma autonomia relativa da esfera local; entende que a lógica do desenvolvimento capitalista desigual que constrange e condiciona a trajetória de determinadas localidades é a mesma que abre possibilidades de desenvolvimento de outros lugares.

Alguns argumentos são aqui arrolados tendo por base as posições da vertente que valoriza as decisões a partir do centro capitalista. Para Fernandes (2001, p.30), a atual etapa de desenvolvimento capitalista produz uma avançada divisão de trabalho, em que a especialização, a fragmentação, a interdependência e a internacionalização foram aprofundadas como nunca houvera antes. Segundo a autora, essa divisão de trabalho é capaz de produzir “vários formatos de organização e hierarquização da economia e da sociedade, em grande parte é determinada pelas estratégias tecnológicas, institucionais e espaciais das grandes corporações transnacionais”.

Reforçando essa interpretação, Branco, Daniel e Fleury (2001) fizeram registro de um livro intitulado “Trabalho das Nações”, onde:

O autor diz que no futuro vão existir três tipos de trabalho: o primeiro, o trabalho rotineiro de produção que não interessa aos EUA; o segundo, o trabalho rotineiro de serviços, que também não interessa, mas que não dá para exportar; o terceiro, o trabalho do analista simbólico – é aquele que consegue trabalhar com a cabeça, com a inteligência, sobre símbolos abstratos e que não tem nenhuma manualização. É esse tipo de trabalho que interessa aos EUA... (REICH 1991 apud BRANCO; DANIEL; FLEURY, 2001, p. 87).

Caminhando na mesma trilha, ao analisar a relação entre desenvolvimento e acumulação capitalista

na periferia, Vainer (1998, p. 254 apud BOCAYUVA, 2001), faz a seguinte afirmação: “É da natureza do desenvolvimento capitalista a incorporação crescente, vertical e horizontal, de novas esferas, espaços e instâncias de relação social à lógica do centro dominante. Essa é também a natureza do desenvolvimento local.”

Numa análise crítica da idéia de que o desenvolvimento local possibilita a desconcentração econômica nos marcos da sociedade contemporânea, que em tese é regida pela lógica das redes, Oliveira (2001, p.16) afirma que:

[...] persiste o fato de que toda rede é, por definição, seletiva, além de que apenas na microeletrônica as redes podem ser isomorfas, isoquantas e isoplanas. No plano econômico-sócio-cultural, a rede não corrige a desigualdade, apenas a desloca. Aceitando-se tal paradigma, o desenvolvimento local não pode ser pensado como contratendência à concentração; pelo contrário, ele pode inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades (OLIVEIRA, 2002: 16).

Outro questionamento feito pelo referido autor é se, de fato, existe um contraste entre a globalização e o desenvolvimento local. Nesse aspecto, considera-se que existe uma sintonia entre concentração de poder, concentração econômica e concentração espacial. Para o autor, não necessariamente o desenvolvimento local entra em tensão com a globalização; ao contrário, teria a possibilidade de ser um dos seus círculos concêntricos.

Analisando a relação entre a globalização e os lugares, Santos (2000) observa que passa a ocorrer uma valorização de determinados lugares em detrimento de outros, a depender do que se apresenta como atratividade do ponto de vista do capital.

[...] Os lugares tornam-se um dado essencial do processo produtivo em todas as suas instâncias, e passam a ter um papel que não tinham antes. A globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas

– potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade. Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social (SANTOS, 2000).

Para completar o leque de argumentos contrários à idéia de uma possível autonomia do local em contraposição ao global, faremos uso de uma passagem da obra “Império”, de Hardt e Negri (2001, p. 64), que reza o seguinte:

[...] Em muitas caracterizações, o problema repousa numa falsa dicotomia entre o global e o local, admitindo-se que o global acarreta homogeneização e identidade indiferenciada, enquanto o local preserva a heterogeneidade e a diferença.

[...] A globalização como a “localização” deve ser entendida, em vez disso, como regime de produção de identidade e diferença, ou de homogeneização e heterogeneização. A estrutura mais adequada para designar entre o global e o local pode, portanto, referir-se a diferentes redes de fluxos e obstáculos, nos quais o momento ou a perspectiva local dão prioridade a barreiras ou fronteiras de reterritorialização, e o momento global privilegia a mobilidade de fluxos desterritorializantes. De qualquer maneira, é falso querer que restabelecemos identidades locais que, em certo sentido, estão fora e protegidas dos fluxos globais de capital e Império (HARDT e NEGRI, 2001: 64).

Dando continuidade à análise sobre os entraves para o exercício de uma estratégia de desenvolvimento local que não reforce o modelo hegemônico, Fernandes (2001) afirma que o ajuste econômico, produtivo e institucional, implementado como forma de equacionar a crise do padrão de acumulação, é complementado com o ajuste urbano. O ajuste urbano é entendido como um processo de convencimento sobre as lideranças governamentais locais a entenderem suas cidades como pontos geográficos de maior relevância na economia globalizada, e que o papel destinado a essas autoridades seria o de criar as condições estruturais, urbanas e

“O ajuste urbano é entendido como um processo de convencimento sobre as lideranças governamentais locais a entenderem suas cidades como pontos geográficos de maior relevância na economia globalizada”

institucionais favoráveis à competitividade das empresas. Segundo a autora:

[...] esta nova concepção da ação do poder público local consiste num ajuste reativo e subordinado aos interesses econômicos hegemônicos, no mais das vezes inócuo, dramaticamente custoso aos fundos públicos e à integridade do tecido urbano – físico e social –, além de extremamente funcional aos interesses dos rentistas... Gradativamente vai-se constituindo uma dinâmica de acumulação fundada no “não-trabalho” e, portanto, em parâmetros crescentemente instáveis que vão revestir com novos atributos de caráter financeiro a “solução espacial” [...] (FERNANDES, 2001, p. 27).

Para a autora, nessa concepção a comunidade local é apresentada como um bloco social monolítico sem aparentes contradições entre os vários estratos sociais, onde os conflitos internos são substituídos pela competição externa com outras localidades. Para se garantir essa coesão interna, a autoridade governamental e as elites locais cumpriram um papel estratégico na busca do permanente crescimento da cidade e das “soluções espaciais”.

A idéia de ajuste urbano estaria em perfeita sintonia com a hipótese das diferentes variantes do desenvolvimento endógeno. A primeira é representada simbo-

licamente pelos arranjos produtivos constituídos na Terceira Itália, cuja marca maior seria a conjunção de práticas e sentimentos envolvendo concorrência, cooperação e emulação. Em tese, essa experiência corresponderia ao tipo ideal do distrito industrial marshalliano. A segunda variante seria uma expansão da dinâmica do distrito industrial para a dimensão da metrópole “cujos efeitos externos de aglomeração são destacados entre os fatores de crescimento urbano e regional”. (FERNANDES, 2001, p. 29) As duas variantes teriam em comum a crença em que a perspectiva de desenvolvimento de cada localidade dependeria da capacidade de mobilização dos recursos e fatores internos, tendo pouca relevância as condições externas e as determinações macroeconômicas. Portanto, a emergência do local teria implicado em maior subordinação aos interesses das forças econômicas globais.

Complementando esse leque de autores e argumentos críticos da perspectiva de desenvolvimento local, registraremos de forma sintética a opinião de Vainer (1998) sobre o discurso que sustenta doutrinariamente as experiências de “Planejamento Estratégico Urbano” da escola de planejadores da Catalunha. É apontada como principal referência empírica o Plano Estratégico de Barcelona. Jordi Borja, Manuel de Forn e Manuel Castells são citados como os principais representantes dessa vertente. De uma forma geral, Vainer (1998, p. 76) critica a adoção de conceitos e técnicas de planejamento estratégico de caráter empresarial e a incorporação da noção de competitividade urbana pelos governos locais. Segundo o autor, essa concepção tenta inculcar nos agentes públicos, econômicos e sociais a idéia de que “a cidade é uma empresa, a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma pátria”.

O centro da crítica pode ser apreendido na seguinte passagem: “... este projeto de cidade implica direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e dependentes, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 1998, p.78).

Os argumentos dos autores arrolados acima, ainda que não homogêneos, representam razoavelmente o bloco de posições que negam a possibilidade da existência

“A idéia de desenvolvimento local está relacionada com as novas formas de cooperação e de arranjos produtivos com ênfase nos micro e pequenos empreendimentos com potencial de geração de emprego, renda e inovação”

de experiências de desenvolvimento local, pois o desenvolvimento de determinadas localidades ou regiões seria resultante das determinações macroeconômicas em nível global.

Passaremos a partir de agora a enfocar argumentos de alguns autores que pregam a possibilidade de desenvolvimento em nível local sem necessariamente reforçar a lógica do capital globalizado.

É nesse sentido que os autores já citados anteriormente, Silveira, Bocayuva e Zapata (2002), afirmam que o desenvolvimento local pode ser visto como alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico, causador de pobreza e exclusão social, na medida em que se possa reorientar políticas e ações a partir das potencialidades endógenas e das brechas locais. Para os referidos autores, a idéia de desenvolvimento local está relacionada com as novas formas de cooperação e de arranjos produtivos com ênfase nos micro e pequenos empreendimentos com potencial de geração de emprego, renda e inovação. Tais arranjos produtivos e cooperativos, portanto, seriam resultantes da crise das formas clássicas de produção tayloristas e fordistas e da impulsão dos novos agentes econômicos e sociais surgidos nesse novo contexto. Pressupõe-se que as dinâmicas econômicas e sociais geradoras de desigualdades e exclusão não são removíveis a partir do alto e nem substituídas por fluxos sem vínculos espaciais. A essência do pensamento dos autores em tela pode ser

apreendida na seguinte afirmação: “Um olhar distinto permite identificar, na complexidade das mutações em curso, não a dinâmica de um único ator, o capital globalizado e globalizador, mas processos contraditórios de desterritorialização e reterritorialização...” (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2002, p. 254).

Dentro dessa vertente otimista quanto às possibilidades de êxito de experiências de desenvolvimento local, destaca-se a opinião de Dowbor (2002), sobretudo quanto ao papel do setor social enquanto articulador de inclusão, mas também enquanto vetor de desenvolvimento econômico. A partir da análise de 1653 experiências inovadoras de ações e gestão do desenvolvimento local, até 1998, o autor chega à conclusão que dois terços desse conjunto se caracterizam como de natureza social, com a seguinte distribuição: a educação com 21%, a saúde com 16%, a assistência e previdência social com 16% e cultura, esporte e lazer com 8%. Para salientar o papel emergente do social, é lembrado que nos EUA apenas o setor de saúde corresponde a 14% do PIB, e se somados à educação e à cultura, esse percentual cresce para 40%. Apesar desse otimismo, Dowbor afirma que, como as áreas sociais adquiriram esta importância nos últimos anos, ainda há muitas incertezas quanto à concepção e aos mecanismos de gestão destes setores. Segundo o autor:

[...] Ainda não se formou realmente uma cultura do setor. E a grande verdade é que não sabemos como gerir estas novas áreas, pois os instrumentos de gestão correspondentes ainda estão engatinhando. Os paradigmas de gestão que herdamos – basta folhear qualquer revista de administração – têm todas sólidas raízes industriais [...] (DOWBOR, 2002, p. 4).

Um terceiro bloco de pensamento se diferencia das duas perspectivas teóricas apresentadas até agora. Nega-se, por um lado, a idéia de que a globalização implique numa completa homogeneização econômica, produtiva, tecnológica e cultural, embora admitindo que há estrangulamentos reais das forças econômicas globais sobre as possíveis estratégias de desenvolvimento local. Por outro lado, concebe o desenvolvimento local não como mera consequência dos esforços in-

ternos, independentemente dos fatores externos, mas sim como uma possibilidade que faz uso das potencialidades locais, mas sem perder de vista o contexto macroeconômico e social. Essa terceira linha de reflexão parece-nos a mais adequada e é a que mais possibilita uma investigação com maior imparcialidade.

Na nossa opinião, ao refletir sobre a relatividade da globalização, Santos (2000, p. 29) apresenta argumentos que podem ser utilizados por essa terceira posição. Segundo o autor:

Mas nesta nova época dita de globalização não há propriamente um mercado global, embora o vejamos assim nomeado nos jornais. A inteligência dita global fica com as instituições internacionais – Nações Unidas, Banco Mundial, FMI, igrejas globais –, mas que tampouco são completamente globais. O exercício do trabalho global é feito por firmas que chamamos de globais, mas que não o são realmente. Elas escolhem as frações do mundo em que desejam atuar e as fragmentam ainda mais. Isso pouco lhes importa [...].

Também ponderando sobre o conceito de globalização Benedicto (2001), embora admitindo a existência de um único sistema mundial com uma maior agilidade nos fluxos de capital, de comércio e de informação, no plano cultural não se pode falar de uma globalização, ou da existência de uma unidade civilizacional. Para o autor:

[...] Si la civilización no es única y el criterio de un mundo global basado en los flujos económicos no es suficiente, hay que convenir que cuando hablamos de globalidad estamos refiriéndonos apenas a un aspecto de las civilizaciones, aquel que puede ser objeto de análisis económico (SPINOLA; LUZON BENEDICTO, 2001, p. 155).

Em relação às possibilidades ou não de autonomia para a implementação de estratégias de desenvolvimento local, concordamos com a terceira vertente, que prevê a possibilidade de uma autonomia relativa da esfera local. Evidentemente que o grau de autonomia do local dependerá, de um lado, das potenciali-

dades econômicas e da capacidade de mobilização e articulação dos agentes econômicos e sociais, e de outro lado dependerá do nível de inserção da localidade na divisão internacional, nacional e regional do trabalho. Segundo Daniel (2001), admitir que é possível uma autonomia relativa da esfera local não significa necessariamente que a estratégia de Desenvolvimento Local implementada está remando contra as forças econômicas hegemônicas globalmente, ou que estará necessariamente reforçando as tendências de subordinação econômica. Nesse sentido, o autor diferencia a idéia de tornar uma cidade ou região competitiva, da noção de desenvolvimento local centrado na competição entre cidades ou regiões. A competitividade local pode ser alcançada com ou sem competição predatória entre as cidades ou regiões. De acordo com Daniel, há um tipo de desenvolvimento econômico local centrado na redução dos custos locais visando atrair investimentos, tendo como consequência a renúncia fiscal, a corrosão dos direitos trabalhistas e a precarização do trabalho, bem como a redução do direito à cidade.

Esse tipo de modelo pode até ter êxito do ponto de vista local, mas com sérias consequências para o pacto federativo e o aumento das desigualdades setoriais e sociais. Outro modelo possível é apresentado como o mais adequado:

[...] um modelo de desenvolvimento local que seja baseado muito mais na incorporação de vantagens locais como benefícios locais que rebatem em melhorias da qualidade de vida, de qualidade ambiental, e, portanto, também, de melhorias para o conjunto da população pode, perfeitamente, garantir condições para que os empreendimentos econômicos tenham um tal desempenho em termos de produtividade que mais compensem eventuais custos tributários e trabalhistas mais elevados do que em outras regiões (BRANCO; DANIEL; FLEURY, 2001, p. 83).

Esse tipo de estratégia de desenvolvimento é mais eficaz no combate à exclusão social e na democratização dos espaços urbanos. Essa idéia é sustentada pelo autor quando o mesmo afirma que:

Um modelo de desenvolvimento local mais baseado na idéia de introdução de benefícios enquanto vantagens locais, sem abrir mão, portanto, de custos tributários e trabalhistas, é muito mais susceptível de integrar os processos de inclusão social e inclusão urbana e, portanto, resgatar, fazer uma ponte entre processos produtivos e distribuição de renda no âmbito urbano no sentido de reduzir as brechas que opunham a chamada cidade legal, cidade formal, à cidade clandestina. Além disso, esses modelos de desenvolvimento podem perfeitamente integrar, embora não devam ser subsumidos à idéia de economia solidária, o estímulo a cooperativas, novas formas de produção local e micro-crédito(...) (BRANCO; DANIEL; FLEURY, 2001, p. 83).

Debatendo as questões relativas à transformação da gestão local em empresariamento urbano, Harvey (1996) salienta que, no contexto da reestruturação produtiva pós anos 70, têm crescido as iniciativas e o envolvimento dos governos locais em atividades econômicas e empresariais. O principal papel dessas novas autoridades locais tem sido o de liderar uma coalizão com o empresariado no sentido de dotar as cidades de condições institucionais propícias à atração de investimentos externos, bem como de apresentarem uma nova imagem plástica da cidade. Ao analisar tal processo, o autor em pauta, para além de um posicionamento fechado, a favor ou contra, incorpora essas transformações como inerentes ao próprio contexto de acirramento da competição capitalista, e apresenta uma série de ponderações ora positivas, ora negativas do ponto de vista social. Segundo Harvey, o empresariamento urbano coordenado por lideranças de perfil mais liberal tem contribuído para o crescimento das disparidades de riqueza e renda e aumentado a pobreza urbana. Contra essa tendência são apresentados os esforços das Prefeituras trabalhistas e de autoridades locais americanas no sentido de constituírem experiências de empresariamento urbano mais positivas socialmente, mas para o autor persiste dúvida quanto ao êxito desses esforços. Essa dúvida é exposta na seguinte passagem:

[...] Contudo, ainda não está claro se mesmo o mais progressista dos governos urbanos conse-

que resistir a tal desfecho quando apoiado na lógica do desenvolvimento espacial capitalista, no qual a competição parece operar não como uma providencialmente invisível, mas como uma lei coercitiva externa, forçando denominador comum da responsabilidade social e a provisão do bem-estar em um sistema urbano organizado de forma competitiva (HARVEY, 1996, p. 59).

Ao lado de limitações como a apontada acima, Harvey (1996, p. 59) destaca alguns aspectos positivos no processo de empresariamento urbano. O primeiro deles diz respeito ao desenvolvimento de atividades que têm “maior capacidade localizada de elevar o valor das propriedades, da base tributária, da circulação local de renda e do crescimento do emprego”. Destaca-se também a possibilidade de, através da construção da imagem urbana, constituir um sentimento de pertencimento, de lealdade ao local, de solidariedade e orgulho cívico. Contudo, o que mais chama a atenção do autor como aspecto positivo é a possibilidade de existência de um “espaço público coletivo” de debate sobre os rumos da cidade. Tal opinião é expressa na seguinte passagem: “a idéia da cidade como uma corporação coletiva, na qual um sistema democrático de tomada de decisões pode existir, tem uma longa história no panteão das doutrinas e práticas progressistas [...]”.

Reafirmamos a nossa concordância com esse último bloco de argumentos, que admite a possibilidade de êxito de estratégias de Desenvolvimento Local em certas condições, contudo, sem a ilusão de que as referidas estratégias possam se contrapor como alternativa estrutural à lógica de acumulação da contemporaneidade.

Na atualidade, há de se considerar dois aspectos: por um lado as transferências da gestão de políticas públicas da União para os municípios (saúde e educação) e outras políticas de transferência de renda (Bolsa Família, Luz para Todos, previdência social) que empoderam as instâncias de gestão em nível local e potencializam as economias regionais de áreas econômicas não-dinâmicas. Por outro lado, observa-se uma retomada do papel da União na construção de uma macro-estratégia (estabilidade econômica, controle inflacionário, integração latino-americana, implementação do PAC

– infra-estrutura e logística, biocombustível e energias alternativas, novas reservas petrolíferas etc.) de desenvolvimento nacional e de inserção internacional que delimita a ambiência institucional e de negócios e define os grandes eixos, redes e fluxos de capitais, mercados, tecnologias, serviços e recursos humanos.

Diante desse contexto, torna-se necessário superar a idéia de constituição de uma estratégia de um município isolado para se pensar em estratégias combinadas de blocos de municípios ou de determinadas regiões. A mobilização dos recursos e energias locais continuam indispensáveis em qualquer estratégia de desenvolvimento subnacional, mas há de se pensar em como “encaixar” a estratégia de determinada localidade ou região na “ossatura” constituída pelo projeto nacional e/ou estadual.

No caso específico da Bahia, é de suma importância entender as premissas do projeto de desenvolvimento do Estado, que tem como objetivo uma política de integração territorial, constituindo novas conexões no sentido leste-oeste (vide exemplo da construção da Ferrovia Leste-Oeste); o enfrentamento dos desafios do semi-árido, que além da busca de soluções para o problema hídrico, vislumbra oportunidades com o biodiesel; e a potencialização de um terciário superior em Salvador, bem como a tendência de crescimento das atividades turísticas e imobiliária.

“Diante desse contexto, torna-se necessário superar a idéia de constituição de uma estratégia de um município isolado para se pensar em estratégias combinadas de blocos de municípios ou de determinadas regiões”

Em alguns municípios, as estratégias de desenvolvimento estão claramente vinculadas a vocações econômicas quase que naturais, a exemplo de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e Juazeiro, com a produção vinculada ao agronegócio, e Porto Seguro, Salvador e outros, vinculados às atividades turísticas.

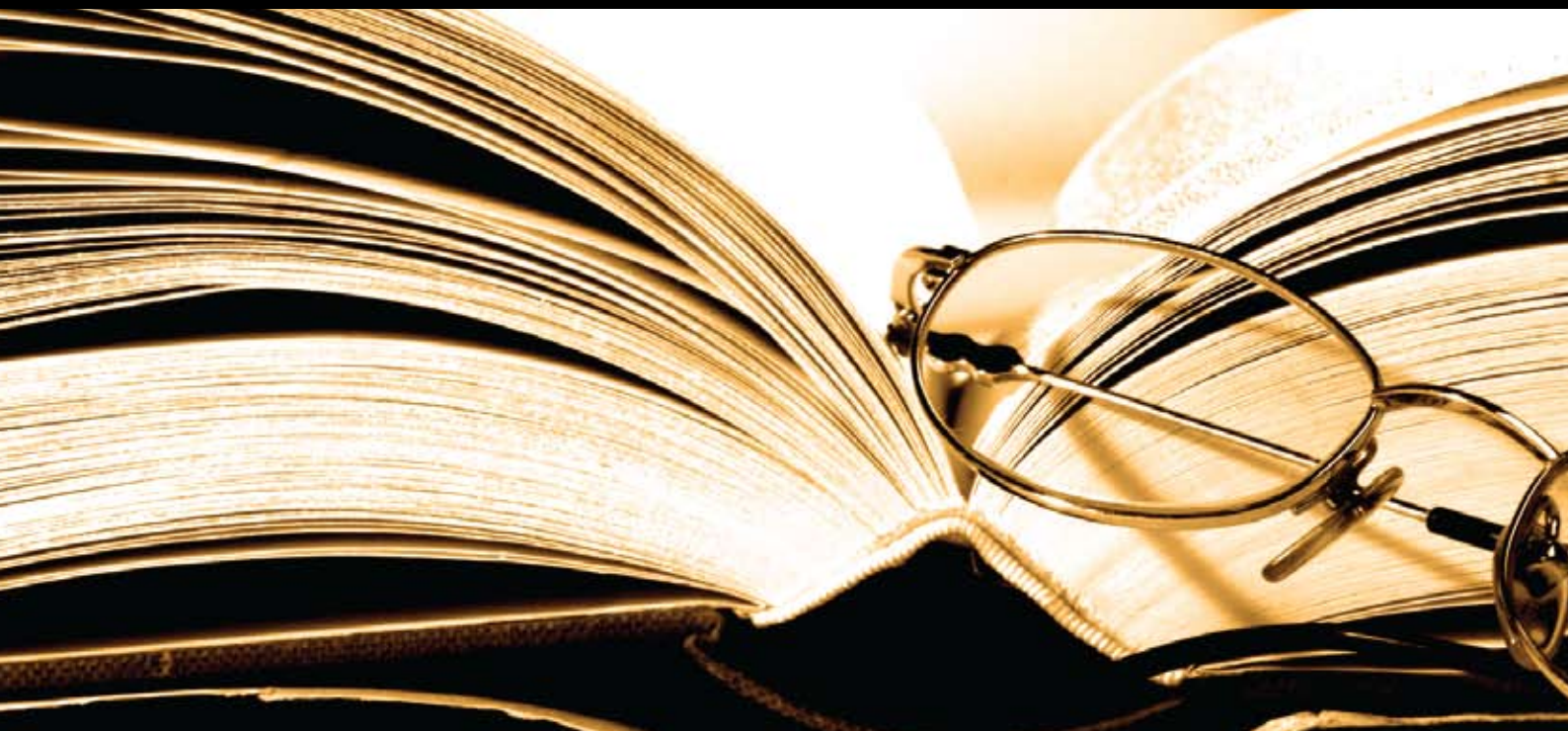
Entretanto, há alguns municípios que não possuíam vocações econômicas tão precisas e tão nítidas, ou seja, não existia um "carro-chefe" da economia local. É o caso de Vitória da Conquista, como exemplo de uma cidade de porte médio, e de Pintadas, como exemplo de uma pequena cidade. A primeira, a partir de uma gestão inovadora com ênfase na esfera social, conseguiu transformar o "social" em vetor de desenvolvimento econômico, e o planejamento e intervenções estruturantes na malha urbana passaram a ser elementos de atratividade para novos investimentos no município. Trata-se, hoje, de um dos grandes pólos prestadores de serviço em educação e saúde da Bahia. Já no município de Pintadas, os esforços e a busca de oportunidades econômicas começaram a partir dos movimentos sociais e comunitários, que antes de assumirem a gestão do executivo municipal já estabeleciam intercâmbio e relações de cooperação com ONGs e organismos internacionais. A busca de solução para o problema hídrico de forma econômica e universalizante, bem como a potencialização e a verticalização da cadeia produtiva de pequenos animais (caprinocultura, ovinocultura e seus derivados) voltada para exportação tornaram Pintadas um exemplo de pequeno município com grande capacidade inovadora e empreendedora.

Contudo, os dois exemplos citados também têm que continuar pensando os desafios com os olhares voltados para as novas oportunidades e obstáculos decorrentes do novo momento econômico-social vivenciado pelo Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BRANCO Pedro Paulo Martone; DANIEL, Celso; FLEURY, Afonso. Mesa redonda: desenvolvimento econômico local: aliança e competição entre as cidades. *Espaço & Debates*, n. 41. São Paulo, 2001. p. 75-95.
- DOWBOR, Ladislau. A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local. In: SPINK, Peter; CACCIABAVA, Sílvia; PAULICS, Veronika (Orgs.). *Novos contornos da Gestão Local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002. p. 33-74.
- FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre ações de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. *Espaço & Debates*, n. 41, São Paulo, 2001. p. 26-45.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n. 39, São Paulo, 1996. p. 48-64.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local*. São Paulo: Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania, EAESP/FGV, 2001. 40 p.
- SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunha; ZAPATA, Tânia. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. In: SPINK, Peter, CACCIABAVA, Sílvia; PAULICS, Veronika (Orgs.). *Novos contornos da Gestão Local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002. p. 241-266.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SPINOLA, Noélio; LUZON BENEDICTO, José Luiz. *Desenvolvimento regional*. Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2001.
- VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPUR, 1998. Mimeografado.

O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



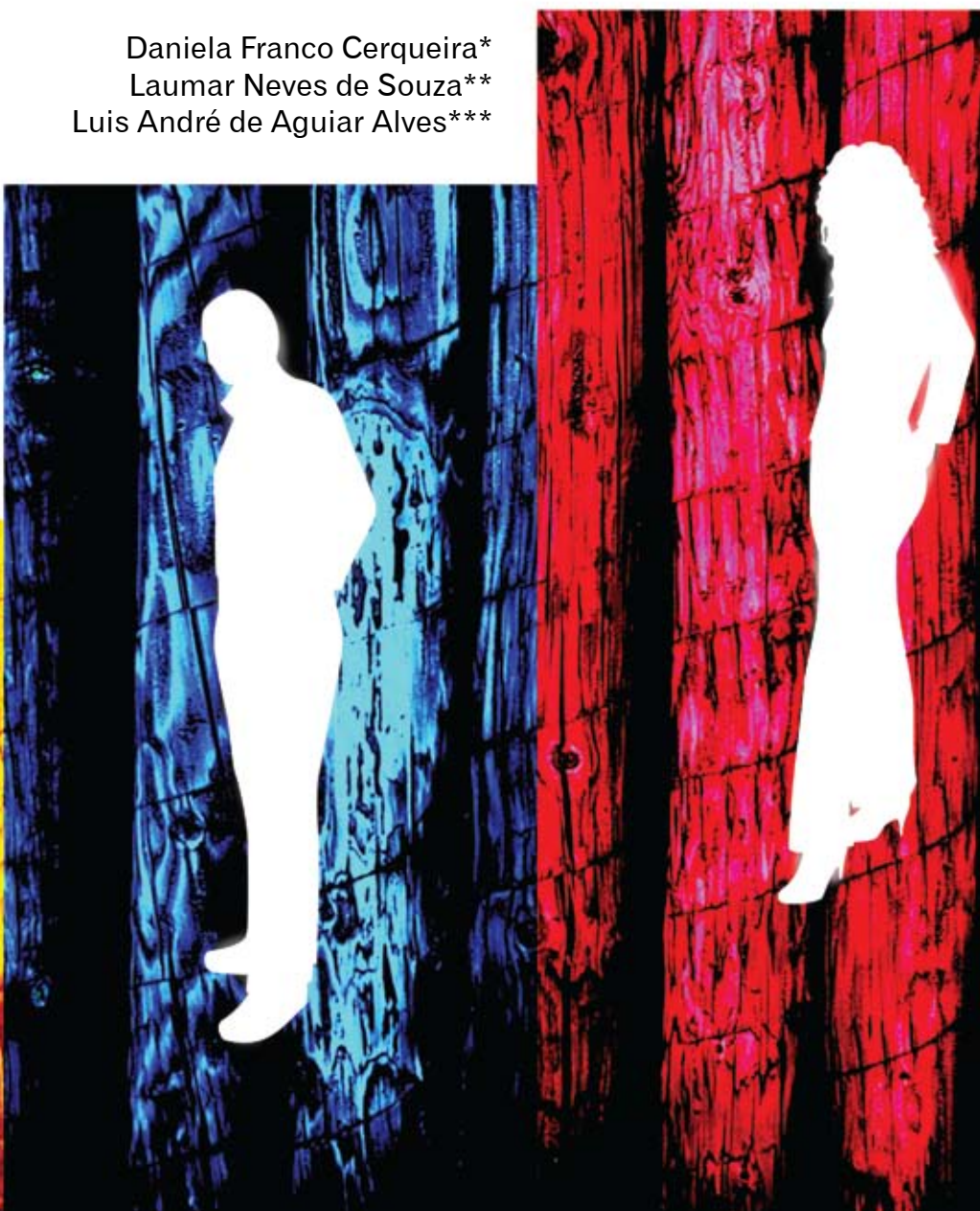
Situação do mercado de trabalho baiano em 2006

Daniela Franco Cerqueira*
Laumar Neves de Souza**
Luis André de Aguiar Alves***

* Mestre em economia. Pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). daniela_fran@hotmail.com

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br

*** Mestre em economia. Pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). luisandre@sei.ba.gov.br





O objetivo deste trabalho é descrever algumas informações da recém divulgada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que permitem retratar algumas características do mercado de trabalho baiano, no ano de 2006. A realização deste intento revela-se importante na medida em que expõe determinados aspectos socioeconômicos do estado da Bahia que são absolutamente cruciais e decisivos para definir as possibilidades atuais e futuras de superação de certos entraves que o impedem de galgar etapas mais avançadas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.

É importante salientar que a PNAD é uma das principais pesquisas por amostra disponível no Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que tem como finalidade a coleta de informações para subsidiar estudos e planejamento do desenvolvimento do País. Constitui-se num sistema de pesquisas por amostra de domicílios, de periodicidade anual, que levanta uma série de informações sociais e econômicas, que permitem traçar um perfil das populações investigadas em termos demográficos, educacionais, quanto ao mercado de trabalho, ao rendimento, habitação, nupcialidade e outros temas.

Vale notar que os indicadores construídos com as informações da PNAD têm cobertura nacional, abrangendo, portanto, tanto as áreas urbanas quanto rurais de todas as unidades da Federação. Talvez sua maior limitação seja, dado seu desenho amostral, a impossibilidade de se realizar com as suas informações análises que levem em conta a situação dos mais de 5 mil municípios brasileiros.

Feita referência a essas questões, cabe informar que este texto encontra-se estruturado de modo a possibilitar a visualização de algumas nuances relativas, basicamente, a dois contingentes populacionais: a População em Idade Ativa (PIA) – formado pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade – e a População Econômi-

camente Ativa (PEA) – composto pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade que se encontram vinculadas ao mercado de trabalho nas condições de ocupado ou desocupado. Na seqüência procura-se discutir a forma como os trabalhadores ocupados se distribuíam do ponto de vista da posição na ocupação e nos diferentes setores da atividade econômica, dando ênfase à questão da contribuição desses trabalhadores à Previdência Social. Seguem-se comentários a respeito do comportamento do rendimento dos trabalhadores. Por último, são apresentadas as considerações finais.

CARACTERÍSTICAS DA PIA

Segundo as informações que foram levantadas pela PNAD/2006, o estado da Bahia contava com um contingente populacional potencialmente ativo — grupo que, pelo menos em tese, reunia condições de se engajar em alguma atividade produtiva — de cerca de 11,4 milhões de pessoas. Quando se compara essa estimativa com aquela que foi apurada por essa mesma pesquisa, para o ano de 2005, percebe-se uma variação positiva da ordem de 2,1%, movimento praticamente idêntico ao observado no plano nacional (2,2%).

Também acompanhando aquilo que se verifica no cenário nacional, vê-se que a maior parte da PIA baiana (68,2%) concentrava-se, em 2006, nas áreas tidas como urbanas. Essa proporção era quase 1 ponto percentual maior do que a aferida no ano de 2005. Tal evolução pode ser entendida como associada à contínua elevação do grau de urbanização que tem acompanhado, sistematicamente, ao longo dos anos, a sociedade brasileira, de um modo geral, e a baiana, de forma particular. Em verdade, na Bahia, o crescimento do grau de urbanização entre 2005 e 2006 foi, do ponto de vista da variação em pontos percentuais, literalmente igual ao observado para a PIA, o que significa que sofreu uma elevação de 66,5% para 67,4%.

Ao se caminhar na direção de traçar um perfil desse grupo populacional, depara-se com um quadro que evidencia a seguinte realidade no que toca à participação de homens e mulheres: elas eram maioria, visto que correspondiam a cerca de 51% do total da PIA do estado. Também nesse particular, a realidade baiana

“O crescimento do grau de urbanização entre 2005 e 2006 foi, [...] literalmente igual ao observado para a PIA”

em nada se contrapunha ao que se apresentava no plano mais geral do País.

Com relação à distribuição etária da PIA estadual, é possível aferir que, em 2006, o contingente populacional proporcionalmente melhor representado era o que possuía pessoas com idades que variavam de 30 a 39 anos (16,9%). Outro grupo que também se destacava era aquele cujos indivíduos tinham idades que se inscreviam na faixa dos 40 a 49 anos, com cerca de 13,8% de toda a PIA baiana.

Os grupos etários mais jovens, ou seja, aqueles cujas idades situavam-se nas faixas de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, representavam, respectivamente, 12,3%, 12,4% e 12,5% do referido contingente. Já os grupos mais envelhecidos (50 a 59 anos e 60 anos ou mais) respondiam, respectivamente, por 9,5% e 11,7% de toda a PIA baiana.

Um outro dado que merece ser destacado diz respeito ao fato de que a área rural da Bahia, assim como constatado para o Brasil, detinha um contingente populacional em idade de trabalhar menos envelhecido do que o pertencente à urbana. Para comprovar isso, basta comparar a proporção de pessoas com idades que variavam de 10 a 24 anos nessas duas áreas: enquanto no rural baiano se alcançava um patamar de 39,8%, no urbano o percentual era um pouco menor, chegando a 36,0% do total.

Apesar dos avanços inequívocos nos últimos anos, no que tange ao acesso à educação, a força de trabalho potencial ainda se caracteriza por possuir níveis reduzidos

de escolaridade na Bahia. Para se ter uma idéia geral desse quadro, basta observar que quase 2/3 das pessoas que integravam a PIA nesse estado tinham, em 2006, no máximo até 7 anos de estudo, isto é, não tinham sequer concluído o ensino fundamental ou equivalente.

Vale notar que essa realidade era muito mais adversa do que a verificada nacionalmente, uma vez que o percentual daqueles que possuíam semelhante nível de escolaridade no Brasil alcançava 54,4%, ou seja, cerca de 10,2 pontos percentuais abaixo do que efetivamente foi apurado na Bahia, em 2006.

A desvantagem da PIA baiana frente à nacional no quesito escolaridade também se manifestava, evidentemente, quando o foco era o topo da pirâmide educacional. Isso porque a proporção de pessoas que fazia parte da PIA baiana e que já havia concluído o nível superior (2,6%) era inferior à metade da proporção daquelas com equivalente nível de estudo no Brasil (6,1%).

Detalhando um pouco mais a questão da escolaridade da PIA baiana, agora levando em consideração o sexo, observa-se que as mulheres que compunham esse agregado populacional eram portadoras de níveis de escolaridade mais elevados que os dos homens. Isso fica visível ao comparar-se, por exemplo, as proporções de homens e mulheres com 8 anos de estudo ou mais. Verifica-se que o total obtido para os homens (31,3%) era quase 10 pontos percentuais menor do que o total apurado para as mulheres (40,5%).

Analisando-se a temática da escolaridade da PIA baiana, considerando-se os meios urbano e rural, é possível constatar o enfrentamento de realidades opostas. De uma forma geral, é possível atestar que a força de trabalho potencial residente no espaço urbano se distinguia por possuir um nível de escolaridade médio que superava o patamar alcançado pelo espaço rural. Em que pese os avanços obtidos nos últimos anos no quesito educação, a situação das áreas rurais era, em 2006, ainda bastante adversa, uma vez que 85,8% das pessoas em idade ativa tinham no máximo 7 anos de estudo, isto é, não haviam nem mesmo concluído o ensino fundamental. No caso específico da área urbana, esse percentual totalizava 54,8%, contexto que embora

fosse menos precário, não sugeria, em absoluto, uma situação confortável ou pouco preocupante.

CARACTERÍSTICAS DA PEA

Apresentadas essas características da PIA baiana, cabe agora afunilar a análise, descrevendo a realidade de um outro contingente populacional, qual seja, o formado pelas pessoas economicamente ativas (PEA). Para tanto deve-se, de imediato, notar o seguinte: daquelas 11,4 milhões de pessoas integrantes da PIA, cerca de 7,1 milhões efetivamente freqüentavam o mercado de trabalho — fosse na condição de ocupado ou de desocupado —, sendo que a maior parte delas (66,1%) residia em áreas urbanas e os outros 33,9% restantes abrigavam-se em rurais.

Vale salientar que essa estimativa do tamanho da PEA baiana, em 2006, foi ligeiramente menor, cerca de 0,5%, do que aquela que foi calculada no ano imediatamente anterior. Com efeito, a ocorrência dessa redução no contexto baiano contraria o movimento verificado no conjunto do País, onde se constatou para esse agregado uma expansão da ordem de 1,4%.

As movimentações da PIA e da PEA no estado da Bahia, de 2005 para 2006, acabaram modificando, por via de consequência, a magnitude da taxa de participação — indicador que serve para medir a pressão dos trabalhadores sobre o mercado de trabalho. Mais precisamente, do primeiro para o segundo período tal indicador declinou, passando de 63,6% para 62,0%, conjuntura

“As movimentações da PIA e da PEA no estado da Bahia, de 2005 para 2006, acabaram modificando, por via de consequência, a magnitude da taxa de participação”

que sinaliza certo arrefecimento da pressão feita pelos trabalhadores no sentido de se inserirem no mercado de trabalho baiano.

Nesse ponto, é bom que se ressalte que esse cenário não foi exclusividade do estado da Bahia. Na verdade, na região Nordeste e no Brasil como um todo foi aferido um movimento semelhante, em termos de taxa de participação, ao observado no território baiano. No caso específico do Nordeste, tal indicador cedeu do patamar de 61,8%, em 2005, para 60,7%, em 2006. Já nacionalmente, observou-se uma redução de 62,9%, em 2005, para 62,4%, em 2006.

Voltando a tratar da Bahia, constatou-se que tanto os homens quanto as mulheres contribuíram para que a taxa de participação do mercado de trabalho baiano passasse pelo referido recuo. No entanto, foi a taxa de participação feminina que, proporcionalmente, que obteve a maior redução, saindo do patamar de 52,9% para 51,4%, movimento que correspondeu a uma variação percentual de -2,8%. Enquanto isso, a taxa de participação dos homens decresceu de 74,7%, em 2005, para 73,1%, em 2006, uma variação percentual de -2,2%.

Ao se trabalhar com essas informações, é preciso atentar para o fato de que, replicando o que acontecia no plano nacional, embora os homens baianos não fossem maioria na população em idade ativa, eles o eram no mercado de trabalho. Em termos mais precisos, tem-se que a PEA na Bahia contava com aproximadamente 4,1 milhões de homens (57,8%) e 3 milhões de mulheres (42,2%), em 2006. Essa grande diferença, de 1,1 milhão de pessoas, é o que explica, no plano mais imediato, a enorme diferença existente entre as taxas de participação dos indivíduos dos dois sexos.

Quando se investiga a distribuição da PEA baiana do ponto de vista etário em 2006, percebe-se que o trabalho de crianças e adolescentes ainda insiste em marcar presença, apesar dos esforços que vêm sendo envidados, nos últimos anos, no sentido de eliminá-lo. Em todo o estado, 201 mil crianças e adolescentes de 10 a 14 anos vivenciavam a desventura de participar do mercado de trabalho, situação que os cerceava de desfrutar integralmente os direitos que lhes são res-

guardados pela Constituição Federal. Em outros termos, 14,3% das pessoas que se encontravam numa faixa etária em que deveriam estar apenas estudando já haviam ingressado no mercado de trabalho, comprometendo, por conseguinte, o seu bem estar atual e o seu futuro.

Ao se comparar essas informações com as que foram evidenciadas na PNAD/2005, observa-se certo arrefecimento da pressão feita pelas crianças e adolescentes no mercado de trabalho baiano, uma vez que, no referido ano, aproximadamente 15,6% das pessoas incluídas no grupo etário de 10 a 14 anos já marcavam presença no mundo da produção.

Ainda no que diz respeito ao trabalho das crianças e adolescentes na Bahia, é fundamental ter em mente que esse era um problema que, em termos relativos, afligia muito mais intensamente as áreas rurais do que as urbanas. Isso porque, em 2006, enquanto nesses últimos espaços a representação dos indivíduos de 10 a 14 anos no conjunto da sua respectiva PEA atingia 1,6%, nos espaços rurais essa proporção alcançava o patamar de 5,3%.

Feita essa indicação, deve-se assinalar agora que a faixa etária de maior inserção econômica no mercado de trabalho estava compreendida entre 30 e 39 anos. Em 2006, 22,6% da PEA baiana pertencia a esse grupo etário. Outro grupo etário relevante na PEA baiana era formado pelas pessoas de 40 a 49 anos, que respondia por cerca de 18% de todo esse agregado populacional.

Os idosos (pessoas com 60 anos ou mais), bem como as crianças e adolescentes (pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos), constituíam os grupos que, proporcionalmente, menor representatividade tinham na PEA da Bahia, respectivamente 6,6% e 2,8%. Em grande medida, isso se devia ao fato de que muitas pessoas pertencentes a tais grupos encontravam-se numa condição de inatividade.

Como não poderia deixar de ser, as informações relativas à bagagem escolar da PEA espelham muitas das características que foram apontadas para a PEA estadual. Nesse sentido, observa-se que, de uma forma geral, a força de trabalho efetivamente engajada ao mercado de

“A força de trabalho efetivamente engajada ao mercado de trabalho acumulava níveis bastante reduzidos de escolaridade em 2006”

trabalho acumulava níveis bastante reduzidos de escolaridade em 2006. Em outros termos, nada menos do que 57,7% das pessoas que integravam a PEA não haviam sequer finalizado o ensino fundamental ou equivalente.

Em certa medida, esse quadro parece contradizer as sinalizações que passaram a ser observadas no mercado de trabalho, notadamente a partir da década de 1990, no sentido de privilegiar os trabalhadores mais instruídos. Acontece que, em função da matriz produtiva da economia, boa parte dos trabalhadores da Bahia ocupava-se no setor agrícola, o qual — não obstante as transformações tecnológicas e organizacionais sofridas nas últimas décadas — ainda é reconhecido como sendo o que menos exigências faz em termos de qualificação dos trabalhadores.

Deve-se sublinhar, ainda, que uma fração importante das atividades agrícolas na Bahia passa ao largo daquilo que se conhece como relação capital/trabalho — situação que envolve, obviamente, a compra e venda de força de trabalho —, ocorrendo, principalmente, portanto, dentro do escopo das atividades destinadas a garantir a própria subsistência, ou, em outras palavras, produção dirigida ao próprio consumo.

É importante assinalar que se no passado essa situação de fragilidade educacional do trabalhador baiano era alarmante, em 2006, apesar de todo o esforço empreendido pelos governos com vistas a melhorar o grau de escolarização da população baiana e, por conseguinte, da sua força de trabalho, ainda não foi suficiente para alinhar a realidade local à identificada no plano da média nacional.

Nesse âmbito, é sensivelmente menor a proporção de trabalhadores brasileiros (44,8%) que possuíam, no máximo, até 7 anos de estudo, ou seja, não chegaram a completar a grade curricular correspondente à base da pirâmide educacional. Em sentido contrário, a PEA da Bahia destacava-se por possuir uma proporção de trabalhadores com grau universitário (3,7%) inferior à metade da observada em termos de Brasil (8,3%). Nesse particular, contraditoriamente, o estado economicamente mais pujante do Nordeste encontrava-se, inclusive, numa condição inferior à aferida para o conjunto dessa região (4,6%).

De igual modo ao que foi constatado quando se tocou na assimetria educacional entre homens e mulheres no interior da PIA, as mulheres que eram efetivamente integrantes do mercado de trabalho caracterizavam-se por possuírem um grau de escolarização superior ao dos homens. Cerca de 35,7% das pessoas do sexo feminino tinham, no mínimo, finalizado o ensino médio ou equivalente, ao passo que entre os homens essa proporção alcançava um patamar da ordem de 21,5%. Essa situação, por certo, contribuiu para aumentar substancialmente, sob certos aspectos, o potencial de utilização da força de trabalho feminina, visto que o requisito escolaridade, conforme já sinalizado, vem se tornando fundamental, nos últimos tempos, para que qualquer trabalhador aspire uma inserção no mercado de trabalho.

É preciso deixar claro que essa vantagem comparativa da força de trabalho feminina frente à masculina é

“A PEA da Bahia destacava-se por possuir uma proporção de trabalhadores com grau universitário (3,7%) inferior à metade da observada em termos de Brasil (8,3%)”

um fator que inequivocamente ajuda a estreitar as assimetrias dos indicadores que definem e distinguem a participação dos indivíduos de ambos os sexos. Todavia não as elimina. Ou seja, não conduz a uma situação efetiva de igualdade de condições. Com efeito, ainda há um longo caminho a percorrer nessa direção — muitos outros aspectos da realidade social têm que se transformar de modo a tornar, verdadeiramente, mais equilibrada e igualitária a participação dos homens e das mulheres no mundo do trabalho.

Prova desse quadro pode ser encontrada, por exemplo, ao se contrapor os números referentes à taxa de desemprego das mulheres vis-à-vis a dos homens medidos para o ano 2006. Ao realizar esse exercício, vê-se que a taxa de desemprego das mulheres (12,5%) era muito superior do que a registrada para os homens (6,8%), indicando claramente que as mulheres ainda encontram mais dificuldades para se engajar numa atividade econômica remunerada.

Já que se tocou na questão do desemprego, cabe comentar que de 2005 para 2006 o mercado de trabalho baiano experimentou certo recuo da taxa de desemprego, cedendo de 9,9% para 9,2%. É bom que se diga que esse arrefecimento do desemprego atingiu os indivíduos dos dois sexos de forma diferenciada. No caso dos homens, a taxa de desemprego permaneceu praticamente inalterada, uma vez que se situava, em 2005, no patamar de 6,9%. Já entre as mulheres, observou-se uma queda importante da taxa de desemprego, tendo em vista que alcançava o nível de 14,2%, em 2005.

Traduzindo essas informações referentes à taxa de desemprego para valores absolutos, pode-se estruturar o seguinte panorama: de 2005 para 2006, o contingente de desempregados foi reduzido em 56 mil indivíduos. Desse total, 53 mil eram do sexo feminino e 3 mil do sexo masculino.

FORMAS DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA

Depois de ter feito referência ao total de pessoas na condição de desempregados em todo o estado, cabe também indicar quantas freqüentavam o mercado de

trabalho baiano na condição de ocupadas, em 2006. Segundo os levantamentos da PNAD, a Bahia contabilizava, nesse ano, um total de, aproximadamente, 6,4 milhões de pessoas desenvolvendo algum tipo de atividade produtiva, das quais 3,8 milhões eram homens e 2,6 milhões eram mulheres.

Comparativamente ao total de ocupados que foi encontrado no ano imediatamente anterior, vê-se que houve um incremento marginal. Em termos mais precisos, o contingente de ocupados variou, de um ano para o outro, apenas 0,3%, o que correspondeu a um acréscimo no total de ocupados, em números absolutos, da ordem de 21 mil pessoas.

Desse modo, evidenciou-se uma relativa estagnação da ocupação baiana — situação que contrasta com o que foi observado em todo o território nacional, dado que nesse horizonte espacial computou-se uma variação percentual da ocupação de cerca de 2,4%. Isso significou a entrada de, aproximadamente, 2,1 milhões de pessoas no contingente de ocupados — o que possivelmente está relacionado ao menor ritmo de crescimento da economia baiana vis-à-vis a do Brasil, em 2006, tal como indicam as primeiras informações relativas ao crescimento econômico captadas pela nova metodologia de cálculo do PIB. Contudo, deve-se ressaltar que até pouquíssimo tempo atrás, com uma metodologia antiga de aferição do PIB, esse cenário apresentava-se de modo inverso, ou seja, a economia baiana aparentava ter maior dinamismo do que a economia nacional.

Uma outra informação bastante interessante quando se analisa a evolução da ocupação, no período de tempo em foco, diz respeito ao fato de que as áreas urbanas e rurais apresentaram comportamentos diferenciados. Enquanto nesses primeiros espaços houve uma ampliação absoluta de 100 mil ocupações, nos outros foi constatada uma contração da ordem de 79 mil ocupações. Esse crescimento menos significativo de postos de trabalho nas áreas rurais esteve relacionado, muito provavelmente, ao fraco desempenho das atividades agrícolas.

É importante que se diga também que esse tímido acréscimo na ocupação total foi decorrente exclusivamente da expansão observada na ocupação feminina,

visto que, entre 2005 e 2006, o total de mulheres ocupadas saltou do patamar de 2,59 milhões de pessoas para 2,62 milhões; movimento que mais que compensou a contração dos ocupados do sexo masculino de 3,83 milhões de indivíduos para 3,82 milhões.

Ao se considerar a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação (Tabela 1), pode-se perceber que os vínculos predominantes no mercado de trabalho baiano eram, em 2006, os de conta própria, posto que representavam 25% dos ocupados, e os de empregados sem carteira de trabalho assinada, que respondiam por 23,3% da inserção ocupacional dos trabalhadores baianos.

No que se refere aos conta própria, embora essa posição tenha sido bastante divulgada como aquela que possibilita maior liberdade e autonomia ao trabalhador, o perfil desses ocupados — maior jornada de trabalho e remuneração variável — demonstra que a importância dessa categoria, longe de ser uma opção individual do trabalhador,

Tabela 1
Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação: Bahia, 2006

Posição na ocupação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1000 pessoas)
Total	6 440
Empregados	48,5
Com carteira de trabalho assinada	19,8
Militares e funcionários públicos estatutários	5,4
Outros	23,3
Trabalhadores domésticos	6,7
Com carteira de trabalho assinada	1,1
Sem carteira de trabalho assinada	5,6
Conta própria	25,0
Empregadores	2,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,1
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2
Não-remunerados	9,5
Sem declaração	-

Fonte: PNAD, 2006.

“O assalariamento sem carteira de trabalho assinada sempre teve uma participação importante no mercado de trabalho baiano, particularmente nas atividades comerciais, nos serviços domésticos e nos serviços pessoais”

parece estar mais associada à dificuldade de geração de postos de trabalho, forçando a inserção ocupacional por conta própria. Além disso, a elevada participação dessa posição ocupacional no total da ocupação reflete o processo vivido pela indústria de transformação de externalização de atividades anteriormente desenvolvidas no seu interior através da subcontratação de autônomos, transferindo as flutuações e a instabilidade da atividade econômica para o trabalhador.

O assalariamento sem carteira de trabalho assinada sempre teve uma participação importante no mercado de trabalho baiano, particularmente nas atividades comerciais, nos serviços domésticos e nos serviços pessoais. Mais recentemente, os novos padrões de gestão e organização do trabalho resultaram na generalização desse tipo de vínculo por todos os segmentos produtivos.

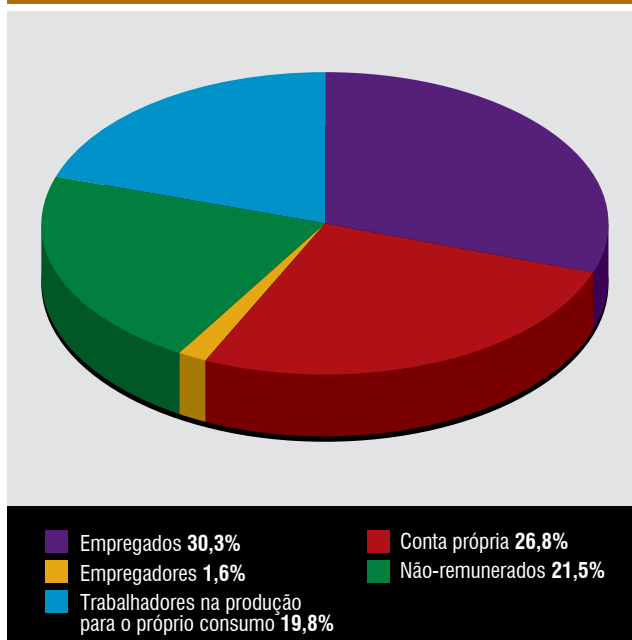
Destaca-se também a elevada participação na posição da ocupação das pessoas ocupadas na produção para o próprio uso, na produção para o próprio consumo e não remunerados, que juntos representavam 16,8% das pessoas ocupadas no estado da Bahia em 2006.

No que se refere aos grupamentos de atividade, a agrícola continuava, em 2006, como aquela com a maior proporção de ocupados do estado. Apesar de vir apresentando, já há algum tempo, um declínio de sua par-

ticipação relativa, ainda respondia por cerca de 36% dos trabalhadores baianos¹. Esse declínio se deve a um ciclo de modernização que incluiu o aumento da produtividade a partir do uso de insumos químicos, uso de máquinas, novas técnicas, melhoramentos genéticos, irrigação — processos poupadores de mão-de-obra — e ampliação da monocultura (COUTO FILHO, 2004), que geralmente avança expulsando os pequenos produtores e trabalhadores menos qualificados.

Um dado preocupante é que uma diminuta fração dos ocupados na agricultura contribuía para a previdência social, em 2006. Essa pequena participação se deve à importância dos pequenos produtores e dos membros das suas famílias ocupados na pequena produção tradicional e de subsistência (Gráfico 1). Ademais, reflete a tradição de pouca formalização das relações de trabalho assalariadas no campo, uma vez que embora quase 1/3 dos trabalhadores agrícolas estivessem na

Gráfico 1
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Agricultura na semana de referência, segundo a posição na ocupação: Bahia, 2006



Fonte: PNAD, 2006

¹ Segundo a PNAD/2005, a agricultura respondia por 38,4% dos ocupados do estado.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal: Bahia, 2006

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1000 pessoas)		
	Total	Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal	
		Contribuintes	Não-contribuintes
Total	6.440	2.017	4.423
Agrícola	36,0	6,2	93,8
Indústria	7,7	49,1	50,9
Indústria de transformação	6,9	45,7	54,3
Construção	6,5	24,2	75,8
Comércio e reparação	14,5	35,5	64,5
Alojamento e alimentação	3,7	25,1	74,9
Transporte, armazenagem e comunicação	4,1	48,5	51,5
Administração pública	4,6	89,0	11,0
Educação, saúde e serviços sociais	7,6	79,5	20,5
Serviços domésticos	6,7	17,4	82,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,4	27,2	72,8
Outras atividades	4,8	71,4	28,6
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	0,4	3,2	96,8

Fonte: PNAD, 2006.

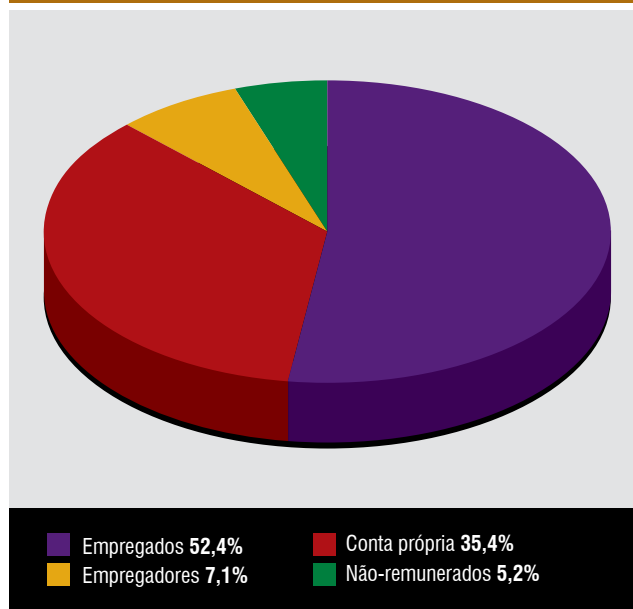
condição de empregados, a participação do setor na contribuição previdenciária (6,2%) se mostrou bastante inferior à proporção de empregados (30,3%).

As atividades comerciais, por sua vez, responderam pela segunda maior proporção de ocupados na Bahia (14,5%) em 2006. A importância desse setor no estado remonta o peso que o capital comercial teve na organização das mais diversas atividades produtivas ao longo de sua história econômica. Acrescente-se que com a industrialização baiana ocorreu a geração de postos de trabalho especialmente nos setores do Comércio e Serviços, em razão da construção de uma infra-estrutura adequada para abrigar os novos investimentos e do surgimento das grandes redes do comércio varejista nacional.

Ainda de acordo com a Tabela 2, apenas 35,5% dos trabalhadores do Comércio contribuíam para a previdência social. A importância dos conta própria nesse setor é um elemento explicativo dessa baixa contribuição. Esses trabalhadores, na grande maioria das vezes, estão associados aos pequenos empreendimentos familiares, que normalmente dispõem de pequeno capital e organização administrativa, espalhados por todo o estado. Além disso, a proporção de contribuição previdenciária (35,5%), inferior à participação de empregados do setor (52,4%), reflete a inserção precária dos seus empregados, contratados à margem da legislação trabalhista (Gráfico 2). Essa situação está em concordância com o que foi observado por Santos (2007): a maior parte dos empregos da RMS está ligada a micro e pequenas empresas, boa parte delas funcionando sem registros nos órgãos oficiais, por via de consequência, com a informalidade para as relações de trabalho.

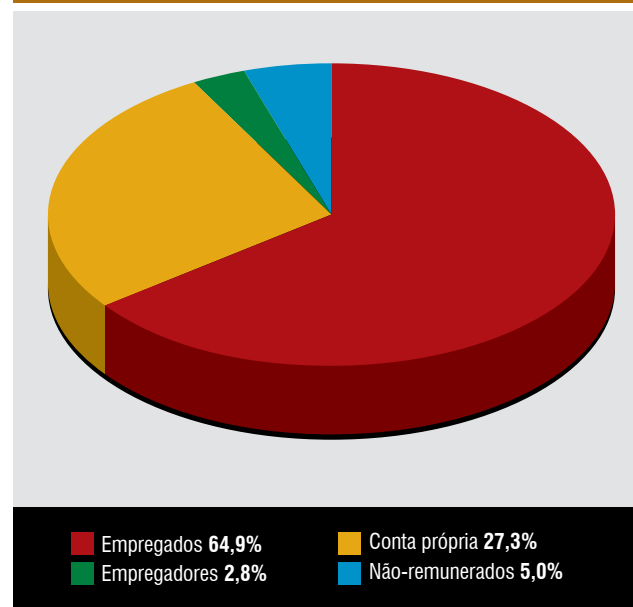
Para a Indústria de Transformação, os dados da Tabela 2 evidenciaram a inversão do tipo de vínculo predominante: de uma situação caracterizada por um alto grau de formalização, até o início dos anos de 1990, para uma outra na qual menos da metade dos seus ocupados contribuem para a previdência social, o que demonstra a generalização do emprego sem carteira de trabalho assinada no setor. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, assim como nas atividades comerciais, na indústria a proporção de contribuintes para a previdência (49,1%) é inferior à participação de empregados (64,9%), como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 2
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no Comércio na semana de referência, segundo a posição na ocupação: Bahia, 2006



Fonte: PNAD, 2006

Gráfico 3
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Indústria de Transformação na semana de referência, segundo a posição na ocupação: Bahia, 2006



Fonte: PNAD, 2006

Além disso, observa-se uma importante participação dos trabalhadores por conta própria resultante do processo de generalização da terceirização na indústria baiana. No caso da Região Metropolitana de Salvador (RMS), esse tipo de contratação foi ampliado nas chamadas funções auxiliares como limpeza, segurança patrimonial, vigilância e manutenção predial, e teve sua difusão para as atividades “essenciais para o processo de produção e, portanto, áreas nucleares” (DRUCK; BORGES, 2002, p. 115), como a operação e manutenção das máquinas e equipamentos, as análises de laboratório que controlam a especificação e qualidade do produto e instalações elétricas.

COMPORTAMENTO DO RENDIMENTO

No Gráfico 4 observa-se o rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e a posição na ocupação. Constata-se que, no geral, as mulheres ganham em média 81,7% dos salários médios dos homens. No entanto, os rendimentos médios menores entre as mulheres não são generalizados quando é levada em consideração a posição na ocupação. No emprego doméstico, as mulheres recebiam em média 57,6% do rendimento médio masculino; entre os ocupados por conta própria, o rendimento médio das mulheres correspondia a 68,0%; já entre os empregadores, o rendimento médio das mulheres situava-se em

88,5%. Contudo, entre os empregados, as mulheres ganhavam em média 3,8% a mais que os homens.

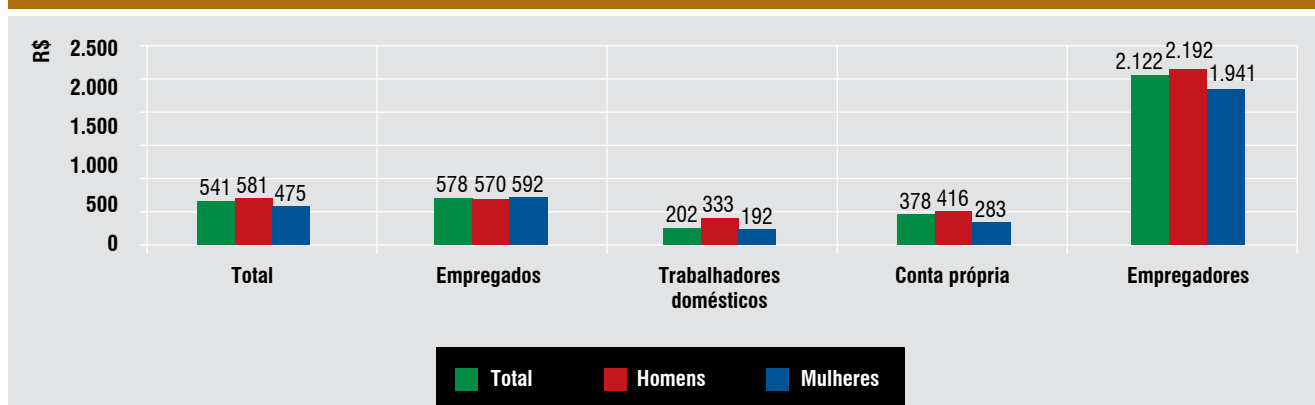
O valor do rendimento nominal médio dos trabalhadores baianos ficou, em 2006, em torno de R\$ 541,00. Quando se leva em conta a posição na ocupação, têm-se que os empregados apresentaram rendimentos médios de R\$ 578,00, os empregados domésticos de R\$ 202,00, os trabalhadores por conta-própria de R\$ 378,00 e os empregadores de R\$ 2.122,00.

No tocante ao comportamento do rendimento médio real de todos os trabalhos, é possível afirmar que entre 1996 e 2006 foram contabilizadas perdas tanto no estado da Bahia quanto no Brasil. Em termos de País as perdas no referido período ficaram em 8,9%, enquanto na Bahia foram de 1,8%. Muito provavelmente, a maior estabilidade da renda no estado da Bahia se deve aos baixos rendimentos auferidos pelos trabalhadores no seu mercado de trabalho, situação que faz com que a distribuição dos rendimentos nesse estado apresente uma elevada concentração de valores próximos ao do valor do salário mínimo e, conseqüentemente, seja mais influenciada pelo comportamento de tal salário.

Assim, em um período marcado pela deterioração do mercado de trabalho, as perdas de rendimento tendem a ser maiores nos setores onde os rendimentos são freqüentemente superiores aos limites impostos pela Lei. Em con-

Gráfico 4

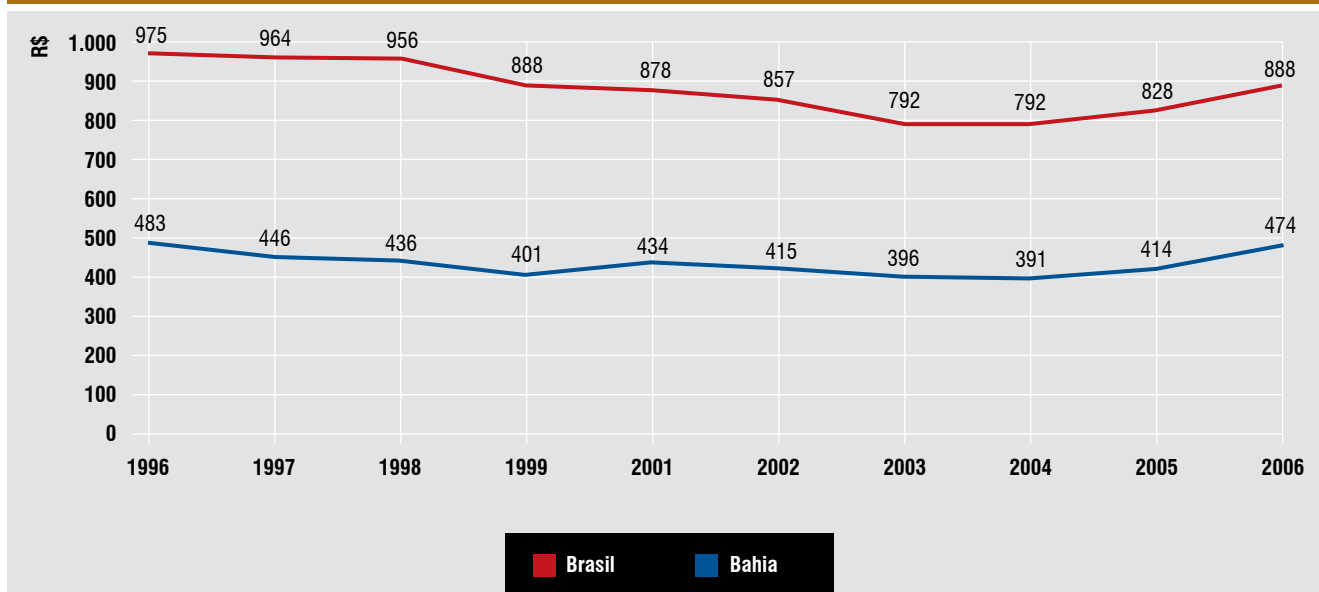
Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento no trabalho principal, total, por sexo, segundo a posição da ocupação no trabalho principal: Bahia, 2006



Fonte: PNAD, 2006

Gráfico 5

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho: Brasil e Bahia, 1996/2006



Fonte: PNAD, 2006

Nota: Em 2000, não foi realizada a PNAD devido ao Censo Demográfico

trapartida, os segmentos que possuem rendimentos menores apresentam uma menor rigidez à queda, devido aos limites legais impostos. Dessa forma, o rendimento médio do trabalho na Bahia convergiu para os valores médios do rendimento do trabalho no Brasil não pela melhoria dos rendimentos médios no estado, mas pelas maiores perdas apresentadas pelo rendimento médio no Brasil e pelo ganho real apresentado pelo salário mínimo.

Outra observação que pode ser feita é que os rendimentos médios reais se mostram declinantes, no Brasil, entre 1996 e 2003; a partir daí os rendimentos começam a se recuperar. Na Bahia, os rendimentos médios reais são declinantes, num primeiro momento, entre 1996 e 1999. No ano de 2001 ocorre uma ligeira recuperação, que não se sustentou, pois os rendimentos foram também declinantes entre 2002 e 2004; a partir daí os rendimentos começaram a se recuperar, da mesma forma que no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2005 e 2006, a PEA baiana apresentou uma taxa de crescimento negativa de 0,5%, ao passo que a PIA cres-

ceu 2,1%. Devido a esse comportamento, a taxa de participação caiu de 63,6% para 62,0%. Ao se descrever essa realidade deve-se indicar que a mesma não foi exclusividade desse estado, uma vez que em termos de Brasil também se constatou um arrefecimento da pressão exercida pelos trabalhadores sobre o mercado de trabalho.

Muito embora tenha havido essa semelhança de comportamento das taxas de participação medidas para a Bahia e o Brasil, não se pode deixar de atentar para o fato de que no caso baiano tal comportamento foi acompanhado por uma estagnação da ocupação no período, que cresceu apenas 0,3%, ao passo que no plano nacional foi verificada uma expansão da ordem de 2,4%.

De uma forma geral, os resultados encontrados pela PNAD/2006 ratificam e/ou confirmam a ocorrência de determinados fenômenos que já vêm sendo avistados há algum tempo. Talvez o principal deles seja a elevação das credenciais educacionais da força de trabalho baiana, tanto a potencial quanto a efetiva. Nesse particular, apesar dos avanços serem inequívocos, ainda será preciso trilhar um longo caminho para que a força de trabalho estadual possa rivalizar

em condições de igualdade no quesito educação com a existente em outras partes do Brasil, especialmente aquelas estabelecidas nos seus recantos mais desenvolvidos economicamente.

Ao se tocar na questão da escolaridade, deve-se fazer menção à superioridade feminina no quesito educação formal em relação aos indivíduos do sexo oposto, condição que supostamente “habilitou” as mulheres a ocuparem boa parte das oportunidades que surgiram no mercado de trabalho, tendo também contribuído, possivelmente, para amenizar o quadro de assimetria existente entre homens e mulheres nesse mercado.

Uma outra informação de extrema relevância que foi disponibilizada por essa pesquisa diz respeito à redução do contingente de crianças que trabalham. Também aqui, apesar dos avanços logrados, ainda existe muito que se fazer no sentido de oportunizar as crianças baianas, notadamente aquelas pertencentes ao grupo que frequenta as fronteiras do mercado de trabalho, condições efetivas para que possam gozar com plenitude os direitos que lhes são assegurados nas próprias leis existentes no País.

Por fim, cabe destacar duas coisas. A primeira diz respeito à permanência do histórico problema da forte concentração de trabalhadores nas atividades agrícolas, fenômeno associado, em grande medida, a uma reduzida produtividade da força de trabalho, haja vista as credenciais educacionais que normalmente são exigidas dos trabalhadores para que possam adentrar esse

setor, e a um padrão de absorção de trabalhadores que, via de regra, se afastam daquilo que normalmente se conhece como relação normal de trabalho, a qual, como se sabe, assegura um conjunto de direitos e benefícios aos trabalhadores. Para não faltar com a verdade, essa última situação é também marca registrada, em graus variados, nos demais setores de atividade da economia baiana. A segunda, por sua vez, refere-se ao fato de que a PNAD/2006 aponta a recuperação dos rendimentos médios do trabalho na Bahia, movimento que, a rigor, se inicia em 2004. Essa situação faz com que os trabalhadores baianos voltem a auferir um nível de rendimento que se aproxima muito daquele que foi recebido em 1996.

REFERÊNCIAS

COUTO FILHO, Vitor Athayde. Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 13, n. 4, p. 969 – 990, mar. 2004.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador: CRH, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). *Plano Tabular*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). *Plano Tabular*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SANTOS, Eletice Rangel. Perfil dos ocupados no comércio da Região Metropolitana de Salvador: uma análise para os biênios 1997/98 e 2004/05. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 15, n. 4, p. 563 – 569, mar. 2006.



BAHIA. ESTADO DA ARTE DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO ESTRATÉGICA.

Um estado que integra as mais avançadas técnicas de planejamento, gestão e monitoramento estratégicos, o que há de mais moderno em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, com políticas de igualdade e direitos humanos. A Bahia que cresce, com equilíbrio social, que cuida para que os frutos dessas conquistas sejam traduzidos em melhoria da qualidade de vida dos baianos. De todos os baianos. Sem distinção. A Bahia da tecnologia aplicada ao desenvolvimento. A Bahia do meio ambiente e da sustentabilidade. A Bahia da cultura e das Indústrias criativas, que caminha lado a lado com a economia global e nacional. A Bahia de todos nós.

Estrutura fundiária do estado da Bahia: a espera do novo censo

Lívia S. Santos*

Não há tema mais relevante para o entendimento do desequilíbrio econômico, social e ambiental no Brasil do que a estrutura fundiária. A sua relevância está sobretudo no fato de que ela se estabeleceu desde os primórdios a partir de uma base altamente concentradora e geradora de conflito de toda natureza.

Além de o Brasil ter sido “originado” como uma colônia de exploração, em que as riquezas naturais eram apropriadas sem nenhum tipo de controle ou preocupação com a conservação e reprodução do meio ambiente, a legislação agrária pós-independência, só agudizou e preservou o caráter concentrador do território brasileiro.

Desde o regime de sesmarias do Brasil colonial, baseado na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios de cultivá-la, passando pela Lei de Terras de 1850, que determinou que quem quisesse ter o direito à terra deveria pagar por ela, ao Estatuto da Terra a partir dos governos militares e até a Constituição de 1988, a legislação agrária brasileira sempre esteve subordinada aos interesses dos grandes capitais, alijando do processo de democratização do acesso à terra os pequenos proprietários.

* Economista, Mestranda em Economia pela UFBA e Pesquisadora da SEI/COPES. liviass@ufba.br, liviaeco@sei.ba.gov.br



Partindo dessa problemática, esse trabalho tem como objetivo apresentar um panorama da estrutura fundiária do estado da Bahia com vistas a entender como a forma em que o território está dividido, seja em termos de posse como em termos de utilização, afeta o desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental.

A pesquisa fundamentou-se, basicamente, em levantamento de estatísticas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) através dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996 para o estado da Bahia, além de pesquisa bi-

bliográfica vinculadas, direta ou indiretamente, às questões ambientais e fundiárias existentes no país e no estado.

Na seção seguinte, faremos uma breve revisão histórica da estrutura fundiária brasileira e metodológica das pesquisas realizadas pelo IBGE desde 1920 para obter informações sobre a realidade econômica, agrícola e agropecuária brasileira. Na seção 3, um pouco da história da estrutura fundiária baiana. Na seção 4, faremos uma análise pormenorizada dos Censos de 1970 e 1996, para compreendermos de que maneira a concentração de terras e as atividades econômicas



do estado afetam o meio ambiente. Por fim, breves considerações a respeito do que foi apresentado e grande expectativa sobre o Censo Agropecuário 2007, como um instrumento de políticas competentes para o estado.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Estrutura fundiária brasileira

A avaliação do estado atual da estrutura fundiária brasileira, como um todo, e da baiana, em especial, nos remete ao “longínquo” processo de colonização. A história de apropriação territorial no Brasil sempre foi marcada por profundas desigualdades e clara subordinação dos objetivos sociais aos objetivos estratégicos, seja dos grandes proprietários ou dos governos internacionais (a metrópole portuguesa a partir do século XVI e posteriormente a América do Norte).

O processo de colonização determinou uma drástica mudança quanto ao uso e posse das terras aqui existentes. O país até então era habitado por numerosas nações indígenas, com organização social rudimentar, em que o solo era explorado pela coletividade e os frutos partilhados pelos mesmos. Neste momento, as comunidades indígenas desconheciam a divisão dos bens, guiando-se por normas comunitárias, desde o trabalho até o consumo de alimentos.

Este fato pode ser constatado pela introdução dos primeiros ciclos econômicos desenvolvidos em grandes extensões de terras. Neste período os colonizadores tinham a necessidade de ocupar o vasto território brasileiro, o que foi possível através da divisão do território em 14 capitanias hereditárias e a subsequente implementação das sesmarias, que permitiam o acesso à terra por meio de doações.

O primeiro ciclo econômico implantado foi a extração do pau-brasil que destinava-se ao uso das tinturarias e no fabrico de móveis na Europa. Quando Portugal decidiu ocupar o Brasil de modo mais efetivo, iniciou a tarefa da produção de cana-de-açúcar.

O regime de sesmarias, na sua concepção original, imaginado para solucionar os problemas de abastecimento do reino português, tinha uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra, expressa na cláusula de condicionalidade da doação atrelada ao cultivo da terra.

Desta forma, durante todo o período colonial predominou no Brasil o desenvolvimento de monoculturas como a cana-de-açúcar e, posteriormente, algodão, café e cacau, todas associadas aos grandes latifúndios e voltadas para os interesses da metrópole.

Entretanto, embora tenha sua origem no regime de sesmarias, seria forçoso atribuir a este sistema a causa da persistência da enorme concentração de terras ainda hoje predominantes em toda a extensão do território brasileiro.

Essa persistência está muito mais atrelada à legislação agrária brasileira, que sempre atendeu aos interesses dos proprietários latifundiários, mesmo quando as “políticas agrícolas” buscavam dar um uso social às terras improdutivas, como foi o caso do Estatuto da Terra de 1964¹, do que à sua formação como colônia de exploração.

Histórico do censo agropecuário

Nesse processo conturbado de demarcação, regulamentação, apropriação e ocupação das terras brasileiras, as estatísticas produzidas pela então Diretoria Geral de Estatística em 1920 foi a primeira iniciativa de registro da dinâmica territorial brasileira. Inspirado no modelo norte-americano, convencionou-se a periodicidade decenal dos Censos brasileiros, mas daí até o último Censo realizado em 1996, questões políticas, institucionais e financeiras influenciaram diversas vezes a realização e divulgação dos resultados.

Na década seguinte, por conta da Revolução de 1930 que acabou com a queda do Governo, o Censo Agrícola não pôde ser realizado. No ano de 1940, já a cargo

¹ Sobre o estatuto da terra ver o texto “A Reforma Agrária no Brasil e o Estatuto da Terra de 1964” Disponível em: <http://www1.univap.br/~sandra/1964.pdf>

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi realizado o segundo Censo Agrícola, que por razão das dificuldades oriundas da Segunda Guerra Mundial, teve seus resultados divulgados apenas em 1950.

O Censo Agrícola de 1950, por sua vez, iniciado neste mesmo ano, só pôde ser divulgado em 1956. Em 1960, o Censo passou por um processo de inovação técnica através do uso de computadores na apuração dos resultados, que acabou por atrasar a divulgação dos dados definitivos.

O Censo Agropecuário de 1970 foi o quinto no gênero realizado no país. Este Censo, a exemplo dos Censos anteriores, atendeu às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Interamericano de Estatística (IASI) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ficando, assim, assegurada a uniformidade internacional de conceitos e a comparabilidade de seus resultados no âmbito das Américas.

Em 1975, houve uma modificação quanto à periodicidade dos Censos, para se aferir a menores intervalos as variações das estruturas econômicas do país, de modo que neste ano foi realizado o Censo Agropecuário de 1975, que diferia do anterior pela maior abrangência de quesitos.

Na sequência, o IBGE realizou o Censo Agropecuário de 1980. Em 1985, um novo Censo é realizado com a introdução de modificações nos sistemas de informática. E em 1996, o Censo Agropecuário que deveria ser realizado em 1990, é finalmente iniciado e a coleta de dados concluída no mesmo ano. Os resultados, em função de melhorias profundas nos processos até então utilizados nos Censos, foram divulgados em tempo recorde.

Os Censos Agropecuários, que têm como objetivo coletar e apresentar a sociedade e órgãos competentes dados sobre a estrutura e forma de aproveitamento das terras, máquinas, mão-de-obra, produção de rebanhos e de diversos tipos de cultura, além de tecnologia e financiamentos – entre outros aspectos referentes às atividades agrícola, pecuária e indústria rural –, nunca diferiram muito em sua forma, no máximo abrangendo

“Em 1985, um novo Censo é realizado com a introdução de modificações nos sistemas de informática. E em 1996, o Censo Agropecuário que deveria ser realizado em 1990, é finalmente iniciado”

novas variáveis ou novas formas de coleta que tornassem o recenseamento menos moroso na divulgação dos resultados (HISTÓRICO DO CENSO AGROPECUÁRIO, 2007).

HISTÓRICO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BAIANA

O processo de ocupação e povoamento do território brasileiro, baseado na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, também definiu o processo de ocupação do território baiano. O regime de sesmarias desenvolvido no país, contribuiu sobremaneira para a concentração fundiária do estado, uma vez que vastas extensões de terras eram doadas para um número extremamente reduzido de famílias.

Nesse período inicial da economia brasileira, o Recôncavo Baiano constituiu-se na área de ocupação mais antiga da Bahia. Durante as primeiras décadas após o descobrimento, a ação dos portugueses se restringia à extração do pau-brasil na costa litorânea do estado. Mais tarde, com a ocupação definitiva do território, foi introduzido o cultivo da cana para produção de açúcar, artigo de grande valor comercial e relativamente escasso na Europa.

Embora a cultura canavieira tenha se disseminado ao longo de todo o litoral brasileiro, o Recôncavo baiano se mostrou particularmente favorável ao seu desenvol-

vimento, tendo se tornado o grande centro produtor de açúcar da Colônia.

No entanto, apesar de definida a monocultura do açúcar como atividade econômica principal, o desenvolvimento do engenho exigiu atividades complementares, consideradas secundárias, porém fundamentais para a produção açucareira. Nesse sentido destacaram-se duas atividades: a pecuária e a agricultura de subsistência.

Num primeiro momento, a pecuária concorreu com as plantações de cana pela terra do litoral. Nesse período a atividade criatória atendia às necessidades das populações locais, era a criação para o próprio consumo. Com o correr do tempo, a exigência cada vez maior de terras para o cultivo da cana-de-açúcar expulsou a boiada dos limites da área agrícola. Iniciou-se então uma segunda etapa, com o deslocamento do gado para regiões interioranas, distantes daquelas destinadas ao cultivo da cana.

A partir do século XVII a atividade criatória torna-se mais independente, ocupando terras cada vez mais para o interior, devido à exigência de grandes extensões de terras para as pastagens. A criação de gado constituiu-se dessa maneira, em um dos principais fatores de penetração e ocupação do interior baiano. Outro fator importante para a consolidação da pecuária como atividade econômica característica das áreas não litorâneas do estado foi a queda do preço do açúcar no mercado internacional na segunda metade do século XVIII, que levou à migração da mão-de-obra livre do litoral para o interior.

No que diz respeito à organização espacial, esta sempre esteve atrelada aos interesses dos grandes proprietários, os quais eram apoiados pelas políticas de estado. A pecuária, que em princípio destinava-se a desempenhar o papel de atividade complementar à economia açucareira, de setor fornecedor de alimento e força de tração aos engenhos, ganhou considerável impulso nas décadas seguintes ocupando grande área rural do estado.

Na seção seguinte, questões como a concentração de terras e o desenvolvimento da atividade pecuária no esta-

do nos últimos anos do século XX serão discutidas, com base nas estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE.

DADOS DOS ÚLTIMOS CENSOS PARA A BAHIA

A composição e evolução da estrutura fundiária baiana podem ser melhor visualizadas quando nos utilizamos das estatísticas geradas pelos institutos de pesquisa agrária como é o caso do INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e IBGE. Neste trabalho, como já foi mencionado, procuramos desenhar este panorama a partir dos Censos Agropecuários de 1970 até o último realizado em 1996, que embora estejam defasados diante da dinâmica dos processos tecnológicos certamente implementados no setor agropecuário, é a última fonte de dados do IBGE.

Como já foi dito, o IBGE está neste momento em fase de elaboração de novas estatísticas que possibilitarão traçar um novo mapa da Bahia e do Brasil no campo, permitindo compreender as mudanças ocorridas nesses últimos onze anos.

Por hora, os dados disponíveis já constituem um grande instrumento de análise da evolução fundiária baiana, historicamente desestabilizadora do ponto de

“A composição e evolução da estrutura fundiária baiana podem ser melhor visualizadas quando nos utilizamos das estatísticas geradas pelos institutos de pesquisa agrária como é o caso do INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e IBGE”

Tabela 1
Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total: Bahia, 1970/1996

Grupos de área total	Ano										Variação % (1970-1996)
	1970		1975		1980		1985		1996		
	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	
Total	541.566	100,0	548.123	100,0	637.225	100,0	739.006	100,0	699.126	100,0	29,1
Menos de 10 ha	297.035	54,8	294.574	53,7	347.311	54,5	424.528	57,4	401.734	57,5	35,2
10 a menos de 100 ha	202.636	37,4	207.516	37,9	240.404	37,7	263.003	35,6	251.752	36,0	24,2
100 a menos de 1000 ha	39.687	7,3	43.274	7,9	46.050	7,2	47.563	6,4	41.874	6,0	5,5
1000 ha e mais	2.199	0,4	2.756	0,5	3.295	0,5	3.780	0,5	3.563	0,5	62,0

Grupos de área total	Ano										Variação % (1970-1996)
	1970		1975		1980		1985		1996		
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	
Total	22.260.826	100,0	25.263.546	100,0	30.032.595	100,0	33.431.402	100,0	29.842.900	100,0	34,1
Menos de 10 ha	1.042.466	4,7	1.054.966	4,2	1.243.191	4,1	1.442.426	4,3	1.373.887	4,6	31,8
10 a menos de 100 ha	6.474.986	29,1	6.647.977	26,3	7.455.689	24,8	7.976.506	23,9	7.534.252	25,2	16,4
100 a menos de 1000 ha	9.570.984	43,0	10.522.261	41,6	11.403.771	38,0	11.850.758	35,4	10.627.611	35,6	11,0
1000 ha e mais	5.172.391	23,2	7.038.340	27,9	9.929.939	33,1	12.161.703	36,4	10.307.151	34,5	99,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

vista econômico, social e ambiental. Variáveis como número de estabelecimentos agropecuários, área total dos estabelecimentos, utilização das terras, grupos de atividade econômica, dentre outras, permitem entender os desdobramentos certamente apontados pelo novo Censo².

Os dados agrupados na tabela 1 permitem compreender a dinâmica fundiária baiana no período de 1970 a 1996. Nesse período, a concentração de grandes extensões de terra em mãos de um pequeno número de proprietários de estabelecimentos agropecuários foi a característica marcante no estado da Bahia. Ao longo desses anos, os estabelecimentos com menos de 10 hectares sempre representaram mais de 50% do total de estabelecimentos, ao tempo em que não ultrapassavam mais do que 4,7% da área rural do estado³. Por

outro lado, os maiores estabelecimentos, 1.000 hectares e mais, não representavam mais do que 0,5% dos estabelecimentos do estado, mas abrangiam parcela de área seis a dez vezes maior.

Outra informação importante que a tabela abaixo nos oferece é que no período em questão, o número de estabelecimentos com 1.000 hectares e mais cresceu ao mesmo tempo em que a área total ocupada cresceu significativamente mais. Entre os estabelecimentos com menos de 10 hectares, no entanto, o processo foi bem dramático. O aumento do número desses estabelecimentos foi acompanhado por uma redução da área ocupada, ou seja, houve uma subdivisão territorial entre os menores estabelecimentos ao passo em que os maiores estabelecimentos tiveram sua área ampliada em quase 100%.

No último período (1985 a 1996), no entanto, ocorre uma redução da área rural do estado de modo que todos os grupos de estabelecimentos têm a área reduzida. Essa redução mostra em certa medida um novo

² Sobre a conceituação das variáveis utilizadas nas tabelas e gráficos ver o site do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>

³ hectare equivale a 10.000m².

desenho para o campo. Pela primeira vez desde 1970 há um movimento de descentralização da posse de terra. A redução da área e do número de estabelecimentos ocorre muito mais fortemente entre os grandes estabelecimentos do que entre os menores. Há que ver se esse foi um movimento isolado na história baiana ou uma tendência, que só poderá ser comprovada com o resultado do último Censo ainda em fase de realização.

A tabela 2 seguinte nos mostra a realidade da estrutura fundiária baiana no ano de 1996. De acordo com os da-

dos desse Censo, os estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares representavam 87,3% do total de estabelecimentos, enquanto que os estabelecimentos com mais de 50 hectares representavam apenas 12,7%. Mesmo dentre esses, a concentração de área por um número reduzido de estabelecimentos ainda é bastante considerável. Com 100.000 e mais hectares há dois estabelecimentos situados no Oeste do estado.

Outro fator desestabilizador da estrutura fundiária baiana é a forma como atividade econômica do estado está agrupada. A pecuária lidera ocupando, só ela, 57,22% da área rural do estado. Quando a isso se soma a produção

Tabela 2
Estabelecimentos segundo grupos de área total:
Bahia, 1996

Grupos de área total	Estabelecimentos
Menos de 1 ha	69.052
1 a 2 ha	73.069
2 a 5 ha	150.650
5 a 10 ha	108.963
10 a 20 ha	98.456
20 a 50 ha	110.086
50 a 100 ha	43.210
100 a 200 ha	22.301
200 a 500 ha	14.777
500 a 1.000 ha	4.796
1.000 a 2.000 ha	2.163
2.000 a 5.000 ha	1.000
5.000 a 10.000 ha	244
10.000 a 100.000 ha	154
100.000 e mais ha	2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Tabela 3
Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica: Bahia, 1996

Grupo de atividade econômica	1996	
	Área	%
Total	29.842.900	100,00
Lavoura temporária	5.229.518	17,52
Horticultura e produtos de viveiro	109.081	0,37
Lavoura permanente	2.855.726	9,57
Pecuária	17.075.518	57,22
Produção mista (lavoura e pecuária)	3.401.456	11,40
Silvicultura e exploração florestal	908.986	3,05
Pesca e aquicultura	3.210	0,01
Produção de carvão vegetal	259.406	0,87

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Tabela 4
Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários: Bahia, 1970/1996

Espécie de efetivo (unid.)	Ano					Variação % (1970-1996)
	1970	1975	1980	1985	1996	
Bovinos	5.657.275	8.139.414	8.942.727	9.315.074	8.729.953	54,3
Bufalinos	4.808	7.075	12.410	16.242	11.828	146,0
Equinos	449.544	467.888	523.036	673.333	635.686	41,4
Asininos	384.690	336.030	326.308	306.488	303.390	-21,1
Muare	265.550	223.602	215.567	219.969	198.582	-25,2
Caprinos	1.579.760	2.254.750	2.290.476	2.163.837	1.922.373	21,7
Ovinos	1.665.516	2.005.244	2.239.381	1.979.010	2.007.356	20,5
Suínos	1.901.877	2.197.448	1.740.929	1.511.601	1.211.160	-36,3
Aves (mil cabeças) ¹	8.833	12.053	13.664	13.795	18.269	106,8
Total	11.917.853	15.643.504	16.304.498	16.199.349	15.038.597	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Nota: galinhas, galos, frangas e frangos

mista, que envolve lavoura e pecuária, sua participação sobe para 68,62% nas atividades econômicas do estado. Em seguida estão as lavouras temporária e permanente com 17,52% e 9,57% da área, respectivamente.

Em termos do efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários baianos, os bovinos sempre representaram de 40% a 60% do total de efetivos animais aproximadamente, embora tenham crescido a uma

taxa menor que a taxa de crescimento dos bubalinos no período de 1970 a 1996. Outra espécie que teve um crescimento expressivo nesse período foram as aves (106,8%). A tabela abaixo ainda nos indica, por meio do total do número de efetivo de animais, a redução da área rural do estado ocorrida entre os últimos Censos. O número de animais que cresce de 1970 a 1980, passa a decrescer a partir desse ano.

Na pecuária, principal atividade econômica do estado como vimos, os bovinos também têm grande participação. Em 1996 eles representavam 29,5% do total de animais criados, ficando atrás apenas da criação de aves que tinham uma representação de 53,3% na pecuária.

A extensão de terra utilizada no estado está, por consequência, estreitamente vinculada à pecuária que, como veremos, representa uma das atividades humanas mais impactantes para o meio ambiente. A maior parte do gado é ainda criada pelo sistema extensivo, onde os animais permanecem soltos no pasto, ocupando vastas áreas. Por conta deste sistema, grandes áreas naturais são destruídas. Segundo dados do Censo, no período de 1970 a 1996, as pastagens naturais foram as mais exploradas, seguidas das matas e floretas naturais e pastagens plantadas.

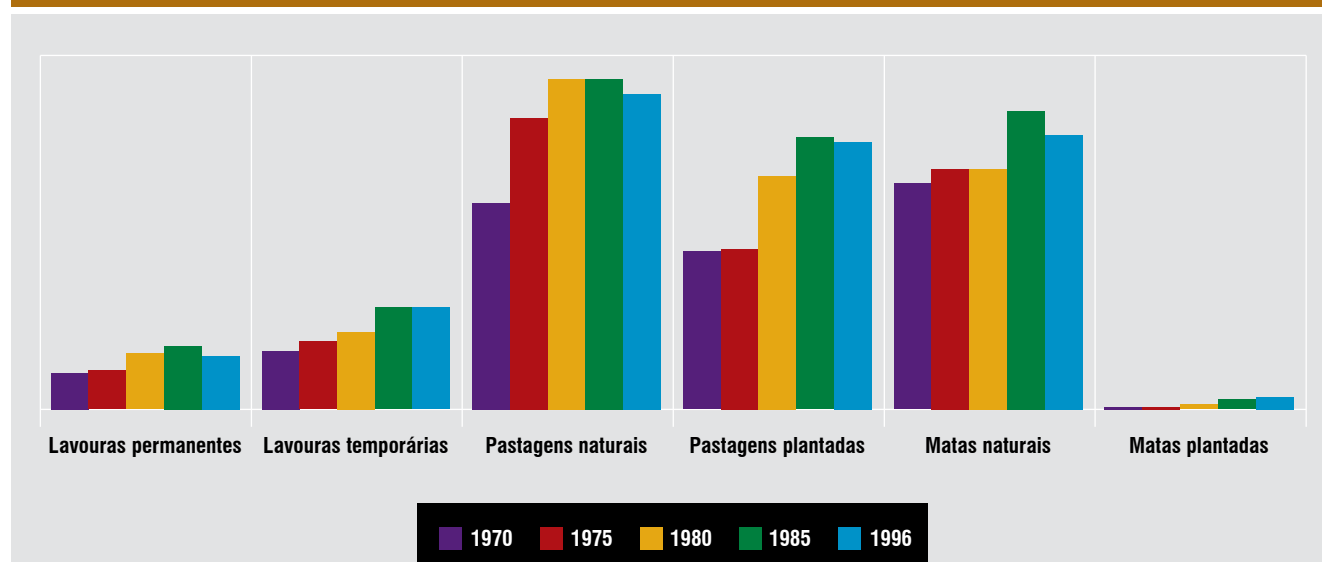
Tabela 5
Efetivo dos rebanhos por grupo de atividade econômica:
Bahia, 1996

Espécie de efetivo/ rebanho	Grupo de atividade econômica	
	Pecuária	Produção mista ¹
Bovinos	6.269.365	1.149.975
Bubalinos	9.313	651
Equinos	369.619	97.921
Asininos	131.972	56.959
Muare	72.225	24.331
Caprinos	1.285.362	327.554
Ovinos	1.219.672	399.494
Suínos	570.347	269.293
Aves	11.346.849	2.469.663
Coelhos	3.246	1.208

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

¹ lavoura e pecuária

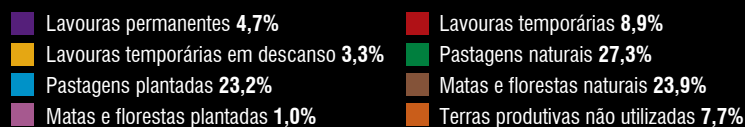
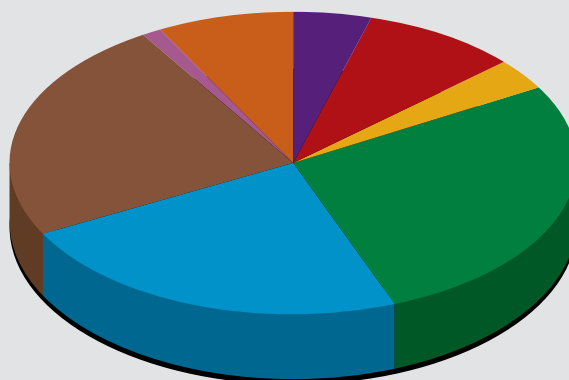
Gráfico 1
Área dos estabelecimentos agropecuários segundo utilização das terras: Bahia, 1970/1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Gráfico 2

Área dos estabelecimentos agropecuários segundo utilização das terras: Bahia, 1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

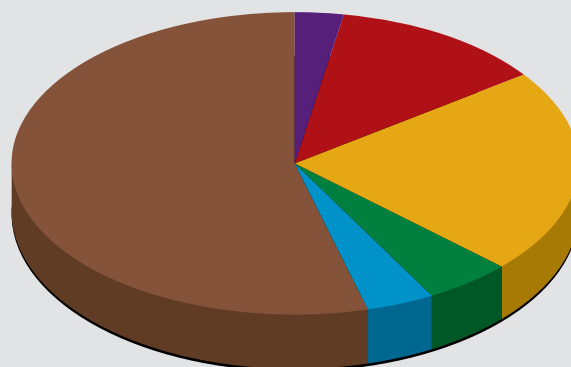
Em 1996, 27,3% da área dos estabelecimentos agropecuários abrangiam pastagens naturais, seguida das matas e florestas naturais e das pastagens plantadas com 23,9% e 23,2%, respectivamente. Por outro lado, havia ainda no estado 7,7% de terras produtivas não utilizadas.

Além de grandes extensões de terra, a pecuária consome grandes quantidades de água, grãos, combustíveis fósseis, pesticidas e drogas. Na Bahia ela se destaca como a principal atividade econômica utilizando mais de 57% da área rural do estado, sendo, portanto, a responsável pela quase totalidade das tecnologias utilizadas nos estabelecimentos baianos. Em 1996, conforme mostra o gráfico 3, 54% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam agrotóxicos e medicamentos. Por outro lado, apenas 3% deles utilizavam técnicas de conservação do solo.

Outro fato que chama atenção ao longo do período de 1970 a 1996 é o aumento extraordinário do uso de trações nos estabelecimentos agropecuários. Enquanto o número de pessoas ocupadas neste setor permane-

Gráfico 3

Estabelecimentos por tecnologias utilizadas na atividade econômica principal: Bahia, 1996



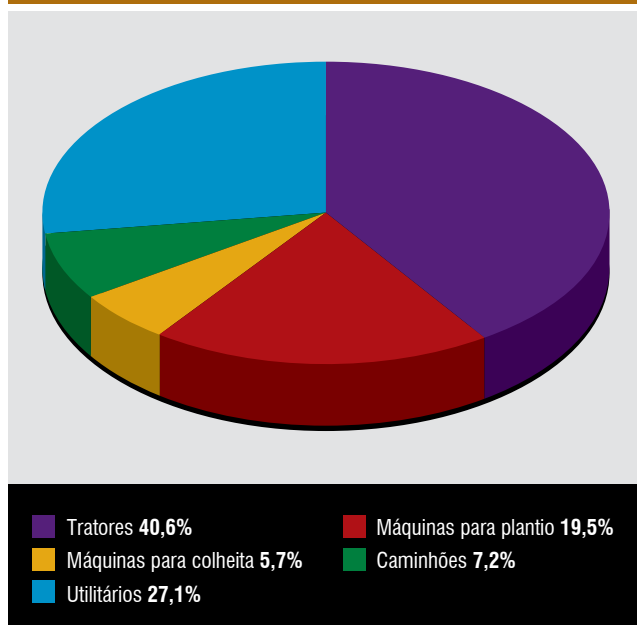
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Tabela 6
Pessoal ocupado e número de tratores em estabelecimentos agropecuários: Bahia, 1970/1996

Capital x Trabalho	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1996
Pessoal ocupado (Pessoas)	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590
Número de tratores (Unidade)	1.838	4.342	13.349	15.953	25.443
Relação Capital x Trabalho	0,001	0,002	0,005	0,005	0,010

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

Gráfico 4
Maquinaria e veículos existentes: Bahia, 1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração do autor

ce praticamente inalterado, com uma variação positiva de 18%, o número de tratores tem um aumento expressivo de 1.284%.

Em 1996, 40,6% dos veículos existentes em toda área rural do estado eram tratores e 7,2% caminhões. As máquinas para plantio representavam 19,5% da maquinaria existente e as máquinas para colheita 5,7%. A ofensiva dos tratores é grande no estado principalmente porque,

em geral, a derrubada da mata beneficia os pecuaristas, interessados em aumentar as áreas de pasto.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O IMPACTO SOBRE O MEIO AMBIENTE

A forma como a estrutura fundiária baiana foi estabelecida traz problemas em várias direções: problemas de ordem social, política, econômica e ambiental. Como foi possível demonstrar através dos dados dos Censos Agropecuários, um dos graves problemas da forma como o território baiano está distribuído é a alta concentração de terra em mãos de poucas empresas e/ou famílias.

Além disso e, principalmente, em um momento em que questões ambientais são altamente debatidas por vários setores da sociedade pelo avançado estágio de degradação do meio ambiente, o impacto ambiental da atividade econômica se torna uma questão relevante.

No estado da Bahia, particularmente, em decorrência do processo histórico de exploração do território, as formas de utilização das terras e as tecnologias empregadas pelos proprietários de estabelecimentos agropecuários, estiveram fortemente relacionadas com a pecuária, uma atividade econômica historicamente desenvolvida e que abrange, só ela, 57,22% da área rural do estado.

A ação impactante que a pecuária tem sobre o meio ambiente tem sido muito discutida entre os setores competentes. São vários os problemas apontados pelos estudiosos decorrentes do uso extensivo da terra pela pecuária, entre eles podemos destacar: i) devastação de florestas; ii) degradação da biodiversidade; iii) lançamento excessivo de gases metano no ar; iv) pisoteamento do solo; v) uso ineficiente da água; entre outros.

A destruição de ambientes naturais, através da remoção da cobertura vegetal original para a formação de pastos, além de comprometer a biodiversidade da área – fazendo com que a maior parte dos animais e plantas nativas desapareçam do local, sendo substituídos por forrageiras e gado –, interrompe o equilíbrio e a reciclagem natural de nutrientes.

A pecuária também é uma das mais importantes fontes de poluição do meio ambiente. A reprodução em escala industrial do rebanho, ocasionando em lançamento excessivo de gases metano à atmosfera, tem sido apontada como principal causa do efeito estufa e aquecimento global. Segundo o estudo "A Grande Sombra da Pecuária", divulgado pela FAO (Agência para Agricultura e Alimentação da ONU)⁴, os rebanhos bovinos emitem grandes quantidades de gases que provocam o efeito estufa. No estado da Bahia o efetivo de bovinos teve uma ampliação de 54,3% de 1970 até 1996 e os bubalinos, uma ampliação de 146% nesse mesmo período (VALOR ECONÔMICO, 2007).

Além disso, a pecuária consome grandes quantidades de água. A compactação dos solos causada pelo pisoteamento de animais, torna a área de pecuária impermeável, dificultando a absorção da água. Não obstante esses problemas estarem bastante difundidos, a conservação do solo e a preservação do meio ambiente, de um modo geral, não parecem ser uma preocupação premente dos proprietários de estabelecimentos agropecuários. Segundo dados do último Censo Agropecuário, apenas 3% dos estabelecimentos baianos utilizavam técnicas de conservação do solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da discussão sobre estrutura fundiária brasileira, muitos assuntos importantes fazem coro nos dias atuais. Entre eles, a concentração e o destino dado às terras rurais do território brasileiro, são causas de problemas históricos no país como a pobreza, a fome, o conflito no campo, a degradação do meio ambiente e o rebatimento que isso tem sobre as áreas urbanas.

A distribuição das terras de forma discriminatória à época da colonização brasileira e o uso predatório das riquezas naturais aqui encontradas, acabaram por consolidar ao longo do desenvolvimento do país, em consonância com as políticas governamentais, um tecido social altamente desigual.

Em algumas regiões, mais que outras, o processo histórico de ocupação e de exploração, bem como, as características do clima, relevo e condições do solo, aprofundaram a desigualdade originalmente estabelecida. O estado da Bahia, por ser o berço da ocupação portuguesa e onde a exploração ocorreu de forma intensa, ainda guarda fortes marcas do seu "remoto" passado.

O desenho atual da estrutura fundiária baiana é, como vimos, em grande parte fruto de seu passado histórico. Além disso, o discurso público pautado primeiro na monocultura, depois na importância das grandes propriedades da agricultura e da pecuária e, nos dias mais recentes, no agronegócio, como importantes vetores de desenvolvimento do país, continuamente exclui do processo de democratização das terras os pequenos produtores e os trabalhadores rurais sem terra.

Nesse processo, as estatísticas desenvolvidas por institutos de pesquisa agrária como é o caso do INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e IBGE, foram e são importantes instrumentos de acompanhamento da dinâmica territorial brasileira. Com base nos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE entre os anos 1970 e 1996, pudemos neste trabalho, analisar dados referentes ao número e área dos estabelecimentos agropecuários, aos grupamentos de atividade econômica desenvolvidas no estado e às tecnologias utilizadas por estes estabelecimentos. Tais informações permitiram compreender a evolução rural baiana nesse período, que nada mais foi do que o desdobramento de um processo histórico mais demorado.

Apesar da ligeira desconcentração de terras ocorrida entre os anos de 1985 e 1996, que só poderá ser atestada com os dados no novo Censo, a estrutura fundiária baiana permanece altamente concentrada.

Outro fator desestabilizador da estrutura fundiária baiana é a forma como a atividade econômica do estado está agrupada. A pecuária lidera ocupando, 57,22% da área rural do estado. Como vimos, essa atividade econômica traz sérios problemas ambien-

⁴ Disponível no site www.fao.org

tais e tem sido tema de debates acalorados sobre seus impactos no clima e no solo.

Além disso, embora chame para si a responsabilidade benévola sobre a alimentação da população do estado, o estudo “Perfil alimentar e posse da terra na área rural do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil”⁵ sugere que a ingestão dos alimentos nas famílias rurais está diretamente relacionada com a posse da terra, observando-se que o consumo de produtos animais, como a carne de boi e o ovo, apresenta uma tendência crescente em relação à posse da terra. Entre as famílias sem terra e pequenos proprietários os alimentos que compõem o grupo dos “grãos e raízes” representam mais de 70% da dieta alimentar.

Todo esse quadro da estrutura fundiária brasileira e baiana, em particular, observado até o ano de 1996, descreve uma situação de extrema dureza e dificuldade para as populações menos favorecidas bem como de agressão intensa sobre o meio ambiente.

Esperamos que com os dados obtidos a partir da realização desse novo Censo Agropecuário, análises possam ser feitas com o intuito de subsidiar políticas públicas que caminhem na direção da construção de um meio rural menos desigual e mais compensatório do ponto de vista das perdas históricas dos pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra e da revisão dos modos de apropriação das riquezas naturais, principalmente por estar a Bahia, neste momento, sob governo de um partido historicamente ligado aos movimentos de luta pela reforma agrária e, portanto, conhecedor da sanha dos grandes latifundiários que sempre tiveram nas políticas de governo um grande aliado.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves de; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. *Agricultural model and sustainable development: the occupation of Piauí savanna*. In: Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 8, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2005000200009&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 11 Julho 2007. Pré-publicação.
- DIEESE; Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do meio rural*. NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) Especial, 2ª edição, Brasília – São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Djalma Neves; RIBEIRO, Sônia Pereira. *A espacialização do desenvolvimento social no território baiano*. Série Políticas Públicas, n. 2, SEPLANTEC, Salvador, 2001.
- HISTÓRIA DO CENSO AGROPECUÁRIO. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/hist_agro.shtm> Acesso em: 08 Jul 2007.
- IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 05 de Jul 2007.
- KOLLER, W.W. *Parceiros biológicos na pecuária*. Embrapa - Gado de Corte Divulga, Campo Grande: n. 28, 1998, não paginado.
- MENDES, Luiz Gonzaga; SILVA, Domingos Nascimento. *Variação da estrutura fundiária do estado da Bahia*. In: Revista Bahia Agrícola – SEAGRI, v. 2, n. 3, novembro de 1998.
- NOVO RETRATO DO BRASIL. Disponível em: <<http://bomdia-brasil.globo.com/Jornalismo/BDBR/0,,AA1517465-3682-665395,00.html>> Acesso em: 08 Jul 2007.
- SEI. *Uso Atual das Terras – Bacia do Recôncavo Norte e do Rio Inhambupe*. Série Estudos e Pesquisas. Publicação 2003/ nº 64.
- SILVA, Lígia Maria Osório. *Terra, direito e poder – O latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira*. ABA – Boletim 27 – Questão Fundiária no Brasil. IE/Unicamp.
- VALOR ECONÔMICO. *Pecuária representa 18% do efeito estufa, diz FAO*. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=323419>> Acesso em: 24 Jul 2007.



Qual o destino das exportações baianas?

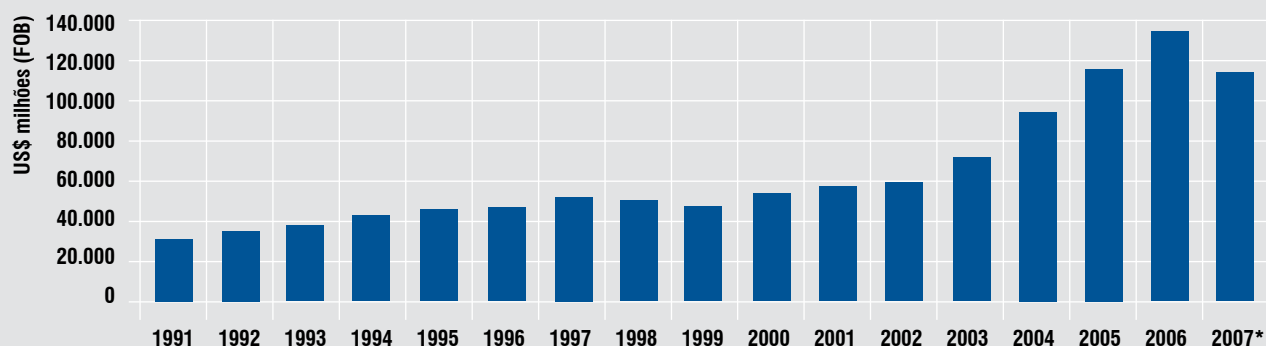
Rodnei Fagundes Dias*

* Mestre em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE-UFBA) e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). rodnei@ufba.br



Nos últimos anos, o Brasil vem estabelecendo recordes sucessivos no que tange à sua participação no volume global de exportações, especialmente a partir de 1999, ano que marca a mudança do regime de câmbio no País. Desde então, as exportações brasileiras aumentaram 186,33% até 2006, com uma perspectiva de alcançar aumento ainda maior, dado que, no acumulado do ano (até o mês de setembro), as exportações em 2007 já são 15,49% superiores às registradas no mesmo período do ano anterior. O gráfico abaixo ilustra a dimensão desta recente trajetória de aumento das exportações no Brasil.

Gráfico 1
Evolução das exportações: Brasil, 1991 - 2007



Fonte: MDIC/ SECEX. Elaboração própria. *Dados até setembro

A mudança no regime cambial brasileiro certamente favoreceu as exportações nacionais, não obstante a recente valorização à qual a moeda nacional vem se sujeitando. Aliado a isso, o aumento da competitividade brasileira em vários setores ajuda a explicar o desempenho recente das nossas exportações. Essa competitividade pode ser traduzida em fusões e aquisições, por parte de empresas brasileiras, de alguns grandes conglomerados internacionais (como as compras efetuadas pela Vale do Rio Doce da canadense Inco, tornando-se a segunda maior mineradora do mundo, e pela Petrobras das operações argentinas da Petrolera Santa Fé, que pertencia ao grupo americano Devon, ainda em 2005), ampliando as possibilidades do comércio intrafirma¹.

¹ Por comércio intrafirma entende-se todo o tipo de transação comercial que uma empresa realiza com sua matriz e ou com suas coligadas. Nas palavras de Baumann (1993), "(...) o comércio intra-indústria, combinados com a alta participação das empresas exportadoras de propriedade estrangeira (...) criam a expectativa de que um número significativo de operações deve ocorrer entre as diversas filiais das empresas multinacionais".

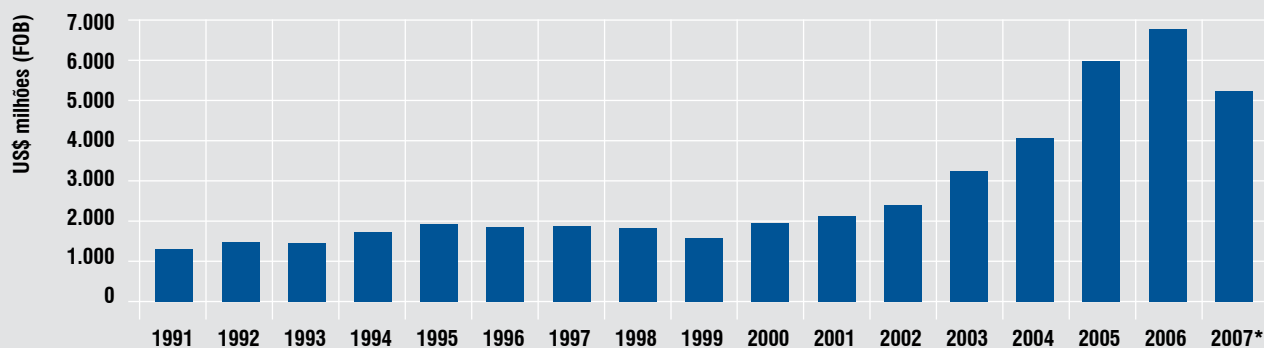
Outro importante aspecto para entender o crescimento das exportações brasileiras diz respeito à ampliação do mercado consumidor dos nossos produtos, que vem se diversificando graças à política comercial praticada pelo governo, que desde 2003 vem buscando divulgar nossos produtos em regiões nas quais o comércio brasileiro era muito incipiente, formando inúmeras parcerias com países da Ásia, do Oriente Médio e da África. A Tabela 1 elucida melhor essa diversificação dos destinos das exportações brasileiras no acumulado de 2007 até o mês de agosto, em comparação ao mesmo período de 1999.

A Bahia, por sua vez, também vem atingindo sucessivos recordes com relação às suas exportações (Gráfico 2). Entre 1999 e 2006, as exportações baianas cresceram consideráveis 328,24%, com perspectiva de crescer ainda mais, uma vez que, no acumulado de 2007 (até setembro), as exportações baianas já ultrapassaram em 4,67% o volume alcançado no acumulado do mesmo período em 2006.

Tabela 1					
Exportações principais países de destino: Brasil, Jan-Ago.1999 e 2007*					US\$/FOB
Países	1999	Part. %	Países	2007	Part. %
Estados Unidos	6.814.829.808	22,09	Estados Unidos	16.185.850.515	15,80
Argentina	3.384.591.069	10,97	Argentina	9.033.888.365	8,82
Países Baixos (Holanda)	1.772.759.132	5,75	China	7.191.363.817	7,02
Alemanha	1.719.234.826	5,57	Países Baixos (Holanda)	5.056.563.261	4,94
Japão	1.405.069.983	4,56	Alemanha	4.561.235.667	4,45
Bélgica	1.220.450.586	3,96	Itália	2.904.354.453	2,84
Itália	1.204.364.964	3,90	Japão	2.879.985.673	2,81
Reino Unido	944.186.929	3,06	Venezuela	2.810.239.051	2,74
Espanha	833.236.942	2,70	Chile	2.771.745.981	2,71
França	777.371.795	2,52	México	2.714.268.532	2,65
México	576.343.621	1,87	Bélgica	2.555.964.339	2,50
Chile	544.655.819	1,77	Rússia	2.299.121.556	2,24
Paraguai	480.547.867	1,56	França	2.234.070.605	2,18
China	441.104.256	1,43	Espanha	2.190.257.808	2,14
Rússia	428.381.363	1,39	Reino Unido	2.016.590.285	1,97
Uruguai	427.684.879	1,39	Colômbia	1.508.090.821	1,47
Coréia do Sul	407.255.159	1,32	Canadá	1.403.085.855	1,37
Venezuela	335.537.810	1,09	Irã	1.375.860.034	1,34
Demais países	7.127.844.403	23,10	Demais países	30.740.905.463	30,01
Total	30.845.451.211	100,00	Total	102.433.442.081	100,00

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria. * Dados até setembro

Gráfico 2
Evolução das exportações: Bahia, 1991 - 2007



Fonte: MDIC/ SECEX. Elaboração própria. *Dados até setembro

Considerando os efeitos positivos da mudança cambial e os ganhos de competitividade, este artigo buscará mostrar se, como o Brasil, a Bahia vem diversificando seus parceiros comerciais, especialmente no que se refere ao destino de suas exportações nos últimos anos, buscando corroborar com uma situação que pode ser constatada para o caso brasileiro.

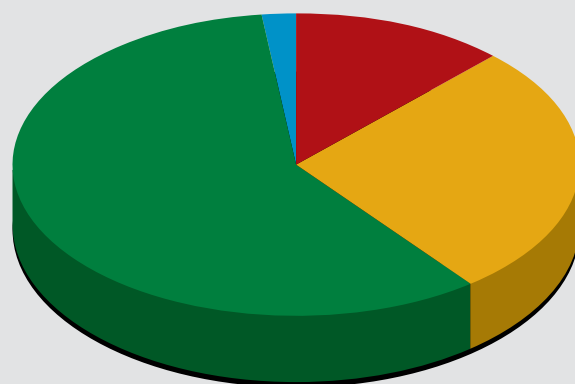
Assim, além desta introdução, este artigo contará com mais três seções: a segunda buscará abordar a situação das exportações baianas em 1999; a terceira tratará dos dados mais recentes das exportações do Estado (até setembro de 2007); e, por fim, a última seção trará algumas considerações finais a respeito desta dinâmica.

AS EXPORTAÇÕES BAIANAS EM 1999

Em 1999, as exportações baianas apresentavam a seguinte composição: 58,54% de produtos manufaturados; 27,31% de produtos semi-manufaturados; 12,26% de produtos básicos; e 1,89% de operações especiais (Gráfico 3).

Mesmo considerando as limitações da classificação tradicional da pauta de exportações (DIAS; PINHEIRO, 2007), observa-se em 1999 a predominância de produtos industrializados (semi-manufaturados + manufa-

Gráfico 3
Composição das exportações: Bahia, 1999



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria.

turados) entre aqueles exportados pelo Estado. Outra forma de analisar as exportações baianas do período encontra-se disposta na Tabela 2.

Tal como anteriormente, os bens intermediários (normalmente destinados à cadeia de produção da indús-

Tabela 2
Composição das exportações: Bahia, 1999

US\$ FOB

Produtos	Valor (US\$)	Part. %
Bens de Capital	27.142	1,72%
Bens de Capital (exceto equipamentos de transporte para uso industrial)	27.076	1,71%
Equipamentos de Transporte para uso Industrial	66	0,00%
Bens de Consumo	69.409	4,39%
Bens de Consumo Duráveis	5.904	0,37%
Bens de Consumo Não-Duráveis	63.505	4,02%
Bens Intermediários	1.333.992	84,37%
Alimentos e Bebidas destinados à Indústria	143.611	9,08%
Insumos Industriais	1.177.984	74,50%
Peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte	12.397	0,78%
Combustíveis e Lubrificantes	120.740	7,64%
Demais Operações	29.863	1,89%
Total	1.581.146	

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria

tria) são predominantes. Essa concentração pode ser explicada pela vocação da Bahia em atrair empresas ligadas à produção petroquímica e, desde o início dos anos 90, à indústria de celulose (PINHEIRO; DIAS, 2007), que muitas vezes tem direcionado sua produção para atender o mercado externo.

Ademais, é possível observar que os principais destinos das exportações baianas em 1999 (Tabela 3) foram similares ao das exportações brasileiras², apresentando como principais parceiros EUA e Argentina, que representam, conjuntamente, 44,17% do total exportado no período. Os cinco maiores países consumidores das exportações baianas em 1999 absorviam 57,95% do total exportado pelo Estado.

Essa concentração em poucos mercados consumidores, notadamente os EUA e a Argentina, poderia tornar-se extremamente danosa, especialmente no caso de um deles atravessar alguma turbulência interna, o que impactaria significativamente o volume exportado pelo Estado.

² No total das exportações brasileiras, EUA e Argentina representaram, em 1999, 22,23% e 11,17% respectivamente.

Tabela 3
Principais destinos das exportações: Bahia, 1999

Ord.	Descrição	US\$ FOB	Part. %
1	Estados Unidos	446.292.279	28,23
2	Argentina	252.000.252	15,94
3	Países Baixos (Holanda)	94.605.231	5,98
4	Antilhas Holandesas	64.251.974	4,06
5	Japão	59.193.291	3,74
6	Itália	49.562.469	3,13
7	Bélgica- Luxemburgo	47.382.106	3,00
8	Alemanha	44.242.774	2,80
9	França	42.972.977	2,72
10	Reino Unido	39.792.675	2,52
11	Indonésia	38.442.896	2,43
12	Espanha	38.097.660	2,41
13	Chile	34.714.743	2,20
14	México	28.433.066	1,80
15	República da Coreia do Sul	27.114.032	1,71
16	Portugal	21.362.943	1,35
17	África do Sul	19.131.494	1,21
18	China	16.723.922	1,06
19	Colômbia	12.992.474	0,82
20	Porto Rico	3.604.913	0,23
Total		1.380.914.171	87,34

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria

AS EXPORTAÇÕES BAIANAS EM 2007

Atualmente, as exportações baianas (até setembro) apresentam a seguinte composição: 58,29% de manufaturados; 27,19% de semi-manufaturados; 13,39% de básicos; e 1,14% de operações especiais. Esse resultado não difere muito daquele observado há nove anos atrás, mostrando que a dinâmica das exportações baianas vem apresentando certa estabilidade desde o final dos anos 90, mesmo com a entrada em operação do Projeto Amazon implantado pela Ford no Estado, cuja produção, em boa parte, é destinada a atender o mercado internacional, sobretudo a América Latina. Analisando a composição das exportações baianas sob a ótica dos setores definidos nas contas nacionais do IBGE, chega-se ao resultado disposto na Tabela 4.

Como é possível constatar, houve uma redução de 12,28 p.p. na participação de bens de natureza inter-

mediária na pauta exportadora do Estado em relação a 1999, com destaque para a queda na participação dos insumos industriais de 13,89 p.p. no período. Em compensação, registrou-se um aumento da ordem de 11,16 p.p. na participação de bens de consumo durável na pauta de exportação estadual, resultado que pode ser atribuído à produção de indústrias como a Ford e as do setor de calçados, cujos produtos são destinados principalmente aos países latino-americanos, além do aumento na participação dos combustíveis de 4,18 p.p. no período em questão.

Tabela 4
Composição das exportações: Bahia, 2007*

US\$ FOB		
Produtos	Valor (US\$)	Part. %
Bens de Capital	44.492	0,85%
Bens de Capital (exceto equipamentos de transporte para uso industrial)	44.476	0,85%
Equipamentos de Transporte para uso Industrial	16	0,00%
Bens de Consumo	738.518	14,11%
Bens de Consumo Duráveis	564.742	10,79%
Bens de Consumo Não-Duráveis	173.776	3,32%
Bens Intermediários	3.774.159	72,09%
Alimentos e Bebidas destinados à Indústria	389.676	7,44%
Insumos Industriais	3.173.284	60,61%
Peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte	211.199	4,03%
Combustíveis e Lubrificantes	618.813	11,82%
Demais Operações	59.486	1,14%
Total	5.235.468	

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria. * Dados até setembro

Ao mesmo tempo, é possível observar os principais destinos das exportações baianas em 2007 (até setembro), dispostos na Tabela 5. Em relação a 1999, constata-se que os dois principais mercados consumidores dos produtos exportados pela Bahia permaneceram os mesmos: EUA e Argentina. Contudo, sua participação no total exportado recuou de 44,17% em 1999 para 31,88% até setembro de 2007. Esse resultado mostra que, assim como as exportações brasileiras, os produtos baianos destinados ao exterior têm diversificado seus mercados consumidores.

Prova disso é o surgimento de alguns mercados importantes nesse período. A Venezuela, que em 1999 nem figurava na lista dos 20 maiores mercados consumidores de produtos exportados pela Bahia, hoje é o 10º mercado mais importante. Situação similar ocorre no caso das Bahamas (8º), Chipre (12º) e Canadá (19º).

Tabela 5
Principais destinos das exportações: Bahia, 2007*

Ord.	Descrição	US\$ FOB	Part. %
1	Estados Unidos	1.033.076.029	19,73
2	Argentina	636.303.703	12,15
3	Países Baixos (Holanda)	501.083.168	9,57
4	China	402.997.705	7,70
5	México	299.125.290	5,71
6	Bélgica	285.894.490	5,46
7	Itália	208.999.232	3,99
8	Bahamas	190.660.374	3,64
9	Alemanha	177.595.348	3,39
10	Venezuela	155.865.129	2,98
11	França	116.832.575	2,23
12	Chipre	92.947.695	1,78
13	Reino Unido	77.665.150	1,48
14	Japão	76.570.264	1,46
15	Chile	71.031.451	1,36
16	Espanha	63.382.669	1,21
17	Colômbia	63.231.565	1,21
18	Provisão de navios e aeronaves	57.891.547	1,11
19	Canadá	53.819.229	1,03
20	República da Coreia do Sul	50.086.938	0,96
Total		4.615.059.551	88,15

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria. *Valores computados até setembro

Além disso, países cujas participações eram ínfimas em 1999 passaram a ter relevância no comércio internacional de produtos fabricados na Bahia, como o caso da China (que em 1999 era considerado o 18º mercado consumidor mais importante das exportações baianas e, até setembro de 2007, passou a ocupar a 4ª colocação) e do México (que saltou da 14ª posição em 1999 para ocupar o posto de 5º maior mercado consumidor das exportações baianas).

Nestes dois casos em particular, pesam duas questões importantes: a primeira, a instalação da Ford na Bahia,



cujos produtos são destinados, em boa parte, para atender o mercado latino-americano, como já destacado anteriormente; a segunda, conforme vem sendo defendido por especialistas da área de comércio internacional, é a voracidade da China no consumo de produtos agrícolas, cuja participação na pauta exportadora do Estado da Bahia tem se mostrado cada vez mais importante, como apontado por Pinheiro e Dias (2007).

Ao mesmo tempo, o surgimento na 18ª posição da operação especial provisão de navios e aeronaves mostra a crescente importância do sistema portuário do Estado, que não raramente vem sendo utilizado como entreposto de abastecimento por embarcações de todo o mundo, ligadas ao transporte de produtos ou mesmo de passageiros, com os crescentes cruzeiros internacionais que aportam nas águas baianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia ocupa atualmente o posto de 8º maior Estado exportador do Brasil, cujos totais representam 4,5% das exportações nacionais. Esse posto ilustra a importância do Estado na economia nacional e no comércio do Brasil com o resto do mundo. Um dos fatores preocupantes na realização de qualquer espécie de comércio diz respeito à concentração dos mercados consumidores, pois, caso ocorra qualquer problema, as vendas de qualquer ente comercial (empresas ou países) podem sofrer uma significativa redução, comprometendo, muitas vezes, os negócios e a sua sustentabilidade, conduzindo a uma situação de vulnerabilidade.

Essa concentração em poucos mercados consumidores, observada em 1999, como apontou este artigo, caso per-



sistisse, poder-se-ia tornar perigosa para o futuro das exportações baianas, trazendo impactos significativos sobre o volume exportado pelo Estado caso alguma turbulência interna ocorresse em um desses mercados, com efeitos que se multiplicariam sobre sua economia doméstica.

Por isso, a diversificação nos destinos das exportações baianas, com o crescimento da participação de alguns países, pode ser considerada um mecanismo de defesa importante para os interesses econômicos do Estado. O crescimento das relações multilaterais no âmbito da América Latina também precisa ser considerado quando se identifica o crescimento das exportações de produtos para países como México e Venezuela.

A estratégia da indústria automobilística instalada no Estado, aliada à ausência de indústrias competitivas

de bens duráveis nos demais países do continente, pode ajudar a compreender o crescente aumento das exportações baianas voltadas à América Latina. Para corroborar tal assertiva, basta constatar que, entre os 20 maiores mercados consumidores de produtos exportados pela Bahia até setembro de 2007, seis são constituídos por países latino-americanos, cujo valor representa 27,05% das exportações do Estado – 6,06 p.p. acima daquele observado em 1999.

REFERÊNCIAS

ALICEWEB. *Estatísticas diversas*. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>>. Acesso em: 28 out. 2007.

BAUMANN, Renato. Uma avaliação das exportações intrafirma do Brasil: 1980-1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, dez. 1993. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/820/758>>. Acesso em: 25 out. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Indicadores estatísticos*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2007

DIAS, Rodnei F. Dias; PINHEIRO, Bruno R. Pinheiro. *Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006: como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional?* Salvador, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.nec.ufba.br/artigos.html>>. Acesso em: 25 out. 2007

PINHEIRO, Bruno R.; DIAS, Rodnei F. Como tem sido a inserção baiana no comércio internacional: uma análise para os anos de 1989-1996-2006 com base na metodologia UNCTAD?. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 156, jul./set. 2007. No prelo.

PROMOWEB. *Estatísticas e análises do comércio exterior da Bahia*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.

Nova Série do PIB baiano: 2002/2005

COREF/DISTAT*

Os resultados da nova série das contas regionais da Bahia para o período 2002 a 2005, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), evidenciam uma modificação na estrutura produtiva do estado, com aumento da participação do Setor de Serviços e diminuição da agregação de valor pelo Setor Industrial. Essa tendência de aumento da participação do segmento de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB) segue um movimento que se manifesta na economia mundial. A modificação captada pela nova metodologia reflete um processo que se acelerou muito na década de 1990 do século passado, em especial, pela maior abertura de mercado.

A reestruturação produtiva induziu a redução de margens de diversos setores econômicos, que ajustaram as suas funções de produção em busca de competitividade. Nesse sentido, o processo de terceirização avançou velozmente, não apenas nas tradicionais tarefas de limpeza e segurança, passando a ser, com grande intensidade, componente primordial nas áreas especializadas de produção, principalmente no segmento industrial.

Essa mudança gera um duplo movimento contábil: Na indústria, o avanço e ampliação de participação da

terceirização no processo de produção aumentam o Consumo Intermediário e, como conseqüência, reduz o Valor Agregado do setor.

No setor de serviços, além da inclusão de uma gama de atividades modernas, que se expandiram consideravelmente na década de 1990, foram incorporadas, também, as empresas prestadoras de serviços de terceirização, aumentando o valor agregado do setor.

As mudanças e inovações introduzidas na Nova Série permitem, em um menor intervalo de tempo, atualizar a composição interna do PIB de todas as Unidades da Federação. Com base nos novos resultados, pautados nas pesquisas anuais, pode-se ter mais clareza da importância relativa das novas atividades na geração do valor agregado, uma vez que elas captam com mais rapidez o movimento de entrada e/ou saída de empresas na economia.

Conforme demonstra a tabela a seguir, as modificações nos valores nominais do PIB, na comparação entre as distintas formas de mensuração apontaram uma diferença de 5,7% em 2005. O resultado não surpreende,

* Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas/ Diretoria de Indicadores e Estatísticas da SEI

Tabela 1
Produto Interno Bruto; Série Nova e Série Antiga:
Bahia, 2002-2005

Ano	PIB Bahia Nova Série (R\$ milhão)	Taxa de Crescimento Nova Série (%)	PIB Bahia Série Antiga (R\$ milhão)	Taxa de Crescimento Série Antiga (%)	Diferença valores nominais (Série Antiga e Nova Série)
2002	60.672	...	62.102	...	-2,3
2003	68.147	2,2	73.167	2,3	-6,9
2004	79.083	9,2	86.882	9,6	-9,0
2005	90.943	4,7	96.442	5,7	-5,7

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas

se considerarmos que a metodologia anterior preconizava a extrapolação dos valores registrados no censo de 1985, ante a inexistência de novos levantamentos censitários. O auxílio da nova metodologia torna mais atualizada a análise da realidade econômica da Bahia, mas não desqualifica o trabalho que vinha anteriormente sendo implementado. A leitura da realidade agora é realizada com o auxílio de pesquisas estruturais que passaram a ser especialmente desenhadas para aferir o desempenho dos principais setores econômicos, a exemplo, da Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio, entre outras. Essa foi uma novidade em termos de cálculo, uma vez que os censos econômicos deixaram de ser levantados desde 1985.

Como já mencionado, sob respaldo da nova metodologia de contas regionais, alicerçada nas pesquisas estruturais, houve uma reponderação das atividades, pois a

nova metodologia trata o setor de serviços de maneira mais ampla que a anterior¹, como também detecta um maior consumo intermediário no setor industrial.

A Bahia, desde os fins da década de 1990, recebeu investimentos industriais de grande porte. Esses investimentos contribuíram para a diversificação da matriz industrial, a exemplo do complexo automotivo, calçadista, eletroeletrônico, celulose e plásticos, entre outros. Entretanto, os mesmos foram captados pela antiga metodologia de cálculo, que não contava, ainda, com o auxílio das pesquisas estruturais anuais, desenhadas, para ampliar a visão dos elementos constitutivos das variáveis macroeconômicas que compõem o PIB, em nível regional.

Diante do exposto, observava-se uma predominância do setor industrial na composição do PIB baiano, como revela o gráfico 1 e, no gráfico 2, a expansão do setor de Serviços, sob o prisma da nova metodologia.

Gráfico 1
PIB - BA - 2005
Estrutura por Grandes Setores, na Série Antiga

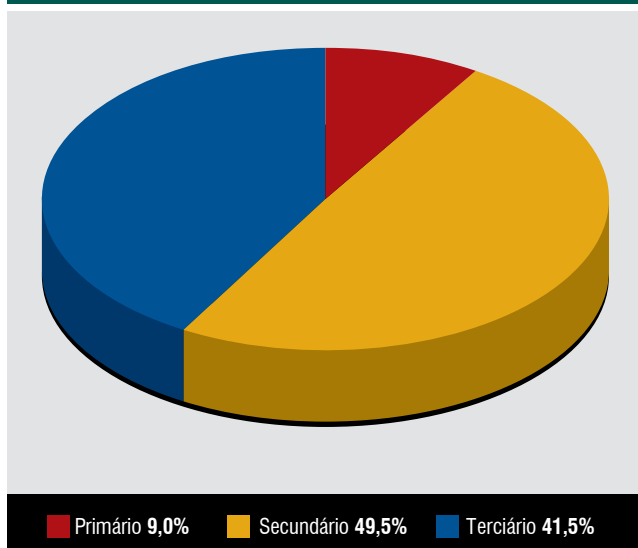
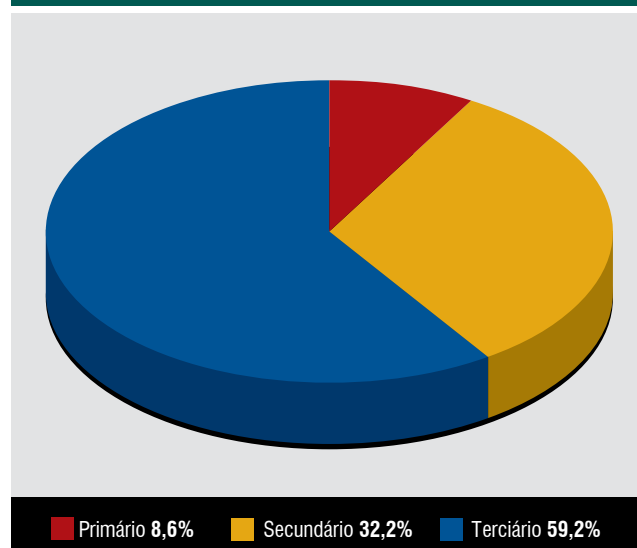


Gráfico 2
PIB - BA - 2005
Estrutura por Grandes Setores, na Nova Série



A Tabela 2, a seguir, apresenta todos os 17 setores de atividade que passam a compor o novo cálculo, evidenciando a nova estrutura econômica da Bahia e aqueles setores que apresentaram maior expansão entre 2002 e 2005.

Tabela 2
Taxa de crescimento anual dos setores da atividade econômica:
Bahia, 2002-2005

%

Atividades	2002		2003		2004		2005	
	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	8,1	...	7,9	0,2	8,6	36,6	6,5	15,9
Pecuária e pesca	2,4	...	2,7	2,7	2,3	0	2,1	0,7
Ind. extrativa mineral	1,3	...	1,4	6,3	1,7	7,8	1,7	-4,6
Ind. transformação	15,9	...	15,8	11,9	16,5	13,3	16,9	4,8
Construção	7,2	...	6,4	-7,2	7,0	6,3	8,2	2,9
SIUP	4,4	...	5,2	4	5,5	7,8	5,4	5,8
Comércio, serviços e manutenção e reparação	10,5	...	11,3	-1,2	11,6	6,1	11,1	3,5
Serviços de alojamento e alimentação	2,4	...	2,0	2,7	2,2	4,4	3,0	7,4
Transporte, armazenagem e correio	4,1	...	4,3	-4,2	3,9	14	4,3	3,5
Serviços de informação	2,8	...	3,2	2,7	2,8	4,3	2,9	4,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,9	...	3,9	-2,9	3,4	9,6	3,8	5
Serviços prestados às famílias e associativos	2,1	...	1,9	-0,9	1,9	0,6	2,0	7,9
Serviços prestados às empresas	3,1	...	3,6	1,5	3,9	13,3	3,8	6,7
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	...	9,4	4,4	8,9	4,4	8,4	3
Administração, educação e saúde públicas	16,3	...	16,1	1,9	15,2	2,4	15,8	0,1
Saúde e educação mercantis	3,8	...	3,7	-0,2	3,5	4,4	3,0	4,6
Serviços domésticos	1,2	...	1,1	-1,8	1,1	6,2	1,2	12,2
PIB Bahia	100,0	...	100,0	2,2	100,0	9,2	100,0	4,7

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas

Jornal da SEI

Novo informativo da SEI traz notícias e estatísticas sobre a conjuntura econômica, social, municípios, informes da instituição, lançamentos e dicas, em edição bimensal. A distribuição é gratuita e dirigida a órgãos públicos e faculdades.



Processamento de dados, distribuição on-line, cinema, rádio e agências de notícias são alguns dos itens incluídos

O setor de serviços ganha peso na mensuração das riquezas do país. Esta foi uma das discussões do seminário O novo PIB e o panorama da economia Baiana 2007, realizado em agosto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Planejamento.

montantes dos ramos de papel e celulose, produtos químicos e veículos automotores, nessa ordem.

"No caso específico da Bahia, a possibilidade de diminuição do peso da indústria demanda cuidados especiais na análise, considerando que setores importantes, como petroquímica e automotivo, chegaram ao ápice de produção com tendência a estabilização ou declínio", alertou Geraldo Rêgo, diretor geral da SEI.

As mudanças revisaram a taxa de crescimento do PIB 2006 do país de 2,9% para 3,7% (R\$ 2.322 bilhões), mas os economistas alertam que o rebaixamento no estado pode não seguir a tendência de aumento.

O coordenador de Contas Regionais e Estatísticas da SEI, Gustavo

30 de outubro, quando o IBGE, juntamente com os órgãos estaduais de estatística, deve divulgar os valores regionais revisados para os anos de 2002 a 2005. Após essa data, a SEI irá calcular o PIB 2006 e a estimativa para 2007 sobre a nova base. "Assim, não é possível comparar o PIB do Brasil com os das unidades da federação", enfatizou.

O que muda

A principal novidade na nova série é a substituição dos levantamentos censitários pelas pesquisas estruturais anuais do IBGE. Entre as vantagens dessa substituição, estão a maior agilidade na divulgação dos resultados, economia de custos, atualização dos novos segmentos econômicos e periodicidade anual das pesquisas de base.

A revisão metodológica segue as normas da Organização das Nações Unidas, que exige permanente atualização e aperfeiçoamento, a fim de assegurar o registro fiel da realidade.

Tecnologia e serviços

Exatamente para acompanhar a realidade econômica, o novo método desengraça e incorpora serviços que vêm ganhando importância no estado. Entre eles estão os serviços de informática, que inclui o setor de telecomunicações e o sistema consultivo em hardware, crescimento de dados, análise de banco de dados, distribuição on-line, cinema, rádio e agências de

notícias. O setor é de uma mais diversificada.

Na área de consumo, foram dados os valores do tempo livre, esporte e lazer, educação, saúde e cultura, além da pesquisa de infraestrutura, evidenciando a presença de serviços de forma mais ampla, que vem ganhando

"Este seminário organizamos para dar uma visão mais abrangente sobre a metodologia de novo sistema. Trata-se de um momento de discussão com os setores do governo que terão de lidar com os dados que serão divulgados", explicou Rêgo.

Participaram para discutir a nova metodologia e apresentar as pesquisas de base da Bahia: Carlos Roberto Carneiro, coordenador de Contas Regionais e Estatísticas da SEI; Gustavo Rêgo, diretor geral da SEI; e representantes do setor privado.

O novo PIB da Bahia será divulgado em setembro e o novo PIB do Brasil em outubro.

Universidade nova na Bahia

Naomar de Almeida Filho,
Reitor da UFBA

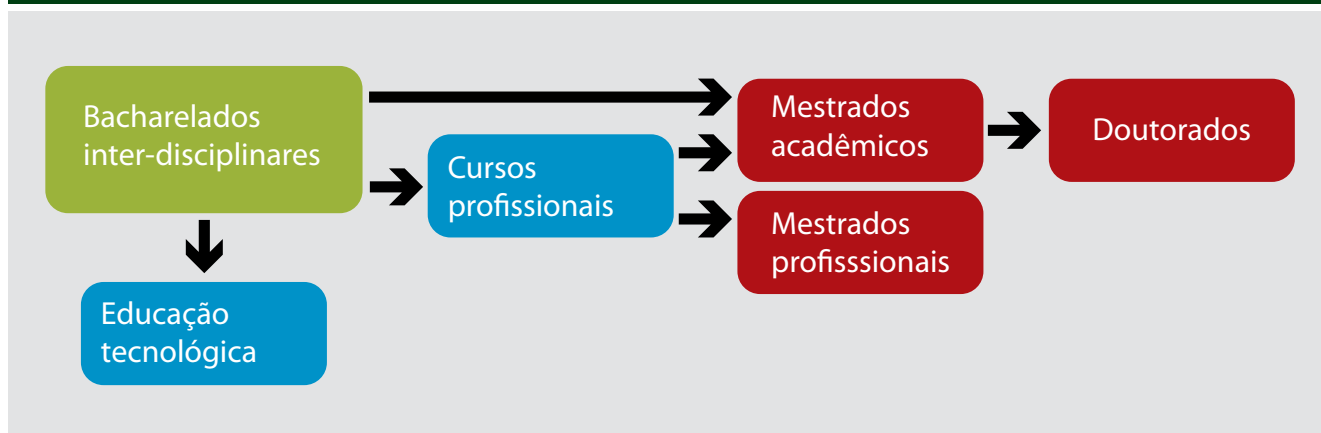


Surge na Bahia uma proposta de transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, que ganhou o debate nacional com o nome de Universidade Nova. A principal alteração proposta é a implantação de um regime de ciclos e módulos na educação superior. O Primeiro Ciclo compreende o Bacharelado Interdisciplinar (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; o Segundo Ciclo contempla formação específica, encurtando a duração dos atuais cursos profissionais; o Terceiro Ciclo corresponde à atual pós-graduação. Além disso, a proposta implica novas modalidades de processo seletivo, para o próprio BI e para as opções de prosseguimento da formação universitária posterior.

A arquitetura curricular proposta encontra-se esquematizada na Figura 1. Trata-se de uma estrutura modular, interdisciplinar, flexível e progressiva, com garantia de mobilidade intra e inter-institucional.

O Bacharelado Interdisciplinar se caracteriza por agregar formação geral humanística, científica e artística ao aprofundamento num dado campo do saber, constituindo etapa inicial dos estudos superiores. Será oferecido em quatro modalidades, abrangendo grandes áreas do conhecimento: Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia, Saúde. Tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitarão ao egresso a aquisição de ferramentas cognitivas que conferem autonomia para a aprendiza-

Figura 1
Arquitetura curricular da Universidade Nova



gem ao longo da vida, tornando-o capaz de enfrentar as exigências do mundo do trabalho no desempenho de ocupações diversas que mobilizem, de modo flexível, conhecimentos gerais e específicos.

A estrutura do BI tem duas etapas de Formação: I- Geral – com dois eixos: a) Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Linguagens Matemáticas, Linguagens Artísticas; b) Eixo Interdisciplinar: Estudos da Contemporaneidade; Estudos nas Três Culturas: Humanidades, Artes, Ciências. II- Específica – idem dois eixos: a) Orientação Profissional: apresentação de campos / áreas profissionais; b) Área de Concentração: Troncos-comuns de campos científicos, artísticos ou técnico-profissionais; Módulos de carreiras específicas, antecipando componentes curriculares dos ciclos profissionais.

Os BIs terão terminalidade própria, mas poderão, também, constituir etapa prévia aos cursos profissionais que assim o prevejam. Os estudantes egressos dos BIs que desejarem acesso a outros ciclos de formação já terão cursado parte dos componentes iniciais dos cursos profissionais e poderão ingressar em semestres mais avançados. O acesso aos cursos profissionais dar-se-á sem processo seletivo quando a demanda for inferior ou igual à oferta de vagas e a área de concentração cursada no Bacharelado estiver relacionada com a área de conhecimento dos cursos. Quando a demanda for superior à oferta de vagas haverá processo seletivo direcionado especificamente para cada curso. Para os cursos com vagas residuais (decorrentes de evasão ou atrasos), a transferência interna de alunos dos BIs é outro fator de otimização das vagas. Egressos do BI que lograrem aprovação nos processos seletivos específicos poderão entrar direto na pós-graduação.

Essa arquitetura curricular não é inédita no Brasil ou no mundo. No Brasil, a proposta da UFBA converge, sobretudo, com os princípios filosóficos e pedagógicos que nortearam a fundação da Universidade de Brasília em 1962, sob a liderança de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Atualmente, a Universidade Federal do ABC já adota o Bacharelado em Ciência e Tecnologia

como requisito para licenciaturas e engenharias. Nos países desenvolvidos, o sistema de ciclos predomina, tal como adotado nas universidades norte-americanas, com os colleges em grandes áreas de conhecimento, com formação não-profissional. No processo de reforma universitária em andamento na Europa, referido como Processo de Bolonha, embora haja diferenças entre os países, uma característica é o regime de ciclos, onde o 1º ciclo inclui estudos gerais. Tomando-se o exemplo da França, que implantou o modelo LMD (Licence-Master-Doctorat), a licence tem a sua carga horária dividida em três terços, sendo um deles destinado aos estudos gerais e os outros dois voltados para uma área principal de concentração (básica ou profissional) e uma área afim (majeure/mineure). Outras regiões do mundo, como Sudeste Asiático e Oceania, adotam modelos convergentes com um ou outro sistema.

O modelo da Universidade Nova integra efetivamente a pesquisa e o ensino de graduação e de pós-graduação. A graduação, como componente fundamental da educação superior, de um lado transmite, através do ensino, a necessária herança cultural da humanidade e, por outro lado, se enriquece com o novo revelado pela pesquisa. A pós-graduação, por outro lado, eleva o ensino pela contínua atualização de conhecimentos propiciada pela pesquisa, garantida na utilização de metodologia rigorosa em ação e circulação de múltiplos pontos de vista. A relação de circularidade entre ambos os níveis é positiva tanto para a graduação como para a pós-graduação, sendo que a melhoria da primeira conduz a um mais alto desempenho dos diplomados em sua profissionalização e permite estudantes mais bem preparados para uma atuação dinâmica da pós-graduação. A pesquisa, elemento integrante e essencial da pós-graduação, e o ensino, elemento específico e essencial da graduação, devem caminhar juntos e articulados com o fim de permitir mútua valorização. A universidade brasileira, nesse novo modelo, ganhará mais eficiência e qualidade em seu papel de instituição formadora e produtora de conhecimentos e seus respectivos egressos e produtos beneficiarão o conjunto da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Para o Eixo Metropolitano estão previstos cerca de **R\$ 5,7 bilhões em investimentos**

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia, no período referente a 2007-2011, devem chegar a 16,5 bilhões aproximadamente, agregando 443 empresas com a intenção de investir no estado. Em relação ao número de empregos diretos a serem gerados, a expectativa é de que os empreendimentos industriais gerem 67.209 postos de trabalho.

Nos eixos de desenvolvimento, os investimentos estão concentrados no Metropolitano com R\$ 5,7 bilhões e 224 empresas em perspectiva de se implantarem, em seguida vem o eixo do Planalto Central com 3,7 bilhões e 6 empresas em vista de instalarem suas unidades industriais no estado. Por fim, destaca-se o eixo Extremo Sul com previsão de investir R\$ 3,6 bilhões através de 13 empresas.

Quanto à distribuição dos investimentos por complexo de atividade, destacam-se os complexos de Atividade Mineral e Beneficiamento com previsão de chegar a um montante de R\$ 4,3 bilhões até 2011, Químico-Petroquímico com R\$ 4,0 bilhões aproximadamente e o complexo Madeireiro com R\$ 3,0 bilhões em inversões previstas. São nesses complexos, que se concentram a maioria dos investimentos previstos para o estado, que juntos chegam a uma participação de 70,0% em relação ao total.

Por situação dos empreendimentos a serem concretizados, a grande parte estão alocados para implantação de novas unidades industriais, representando aproximadamente 62,0% do total dos investimentos, o que soma um montante de R\$ 10,2 bilhões em 359 projetos. As ampliações representam 38% das intenções de investimentos, totalizando recursos da ordem de R\$ 6,2 bilhões em 82 projetos.

A política de atração de investimentos industriais implementada pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a vinda de empresas de grande porte e de segmentos variados, o que leva a uma maior dinâmica da economia e uma maior diversificação do parque industrial do estado. Através do Programa Desenvolve, o governo viabiliza a concessão de benefícios, o que inclui principalmente, os incentivos fiscais e de infra-estrutura. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade no estado, destacam-se Bahia Sul Celulose, Braskem, Bahia Mineração e Petrobras.



Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2007 - 2011

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. de Projetos
Agroalimentar	1.386.975.452	73
Atividade mineral e beneficiamento	4.326.428.611	29
Calçados/Têxtil/Confecções	901.284.664	49
Complexo madeireiro	3.101.516.245	21
Eletroeletrônico	162.368.780	55
Metal-mecânico	524.348.343	39
Químico-petroquímico	4.069.935.288	97
Transformação petroquímica	779.725.269	70
Outros	1.258.890.019	10
Total	16.511.472.671	443

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/07

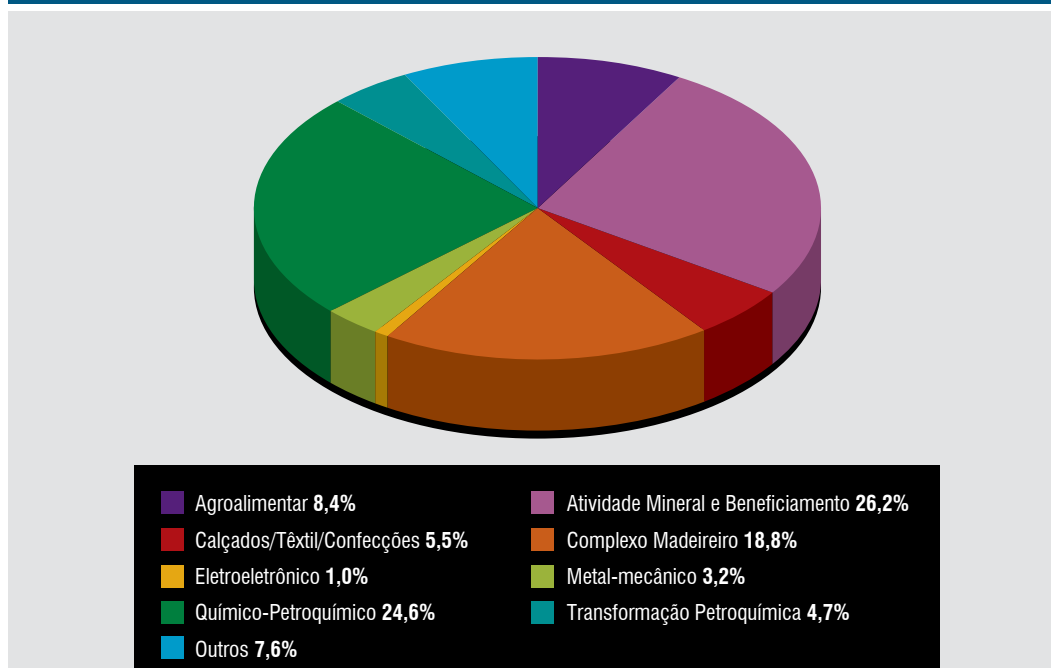
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2007 - 2011

Eixo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. de Projetos
Baixo Médio São Francisco	48.239.375	7
Chapada Norte	88.334.902	12
Chapada Sul	3.745.982	3
Extremo Sul	3.559.670.366	13
Grande Recôncavo	1.376.509.542	67
Irecê do São Francisco	22.193.000	2
Mata Atlântica	537.453.399	44
Médio São Francisco	3.000.000	1
Metropolitano	5.702.642.032	224
Nordeste	15.536.622	4
Oeste do São Francisco	445.941.098	7
Planalto Central	3.743.858.086	6
Planalto Sudoeste	315.298.600	38
A Definir	649.049.667	15
Total	16.511.472.671	443

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/07

**Investimentos previstos para a Bahia - 2007/2011
Participação por complexo de atividade**


Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/07

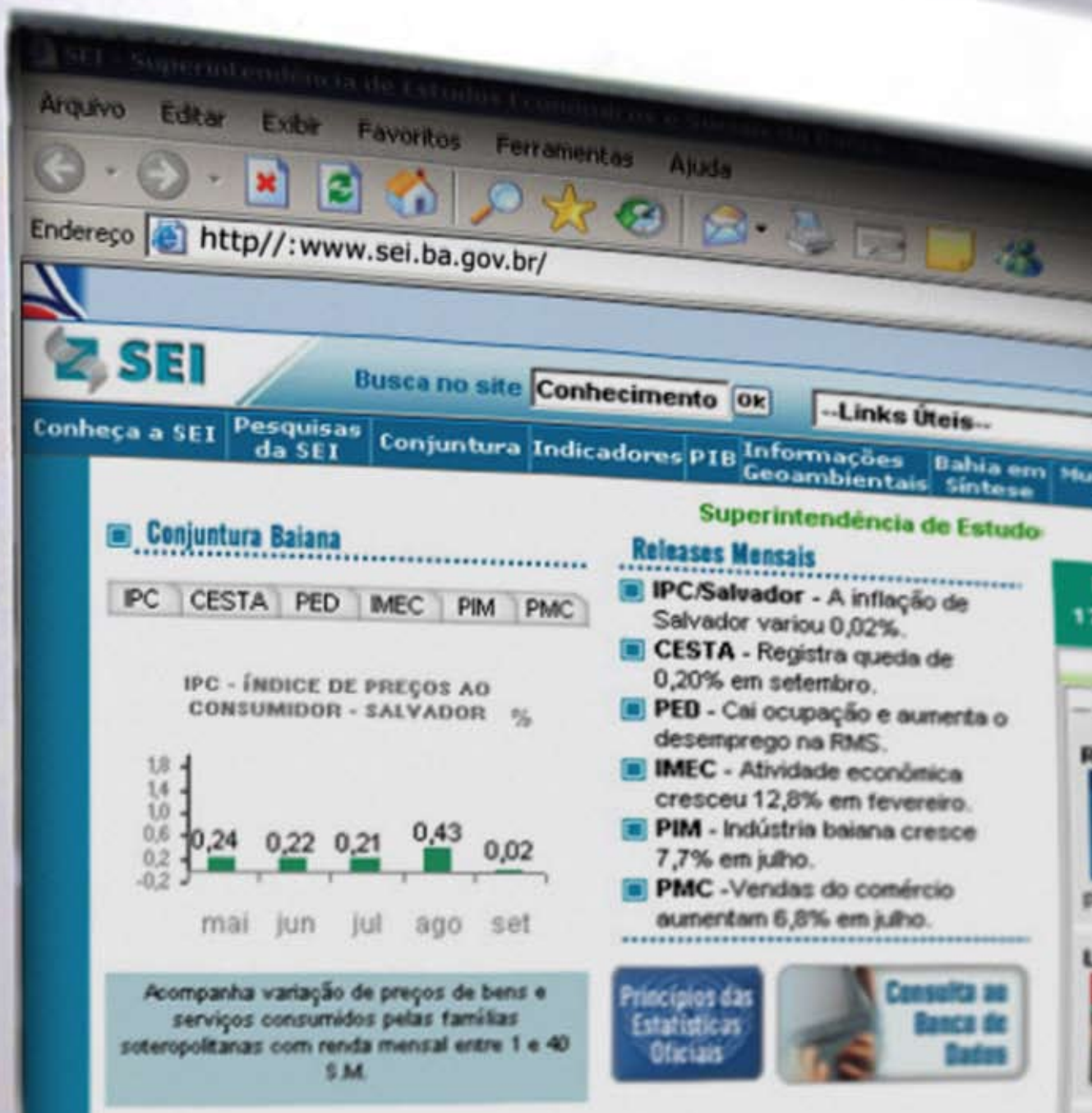
METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

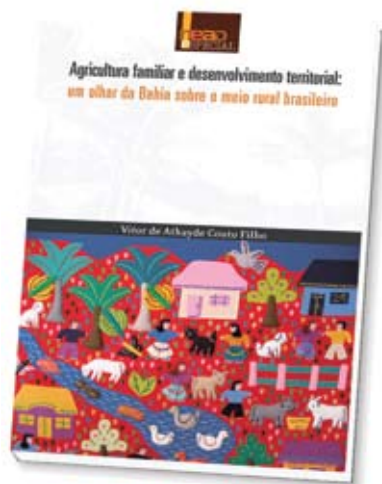
Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

No site da SEI você tem livre acesso às informações socioeconômicas e geoambientais do Estado da Bahia. Aqui é possível conhecer as estatísticas, pesquisas e estudos da SEI, consultar o banco de dados, fazer download gratuito de publicações e ler as últimas notícias da área. Tudo a um só clique.





O livro **“A economia política do governo Lula”**, uma publicação da editora Contraponto, faz uma análise macroeconômica das principais diretrizes do 1º ano do governo Lula no que se refere à sua política econômica, tanto interna quanto externa. Questões como Investimento Estrangeiro Direto (IED), taxa de juros, dívida interna e externa, crédito, dentre outros, são abordados com extrema clareza e análise técnica. Nesse sentido, o livro consiste numa leitura de referência para aqueles que desejam entender o funcionamento da economia brasileira nos últimos 5 anos, e assim, traçar uma perspectiva para os próximos anos.



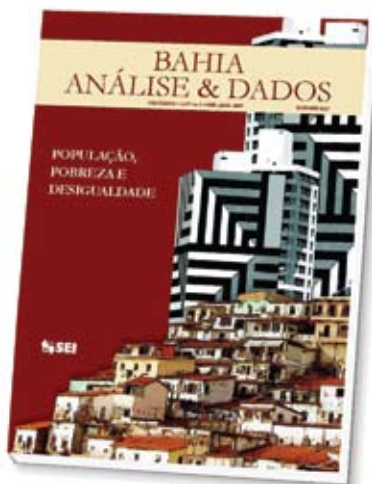
O NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário Rural lança em homenagem póstuma a Vítor de Atayde Filho, o livro **“Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro”**, organizado por Maya Takagi e Otavio Valentim Balsadi.

Ao reunir a obra de Vítor Filho, o livro tem dois objetivos principais: homenagear uma personalidade que ainda teria muito a contribuir para o desenvolvimento territorial no Brasil; e tornar acessível a um público mais amplo uma parte importante e considerável de sua produção técnico-científica.



Fruto de três décadas de experiência do autor, **Introdução às Finanças Internacionais**, publicado pela Pearson Education (sob o selo Prentice Hall), apresenta os aspectos-chave de um tópico que vem ganhando cada vez mais importância à medida que os negócios se internacionalizam: as finanças internacionais.

Para tanto, ele apresenta, entre outros temas, o mercado, as instituições financeiras, o comércio e os centros financeiros internacionais de maneira simples e direta, lançando mão de exemplos nacionais e descrições de casos reais.



A relação entre população, pobreza e desigualdade vem gradativamente ocupando um papel central no âmbito das questões internacionais. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) aborda essa questão na última edição da revista **Bahia Análise & Dados**, com o intuito de incentivar a disseminação da produção nacional sobre o tema. Contando com a participação de pesquisadores e especialistas, essa publicação contribui para a formulação e discussão de propostas e de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e às desigualdades.



A Perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização reúne pesquisadores que se inscrevem no amplo debate internacional, iniciado nos anos noventa, sobre a conjuntura mundial de precarização social e de precarização do trabalho. Apesar da variedade de regimes de proteção social e de direitos do trabalho entre países, detecta-se um vasto processo de “instabilização dos trabalhadores estáveis” e a vulnerabilidade dos estatutos de emprego. Presta particular atenção à questão da erosão dos direitos dos trabalhadores neste contexto e às repercussões das políticas de flexibilização das empresas sobre os trabalhadores e as condições de trabalho.



A SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, mais uma vez leva a público uma série de informações estatísticas referentes à Bahia. Neste CD, estão destacados os Territórios de Identidades da Bahia, com informações relativas à população, trabalho, renda entre outros.

Conjuntura Econômica Baiana



Os principais indicadores da economia baiana apontaram, no mês de agosto, redução no nível de crescimento, com exceção do comércio varejista, o qual manteve o ritmo de forte crescimento verificado durante todo o ano de 2007.

Até agosto de 2007, a produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a PIM-IBGE, aumento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2006. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: alimentos e bebidas (12,9%), minerais não-metálicos (5,4%) e borracha e plástico (13,4%). Por outro lado, automotivo (-7,3%) e celulose, papel e produtos de papel (-6,4%) foram os segmentos que registraram as maiores baixas no período.

Os indicadores do comércio exterior apontaram, até o mês de setembro, variação percentual de 4,7% das exportações e de 23,1% das importações em relação ao mesmo período do ano anterior. O valor total exportado foi de US\$ 5,2 bilhões, e o importado foi de US\$ 4,1 bilhões. Com esses resultados, o saldo acumulado do ano fechou em US\$ 1,1 bilhão.

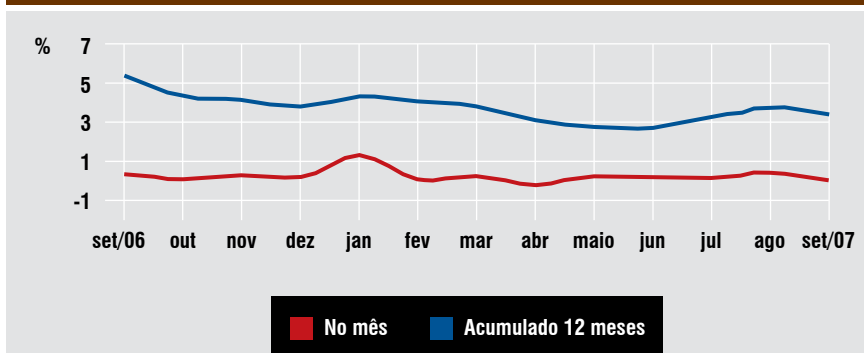
O comércio varejista é o setor da economia que vem apresentando o melhor desempenho no decorrer do ano. Conforme dados da PMC-IBGE, entre janeiro e agosto de 2007, as vendas registraram variação positiva de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: tecidos e vestuário (18,5%), móveis e eletrodomésticos (18,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (25,6%). O segmento veículos, motos e peças registrou alta de 20,1% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, entre janeiro e setembro de 2007, alta de 2,6%. Os setores que mais pressionaram a inflação no ano foram: alimentos e bebidas (5,0%) e transporte e comunicação (4,3%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de setembro com taxa de desemprego em 21,7%. No ano, a taxa média de desemprego ficou em 22,4%. O rendimento real dos assalariados acumula alta de 4,0% em 2007, na comparação com o mesmo período de 2006.

No mês de setembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,02%. Com este resultado, a projeção do índice para o fechamento nos doze meses recuou de 3,6% para 3,3%. *Alimentos e bebidas* (6,8%) e *Habituação e encargos* (5,5%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses. No 3º trimestre, o IPC registrou alta de 0,7%.

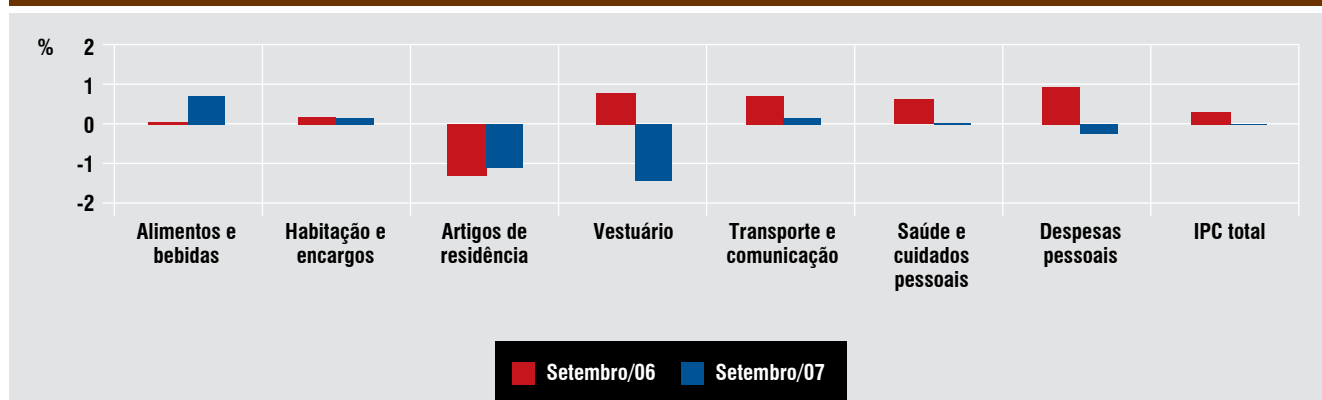
Taxa de Variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

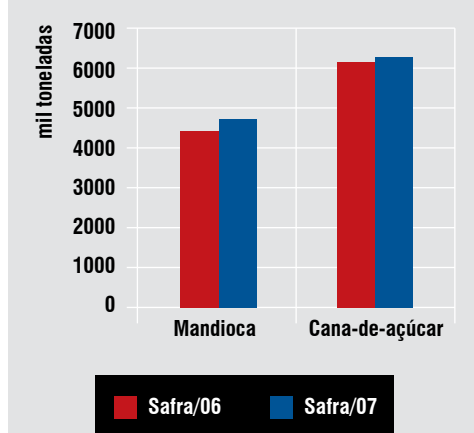
Os grupos *Alimentos e bebidas* (0,7%) e *Habituação e encargos* (0,2%) apresentaram, no mês de setembro, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subitens *frutas* (5,1%) e *reparos* (0,6%) foram os que apresentaram as maiores variações no período. Apenas os grupos de *Vestuário* (1,4%) e *Despesas pessoais* (0,3%) registraram variação negativa no referido mês.

Taxa de Variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

**Estimativa da produção agrícola:
mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**

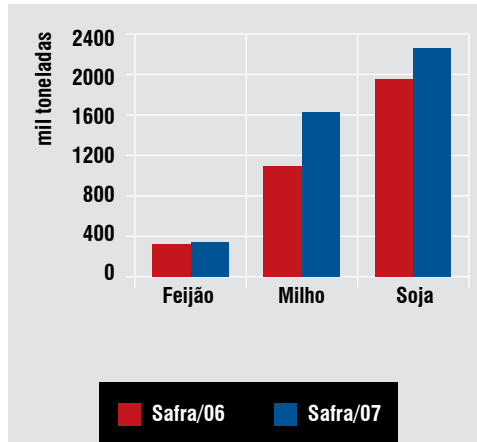


Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Os resultados para a safra baiana de outubro de 2007, divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, mantêm as previsões otimistas para a produção de mandioca no estado, que se encontra em torno de 4,73 milhões de toneladas. Em relação à cana-de-açúcar, observa-se comportamento estável, com tímido incremento da produção de 2,4%, perfazendo 6,29 milhões de toneladas, mantendo-se no mesmo patamar da safra anterior, que foi influenciada pelas expectativas em relação aos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

A safra de feijão apresenta, em outubro de 2007, incremento de 4,5% na produção em relação ao ano anterior, chegando a aproximadamente 348 mil toneladas. O resultado positivo deve-se, principalmente, ao aumento de 81% na produção do feijão 1ª safra. O milho apresenta aumento em relação à safra 2006, com variação de 50% na produção, totalizando 1,66 milhão de toneladas. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, de incrementos na produção do milho 1ª safra, que atingiu 66,2%. A produção de soja também apresenta crescimento (15,4%), mantendo comportamento positivo em relação à safra anterior. As boas condições climáticas favorecem o cultivo no Oeste.

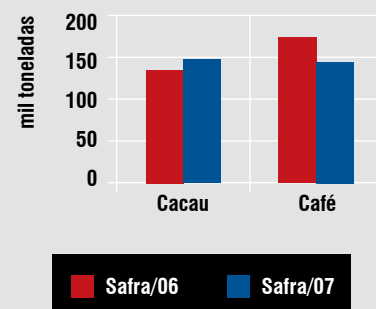
**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho e soja - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

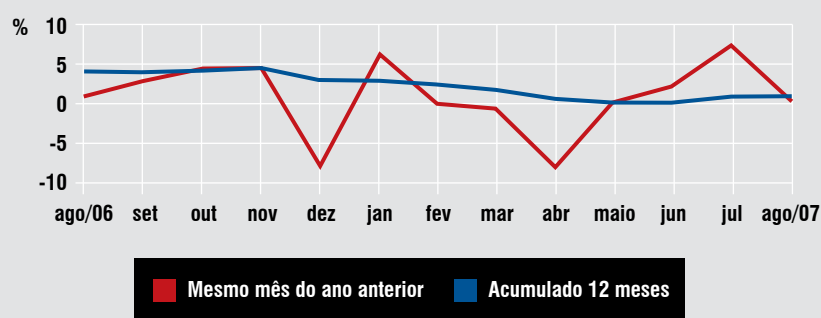
As estimativas para a produção de cacau são melhores em relação ao desempenho do ano passado, ficando em torno de 149 mil toneladas. A safra de café apresenta significativa queda de 16,6%. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pela prática de podas drásticas (re- cepa), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, à substituição do café pelo eucalipto e à biennialidade negativa.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

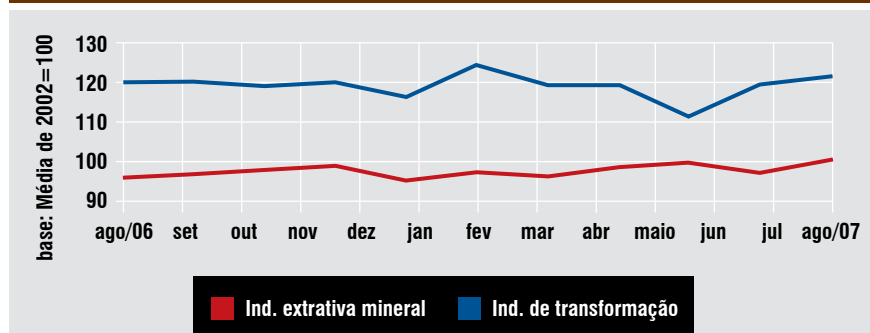
Taxa de Variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

No mês de agosto, a indústria de transformação apresentou crescimento de apenas 0,7% em relação ao mesmo mês de 2006. Com este resultado, a produção registrou, no acumulado dos últimos doze meses, crescimento de 1,4 % no mês, o mesmo resultado de julho. Os segmentos que apresentam as maiores altas no acumulado dos doze meses são: *Borracha e plástico* (11,1%) e *Alimentos e bebidas* (8,7%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

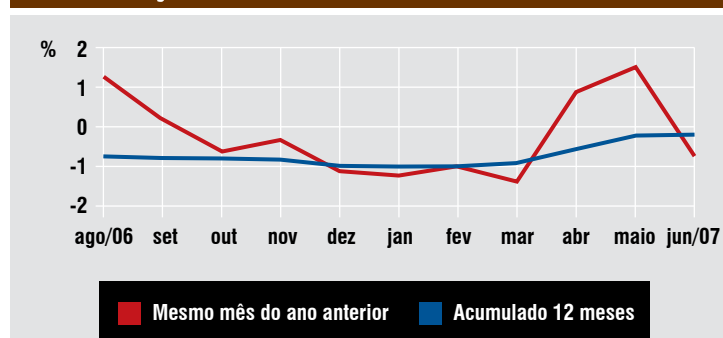


A série livre de influências sazonais da indústria de transformação mostra queda de 2,9% entre os meses de julho e agosto de 2007. A queda nesse período foi determinada, sobretudo, pelos setores: *Papel, celulose e produtos de papel* (-10,4%) e *Refino de petróleo e álcool* (-4,4%). Já a indústria extrativa mineral apresentou oscilação negativa de 1%.

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em agosto de 2007, recuo de 2,0% em relação ao mesmo mês de 2006. No acumulado dos doze meses, a taxa manteve a tendência de queda, passando de -0,2% em julho, para 0,5% em agosto. Os setores que apresentaram as maiores altas no ano foram: *Máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações* (14,1%), *Alimentos e bebidas* (8,4%) e *Calçados e couros* (4,1%).

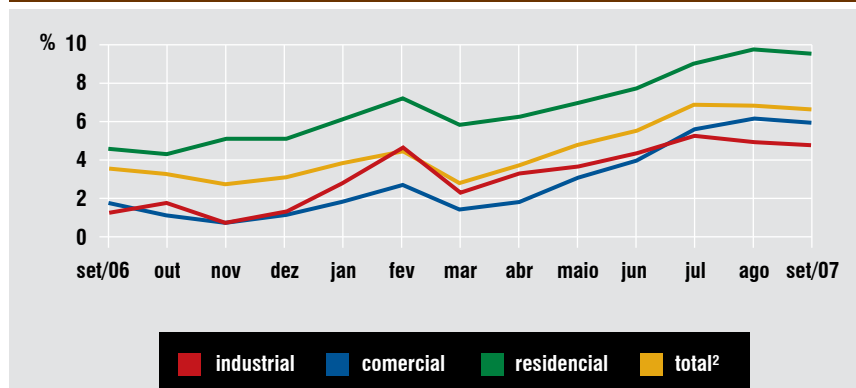
Taxa de Variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de setembro de 2007, crescimento de 2,8% em relação ao mesmo mês de 2006, resultado 3,7 p.p. abaixo do registrado no mês anterior (6,6%). Observando-se apenas o 3º trimestre, o crescimento foi de 8,4%. No indicador dos 12 meses, destaca-se o crescimento no consumo residencial (9,2%); o crescimento dos setores comercial e industrial foram menos expressivos: 5,8% e 4,6%, respectivamente.

Taxa de Variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

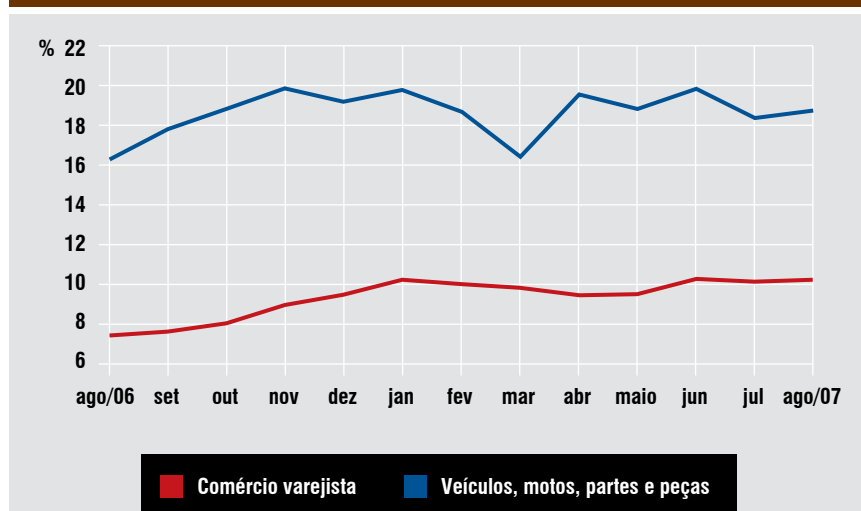


Fonte: COELBA/CO/CGM Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA

Taxa de Variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



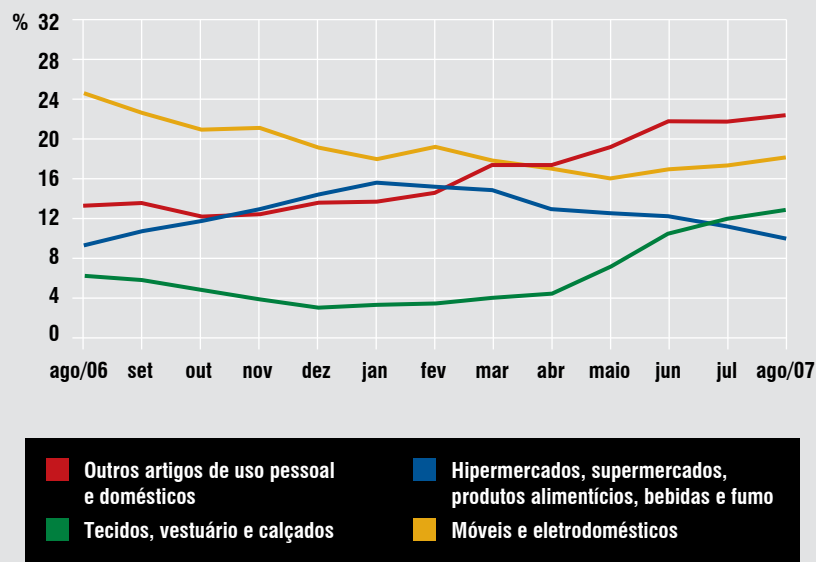
Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

O comércio varejista apresentou, em agosto, expansão nas vendas pelo quadragésimo quinto mês consecutivo (9,6%), sendo percebido em todos os ramos que compõem o indicador. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), a taxa acumulada para os últimos 12 meses foi de 10,4%, refletindo a estabilidade da inflação, a queda do dólar, o aumento do emprego formal e a melhoria do poder aquisitivo da população verificada nos últimos meses. O segmento de *Veículos, motos, partes e peças* registrou um crescimento no acumulado dos últimos 12 meses na ordem de 19,1%, mas esse grupo não entra na composição do indicador do Comércio.

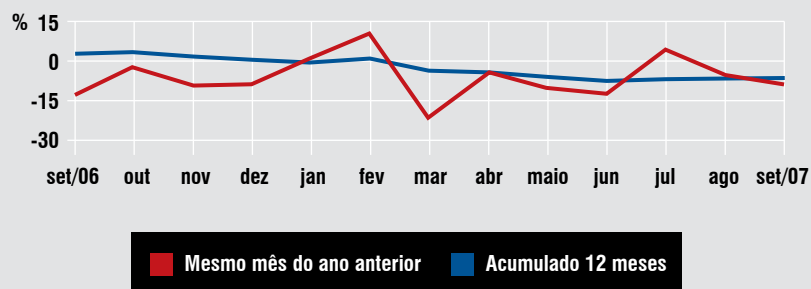
Por atividade, verificou-se, para o acumulado dos últimos 12 meses, que a tendência de crescimento das vendas foi sustentada essencialmente pelos segmentos de *Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (9,8%), seguidos por *Móveis e eletrodomésticos* (17,8%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,0%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (12,8%). Essa análise é feita levando em consideração a contribuição de cada segmento na estrutura do comércio varejista.

Taxa de Variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI
¹ Acumulado nos últimos 12 meses

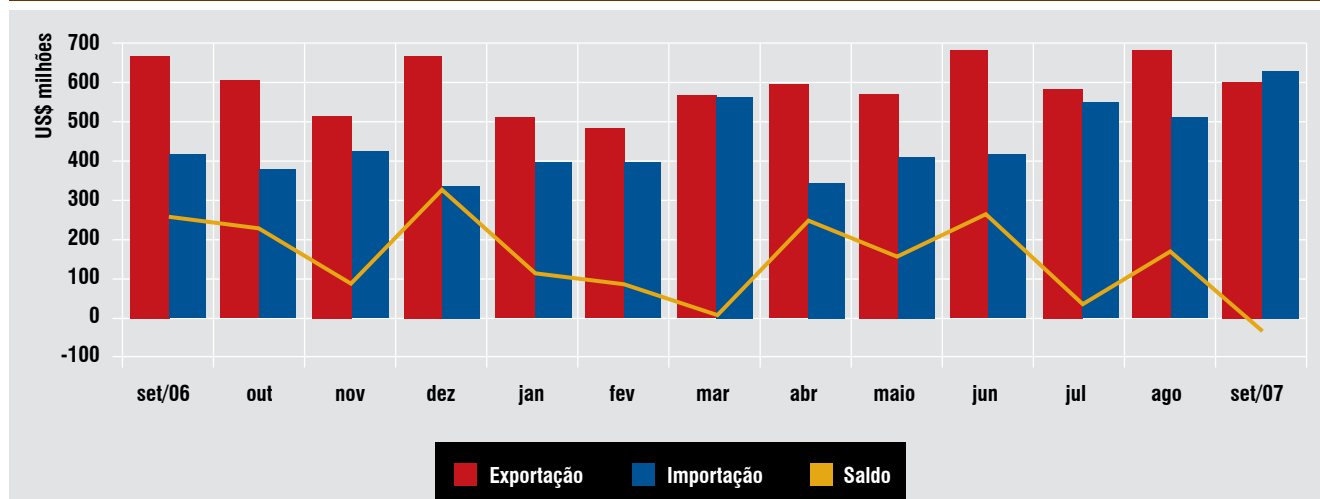
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen Elaboração: CAC - SEI

Em setembro de 2007, foram emitidos 314,7 mil cheques sem fundos na Bahia, registrando queda de 7,8% na comparação com o mesmo mês de 2006. As sucessivas taxas negativas registradas no decorrer de 2007 determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 tem-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com taxa de 5,3% no mês de setembro.

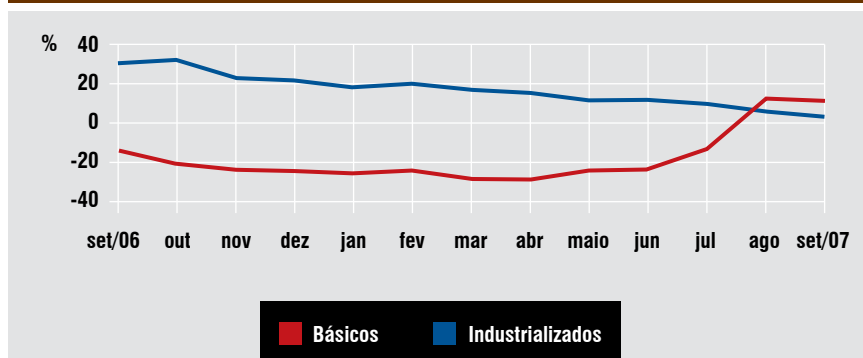
Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em setembro de 2007, US\$ 597,5 milhões, e as importações US\$ 624,0 milhões, registrando *déficit* mensal de US\$ 26,4 milhões. No 3º trimestre, as exportações somaram US\$ 1,9 bilhão, decréscimo de 4,3 em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações totais somaram US\$ 1,7 bilhão, com crescimento de 26,0% no mesmo período.

As exportações por fator agregado iniciaram 2007 com a mesma tendência que terminaram 2006 — básicos em queda e industrializados em crescimento. No 3º trimestre, as exportações de produtos básicos registraram crescimento de 33,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, as exportações de industrializados caíram 9,3% no mesmo período. No acumulado dos 12 meses, verifica-se a mesma tendência: queda das exportações de produtos básicos (-12,2%) e crescimento nas exportações de produtos industrializados (2,5%).

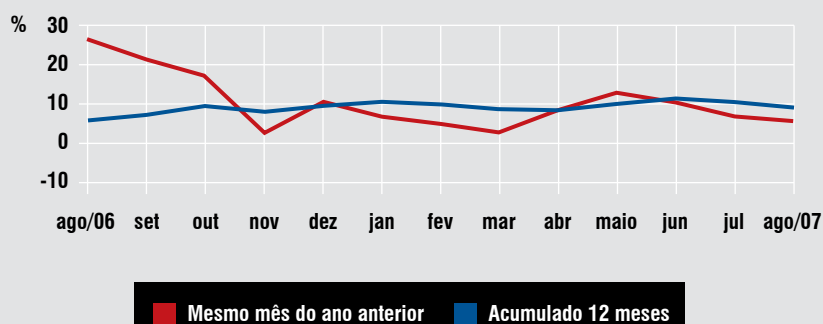
Taxa de Variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia

Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, em agosto de 2007, acréscimo de 6,2% na comparação com o mesmo mês de 2006, com um total arrecadado de R\$ 690 milhões. No ano, foi arrecadado um total de R\$ 5,4 bilhões. Já no acumulado dos 12 meses, aponta tendência de crescimento na arrecadação de ICMS, registrando um taxa de 9,7%.

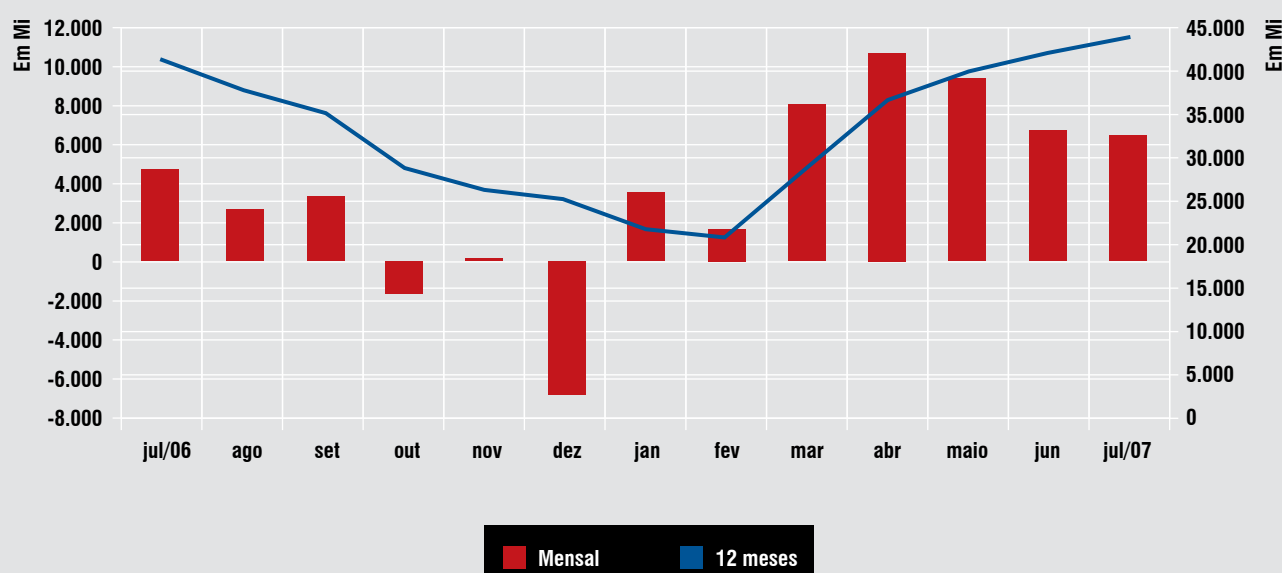
Taxa de Variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP. Elaboração: CAC - SEI/Deflator IGP-DI

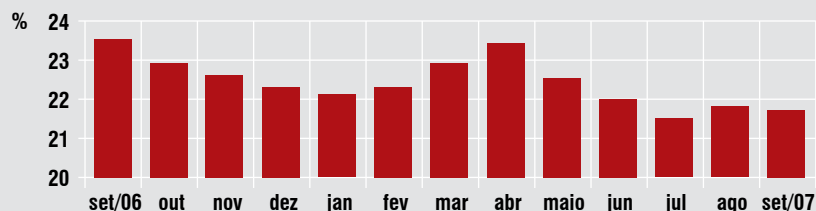
A geração de postos de trabalho com carteira assinada tem sido um dos destaques da economia baiana em 2007. Entre os meses de maio e julho deste ano houve geração média de 7.464 novos postos de trabalho; o mês de maio foi o que registrou o maior nível (9.326 postos). O acumulado dos doze meses, que mostra a tendência de longo prazo, aponta para o crescimento na geração de emprego na Bahia. Tal fato é comprovado pela linha ascendente, que desde fevereiro vem registrando taxas positivas, chegando a julho com um total de 43,6 mil postos de trabalho no acumulado dos últimos doze meses.

Geração de empregos celetistas na Bahia



Fonte: CAGED. Elaboração: CAC - SEI

Taxa de desemprego total - RMS

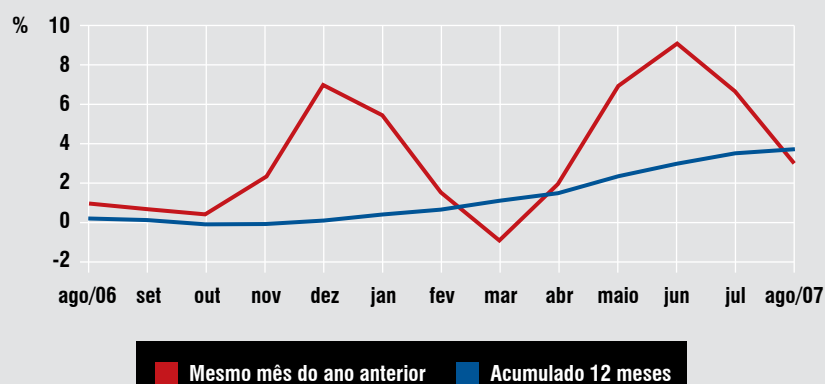


Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

Em setembro de 2007, a taxa de desemprego na RMS, divulgada pela PED, registrou ligeira queda em relação ao mês de agosto, passando de 21,8% para 21,7%. No mês, quatro mil pessoas passaram a fazer parte da PEA (População Economicamente Ativa); entretanto, esse crescimento não refletiu em maior pressão sobre o mercado de trabalho, uma vez que a taxa que capta essa pressão ficou estabilizada em 61,1%, fato este que ocasionou a queda na taxa de desemprego na RMS.

O rendimento auferido pelos ocupados no mês de agosto de 2007, em comparação ao mesmo mês de 2006, apresentou alta de 3,0%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS. O rendimento real médio dos ocupados foi estimado em R\$ 814,00 para o mês de agosto de 2007. No acumulado dos doze meses, manteve-se a tendência de crescimento do rendimento, registrada nos últimos oito meses, chegando a 3,5% em agosto.

Taxa de Variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC1 - Salvador: Set./2007						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	setembro/06	setembro/07	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,05	0,73	5,00	6,79	103,07	252,38
Habitação e encargos	0,19	0,18	4,94	5,45	102,13	700,26
Artigos de residência	-1,33	-1,11	-2,41	-1,33	97,72	224,85
Vestuário	0,82	-1,44	-3,93	-2,97	98,12	175,99
Transporte e comunicação	0,71	0,17	4,31	3,34	99,85	715,91
Saúde e cuidados pessoais	0,65	0,03	2,36	2,25	101,24	339,30
Despesas pessoais	0,97	-0,25	3,48	3,79	100,69	397,15
Geral	0,33	0,02	2,57	3,26	100,88	339,15

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Set./2007						
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)			Porcentagem do salário mínimo
			Jul - Set ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Aracaju	157,15	4,20	13,54	14,20	19,93	44,78
Belém	165,59	2,44	8,79	5,36	14,44	47,19
Belo Horizonte	180,57	2,84	8,44	5,29	12,04	51,45
Brasília	176,57	0,20	7,99	2,75	8,75	50,31
Curitiba	176,62	1,34	10,21	5,14	11,53	50,33
Florianópolis	184,95	2,39	11,34	9,63	12,25	52,70
Fortaleza	147,75	4,39	7,60	11,16	17,12	42,10
Goiânia	159,28	2,24	10,24	4,49	13,40	45,39
João Pessoa	144,64	-4,36	9,97	8,04	9,39	41,22
Natal	163,03	0,29	18,94	15,85	25,48	46,46
Porto Alegre	206,78	0,19	18,01	11,03	16,38	58,92
Recife	145,15	-2,75	9,91	9,85	10,25	41,36
Rio de Janeiro	187,95	3,19	14,54	9,66	15,07	53,56
Salvador	148,06	0,77	7,15	9,83	9,54	42,19
São Paulo	194,34	0,67	12,13	6,75	12,92	55,38
Vitória	179,95	4,29	15,06	13,77	20,13	51,28

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	134.309	194.692	45,0	25.337	21.492	(15,2)
Algodão herbáceo	811.163	1.045.240	28,9	3.346	3.480	4,0
Alho	7.398	5.583	(24,5)	7.887	6.953	(11,8)
Amendoim	7.699	8.863	15,1	1.076	1.096	1,9
Arroz total	19.605	41.682	112,6	1.120	1.920	71,4
Arroz sequeiro	17.324	35.844	106,9	1.022	1.806	76,7
Arroz irrigado	2.281	5.838	155,9	4.073	3.139	(22,9)
Batata-inglesa	165.650	274.495	65,7	33.465	39.130	16,9
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.292.396	2,5	60.077	57.506	(4,3)
Cebola	153.009	234.675	53,4	24.779	23.087	(6,8)
Feijão total	333.209	348.402	4,6	431	630	46,1
Feijão 1ª safra	72.788	131.769	81,0	371	584	57,4
Sequeiro	39.050	58.749	50,4	426	627	47,2
Irrigado	5.667	6.555	15,7	3.304	3.136	(5,1)
Caupi	28.071	66.465	136,8	273	512	87,5
Feijão 2ª safra	260.421	216.633	(16,8)	620	662	6,8
Sequeiro	227.456	189.928	(16,5)	589	638	8,3
Irrigado	19.668	15.448	(21,5)	2.271	2.391	5,3
Caupi	13.297	11.257	(15,3)	526	495	(5,9)
Fumo	12.512	12.598	0,7	1.006	1.009	0,3
Mamona	71.473	73.557	2,9	686	610	(11,1)
Mandioca	4.403.414	4.729.925	7,4	12.738	13.112	2,9
Milho total	1.107.016	1.660.113	50,0	1.343	2.329	73,5
Milho 1ª safra	685.359	1.138.926	66,2	2.093	3.229	54,3
Sequeiro	634.879	1.072.982	69,0	1.982	3.115	57,2
Irrigado	50.480	65.944	30,6	7.070	8.010	13,3
Milho 2ª safra	421.657	521.187	23,6	1.091	1.447	32,6
Sequeiro	420.712	520.082	23,6	1.090	1.446	32,7
Irrigado	945	1.105	16,9	2.899	2.908	0,3
Soja	1.991.400	2.298.000	15,4	2.282	2.700	18,3
Sorgo granífero	72.487	81.967	13,1	1.463	1.739	18,9
Tomate	196.626	231.275	17,6	39.380	41.111	4,4
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.191.907	1.286.212	7,9	14.912	15.020	0,7
Cacau	135.925	148.703	9,4	261	275	5,4
Café	174.792	145.563	(16,7)	1.097	955	(12,9)
Castanha-de-cajú	6.553	6.662	1,7	245	236	(3,7)
Coco-da-baía ⁴	616.374	629.048	2,1	7.636	7.712	1,0
Guaraná	1.405	1.885	34,2	226	295	30,5

Continua...

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Laranja ⁵	945.848	804.408	(15,0)	18.188	14.992	(17,6)
Mamão ⁵	760.616	890.701	17,1	55.870	54.951	(1,6)
Pimenta-do-reino	3.615	3.597	(0,5)	2.426	2.257	(7,0)
Sisal	234.488	242.692	3,5	889	896	0,8
Uva	89.738	120.654	34	28.948	29.681	2,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2007 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2006/ 2007

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	6.811	10.622	56,0	5.301	9.059	70,9	1.510	1.563
Algodão herbáceo	242.461	300.376	23,9	242.461	300.376	23,9	0	0
Alho	938	803	-14,4	938	803	-14,4	0	0
Amendoim	7.155	8.086	13,0	7.155	8.086	13,0	0	0
Arroz total	17.511	21.706	24,0	17.511	21.706	24,0	0	0
Arroz sequeiro	16.951	19.846	17,1	16.951	19.846	17,1	0	0
Arroz irrigado	560	1.860	232,1	560	1.860	232,1	0	0
Batata-inglesa	4.950	7.015	41,7	4.950	7.015	41,7	0	0
Cana-de-açúcar	102.888	111.082	8,0	102.230	109.422	7,0	658	1.660
Cebola	6.175	10.165	64,6	6.175	10.165	64,6	0	0
Feijão total	719.900	627.020	-12,9	616.417	552.770	-10,3	103.483	74.250
Feijão 1ª safra	289.091	299.972	3,8	196.430	225.722	14,9	92.661	74.250
Sequeiro	179.669	167.640	-6,7	91.760	93.751	2,2	87.909	73.889
Irrigado	1.715	2.090	21,9	1.715	2.090	21,9	0	0
Caupi	107.707	130.242	20,9	102.955	129.881	26,2	4.752	361
Feijão 2ª safra	430.809	327.048	-24,1	419.987	327.048	-22,1	10.822	0
Sequeiro	396.851	297.853	-24,9	386.029	297.853	-22,8	10.822	0
Irrigado	8.660	6.460	-25,4	8.660	6.460	-25,4	0	0
Caupi	25.298	22.735	-10,1	25.298	22.735	-10,1	0	0
Fumo	12.437	12.485	0,4	12.437	12.485	0,4	0	0
Mamona	106.254	120.570	13,5	104.115	120.570	15,8	2.139	0
Mandioca	407.939	383.032	-6,1	345.701	360.739	4,4	62.238	22.293
Milho total	786.739	805.718	2,4	713.864	712.895	-0,1	72.875	92.823
Milho 1ª safra	398.910	445.562	11,7	327.433	352.739	7,7	71.477	92.823
Sequeiro	391.770	437.329	11,6	320.293	344.506	7,6	71.477	92.823
Irrigado	7.140	8.233	15,3	7.140	8.233	15,3	0	0
Milho 2ª safra	387.829	360.156	-7,1	386.431	360.156	-6,8	1.398	0
Sequeiro	387.503	359.776	-7,2	386.105	359.776	-6,8	1.398	0
Irrigado	326	380	16,6	326	380	16,6	0	0
Soja	872.600	851.000	-2,5	872.600	851.000	-2,5	0	0
Sorgo granífero	50.051	47.135	-5,8	49.530	47.135	-4,8	521	0
Tomate	5.038	5.621	11,6	4.993	5.621	12,6	45	0
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes								
Banana	83.496	85.807	2,8	79.927	85.632	7,1	3.569	175
Cacau	553.476	596.430	7,8	520.233	540.046	3,8	33.243	56.384
Café	162.975	166.432	2,1	159.326	152.426	-4,3	3.649	14.006
Castanha-de-cajú	27.194	28.380	4,4	26.725	28.221	5,6	469	159
Coco-da-baía	81.467	81.641	0,2	80.724	81.563	1,0	743	78
Guaraná	6.343	6.399	0,9	6.206	6.399	3,1	137	0
Laranja	52.057	53.752	3,3	52.003	53.657	3,2	54	95
Mamão	13.834	16.236	17,4	13.614	16.209	19,1	220	27
Pimenta-do-reino	1.515	1.594	5,2	1.490	1.594	7,0	25	0
Sisal	280.668	286.408	2,0	234.488	270.848	15,5	46.180	15.560
Uva	3.150	4.071	29,2	3.100	4.065	31,1	50	6

Lavouras permanentes

Banana	83.496	85.807	2,8	79.927	85.632	7,1	3.569	175
Cacau	553.476	596.430	7,8	520.233	540.046	3,8	33.243	56.384
Café	162.975	166.432	2,1	159.326	152.426	-4,3	3.649	14.006
Castanha-de-cajú	27.194	28.380	4,4	26.725	28.221	5,6	469	159
Coco-da-baía	81.467	81.641	0,2	80.724	81.563	1,0	743	78
Guaraná	6.343	6.399	0,9	6.206	6.399	3,1	137	0
Laranja	52.057	53.752	3,3	52.003	53.657	3,2	54	95
Mamão	13.834	16.236	17,4	13.614	16.209	19,1	220	27
Pimenta-do-reino	1.515	1.594	5,2	1.490	1.594	7,0	25	0
Sisal	280.668	286.408	2,0	234.488	270.848	15,5	46.180	15.560
Uva	3.150	4.071	29,2	3.100	4.065	31,1	50	6

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2007 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: Ago./2007				%
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³	
Indústria Geral	0,8	1,3	1,2	
Extrativa Mineral	1,7	-0,8	-1,6	
Indústria de Transformação	0,7	1,4	1,4	
Alimentos e bebidas	14,7	12,9	8,7	
Celulose, papel e produtos de papel	-17,3	-6,4	-4,8	
Refino de petróleo e álcool	-0,4	-1,6	0,1	
Produtos químicos	-0,7	1,3	1,0	
Borracha e plástico	14,5	13,4	11,1	
Minerais não metálicos	-1,1	5,4	2,2	
Metalurgia básica	5,6	1,1	1,6	
Veículos automotores	-0,9	-7,3	-7,4	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Ago./2006 – Ago./2007				%
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³	
Agosto	1,3	4,6	4,6	
Setembro	3,3	4,4	4,5	
Outubro	5,0	4,5	4,7	
Novembro	5,0	4,5	5,0	
Dezembro	-7,6	3,4	3,4	
Janeiro	6,8	6,8	3,4	
Fevereiro	0,2	3,7	2,9	
Março	-0,2	2,4	2,3	
Abril	-7,8	-0,2	1,1	
Maiο	0,6	-0,1	0,6	
Junho	2,8	0,4	0,7	
Julho	7,9	1,5	1,4	
Agosto	0,7	1,4	1,4	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Set./2007					%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Jul - Set ⁵	Acumulado no ano ⁶	Acumulado 12 meses ⁷
Rural/Irrigação	3,5	5,6	11,1	11,6	4,8
Residencial	-5,3	4,3	12,1	9,6	9,2
Industrial ¹	-6,4	4,1	6,9	6,7	4,6
Comercial	-4,2	-0,1	8,3	6,7	5,8
Utilidades públicas ²	2,0	2,0	2,5	6,7	7,4
Setor público	9,4	-4,1	1,3	-1,2	-2,4
Concessionária	-2,2	-15,3	-8,6	-9,8	-13,0
Total	-3,0	2,8	8,4	7,7	6,4

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁷ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Ago./2007			
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	9,6	10,1	10,4
Combustíveis e lubrificantes	10,8	6,1	4,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,1	6,5	9,8
Hipermercados e supermercados	5,3	10,9	16,0
Tecidos, vestuário e calçados	20,0	18,5	12,8
Móveis e eletrodomésticos	19,0	18,5	17,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,1	11,6	8,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,0	17,3	-1,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	2,8	-4,1	-4,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	20,7	25,6	22,0
Veículos, motos e peças	22,6	20,1	19,1
Material de construção	0,9	2,2	1,0

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia: Set./2006 – Set./2007						%
Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum.Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum.Ano ³
Setembro 2006	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro	-4,2	-6,3	-8,3	-0,9	4,0	-1,8
Dezembro	-1,5	-9,1	-8,4	1,5	0,5	-1,6
Janeiro	13,0	-3,4	-3,4	9,8	6,8	6,8
Fevereiro	-19,8	5,7	0,5	-19,5	12,0	9,1
Março	7,2	-17,5	-6,1	11,8	-4,5	4,1
Abril	-0,8	6,6	-3,3	-2,2	18,4	7,3
Maio	1,2	-8,6	-4,4	4,1	3,8	6,6
Junho	-8,6	-7,7	-4,9	-7,6	5,3	6,4
Julho	12,7	0,8	-4,1	8,9	11,8	7,1
Agosto	-4,4	-6,7	-4,5	-0,2	4,9	6,9
Setembro 2007	-11,1	-9,9	-5,0	-11,0	2,0	6,3

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Set./2007

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	21,7	20,7	26,3
Desemprego aberto	13,2	12,6	15,8
Desemprego oculto	7,0	1,6	8,5
Participação (PEA/PIA)	61,1	62,0	57,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Set./2007

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3
Dezembro	14,2	13,4	60,9	62,0
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2
Março	14,7	14,5	60,8	61,7
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0
Agosto	13,3	12,5	61,1	61,7
Setembro	13,2	12,6	61,1	62,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Set./2007**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2006	1.765	134,5	1.347	128,8	418	157,1	1.091	119,1	61,8	23,7	3.362
Fevereiro	1.769	134,8	1.348	128,9	421	158,3	1.093	119,3	61,8	23,8	3.368
Março	1.753	133,6	1.320	126,2	433	162,8	1.116	121,8	61,1	24,7	3.374
Abril	1.745	133,0	1.319	126,1	426	160,2	1.130	123,4	60,7	24,4	3.380
Maiο	1.732	132,0	1.309	125,1	423	159,0	1.150	125,5	60,1	24,4	3.386
Junho	1.733	132,1	1.322	126,4	411	154,5	1.154	126,0	60,0	23,7	3.391
Julho	1.742	132,8	1.326	126,8	416	156,4	1.152	125,8	60,2	23,9	3.397
Agosto	1.749	133,3	1.327	126,9	422	158,6	1.151	125,7	60,3	24,1	3.403
Setembro	1.759	134,1	1.346	128,7	413	155,3	1.148	125,3	60,5	23,5	3.409
Outubro	1.769	134,8	1.364	130,4	405	152,3	1.145	125,0	60,7	22,9	3.415
Novembro	1.784	136,0	1.381	132,0	403	151,5	1.136	124,0	61,1	22,6	3.421
Dezembro	1.782	135,8	1.385	132,4	397	149,2	1.145	125,0	60,9	22,3	3.427
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451
Maiο	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469
Agosto	1.821	138,8	1.424	136,1	397	149,2	1.158	126,4	61,1	21,8	3.475
Setembro	1.825	139,1	1.429	136,6	396	148,9	1.162	126,9	61,1	21,7	3.482

Variação mensal

Ago-07/Set-07	0,4	-0,3	0,3	-0,5
----------------------	------------	-------------	------------	-------------

Variação anual

Ago-07/Ago-06	6,2	-4,1	1,2	-7,7
----------------------	------------	-------------	------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

**Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Set./2007**

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2
Dezembro	8,8	5,4	16,5	32,3	27,3	8,7	1,0
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0
Agosto	9,3	5,3	16,8	32,4	26,5	8,8	0,9
Setembro	9,2	5,0	16,3	32,2	27,3	9,1	0,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Set./2007

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maió	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2
Dezembro	63,1	38,0	10,8	14,2	22,4	19,1	3,3	3,7	8,7	2,1
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maió	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5
Agosto	64,3	39,9	10,9	13,5	20,7	17,9	2,8	4,0	8,8	2,2
Setembro	64,1	40,1	10,9	13,0	20,7	17,9	2,8	3,8	9,1	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

**Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Ago./2007****R\$**

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2006	782	427	81,0	888	531	80,2
Fevereiro	790	425	81,8	893	527	80,6
Março	779	422	80,7	900	525	81,3
Abril	776	421	80,4	896	523	80,9
Maio	765	418	79,2	880	520	79,5
Junho	773	426	80,1	885	521	79,9
Julho	776	438	80,4	884	518	79,8
Agosto	790	464	81,9	894	539	80,8
Setembro	787	466	81,5	889	538	80,3
Outubro	782	464	81,0	895	540	80,8
Novembro	786	464	81,4	902	537	81,5
Dezembro	818	481	84,7	924	564	83,4
Janeiro 2007	823	482	85,2	909	547	82,1
Fevereiro	801	476	82,9	885	536	79,9
Março	773	455	80,0	863	525	77,9
Abril	791	465	81,9	887	555	80,1
Maio	816	484	84,5	915	568	82,6
Junho	841	484	87,1	924	556	83,4
Julho	826	484	85,5	910	554	82,2
Agosto	814	490	84,3	905	563	81,7

Varição mensal

Ago-07/Jul-07	-1,5	1,2	-1,5	-0,6	1,6	-0,6
---------------	------	-----	------	------	-----	------

Varição anual

Ago-07/Ago-06	3,0	5,6	3,0	1,2	4,5	1,2
---------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de agosto - 2007

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Ago./2007						R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução					
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo	
Janeiro 2006	301	391	526	808	2.291	
Fevereiro	288	393	520	823	2.300	
Março	266	386	501	809	2.316	
Abril	251	389	480	793	2.334	
Maio	250	407	462	766	2.240	
Junho	268	405	461	763	2.226	
Julho	276	414	473	773	2.218	
Agosto	290	416	492	794	2.267	
Setembro	300	420	515	794	2.202	
Outubro	311	413	501	802	2.145	
Novembro	316	415	504	807	2.154	
Dezembro	303	448	517	848	2.242	
Janeiro 2007	289	449	530	844	2.254	
Fevereiro	270	444	546	823	2.144	
Março	290	414	517	774	2.096	
Abril	316	434	523	787	2.155	
Maio	358	442	498	820	2.223	
Junho	362	441	510	849	2.287	
Julho	350	429	536	837	2.233	
Agosto	362	428	555	824	2.163	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de agosto - 2007.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Ago./2007

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2006	748	1.042	616	735	834	452
Fevereiro	753	1.093	594	723	844	439
Março	749	1.090	548	723	839	442
Abril	732	1.064	552	693	818	445
Maio	714	959	544	710	792	453
Junho	732	961	582	730	810	453
Julho	734	981	580	731	814	436
Agosto	741	1.000	604	729	819	455
Setembro	735	1.002	622	708	810	459
Outubro	735	978	649	697	810	472
Novembro	749	1.029	629	709	828	465
Dezembro	762	1.040	634	731	838	479
Janeiro 2007	768	1.039	622	758	840	487
Fevereiro	749	993	631	739	820	474
Março	732	946	603	733	803	467
Abril	745	944	593	745	818	468
Maio	762	1.000	582	765	834	483
Junho	765	1.040	584	754	844	465
Julho	754	1.046	578	742	827	479
Agosto	757	1.025	590	734	830	485

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de agosto - 2007.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Ago./2007

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2006	159	317	427	844	1.689	317	353	531	956	1.884
Fevereiro	158	316	425	842	1.689	316	359	527	949	1.894
Março	157	314	422	837	1.583	314	356	525	947	1.883
Abril	156	313	421	833	1.649	313	364	523	941	1.875
Maio	155	314	418	828	1.568	314	364	520	937	1.864
Junho	155	362	426	826	1.638	362	364	521	937	1.859
Julho	154	361	438	825	1.652	361	367	518	929	1.834
Agosto	155	361	464	828	1.657	361	377	539	932	1.761
Setembro	155	361	466	828	1.656	361	383	538	931	1.761
Outubro	155	361	464	828	1.650	361	392	540	982	1.856
Novembro	154	360	464	825	1.652	360	391	537	980	1.959
Dezembro	174	359	481	872	1.846	359	399	564	1.026	1.856
Janeiro 2007	182	355	482	893	1.845	355	390	547	1.013	1.850
Fevereiro	177	354	476	871	1.721	354	395	536	992	1.823
Março	165	353	455	811	1.619	353	385	525	937	1.818
Abril	162	354	465	857	1.716	353	403	555	1.009	1.820
Maio	171	353	484	908	1.817	353	403	568	1.011	1.867
Junho	181	382	484	907	1.820	382	403	556	1.008	1.920
Julho	191	382	484	902	1.811	382	397	554	1.003	1.916
Agosto	191	380	490	883	1.800	380	400	563	1.000	1.899

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de agosto - 2007

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan./2006 – Jul./2007

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dezembro	-6.815	-1.290	-1.994	460	-400
2007	46.028	8.764	7.743	6.631	8.330
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Ago/06 – Jul/07	43.624	9.286	2.634	15.531	14.212

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 – Jul./2007

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	14.967	3.450	76	5.919	5.300
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dezembro	-1.495	-242	-1.415	204	-79
2007	15.706	1.663	5.151	2.022	5.994
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maio	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Ago/06 – Jul/07	23.759	3.012	2.682	6.203	10.753

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Jul-Ago/2007 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	870.392.236	870.392.236	133.472.418	15,33	556.842.055	63,98	313.551.311
Receitas Correntes	658.799.139	658.799.139	105.902.172	16,08	416.110.112	63,16	242.690.156
Receita Tributária	201.070.003	201.070.003	30.123.825	14,98	128.406.893	63,86	72.663.110
Receita de Contribuições	371.260.748	371.260.748	59.751.209	16,09	229.450.702	61,80	141.810.046
Receita Patrimonial	43.917.223	43.917.223	5.358.000	12,20	23.209.948	52,85	20.707.275
Receita Agropecuária	26.540	26.540	2.985	11,25	11.157	42,04	15.383
Receita Industrial	687.611	687.611	42.757	6,22	184.882	26,89	502.729
Receita de Serviços	25.941.510	25.941.510	6.158.750	23,74	19.393.915	74,76	6.547.595
Transferências Correntes	327.559	327.559	22.880	6,99	98.455	30,06	229.104
Receitas Correntes A Classificar	-	-	(598)	-	1.130	-	(1.130)
Outras Receitas Correntes	15.567.944	15.567.944	4.441.766	28,53	15.353.030	98,62	214.914
Receitas de Capital	211.593.097	211.593.097	27.570.246	13,03	140.731.943	66,51	70.861.154
Operações de Crédito	155.080.999	155.080.999	19.516.620	12,58	106.685.044	68,79	48.395.956
Alienação de Bens	2.405.529	2.405.529	102.709	4,27	571.549	23,76	1.833.980
Amortizações de Empréstimos	20.547.145	20.547.145	3.157.610	15,37	15.726.186	76,54	4.820.959
Transferências de Capital	88.069	88.069	10.288	11,68	450.865	511,95	(362.796)
Outras Receitas de Capital	33.471.355	33.471.355	4.783.019	14,29	17.298.298	51,68	16.173.057

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Jul-Ago/ 2007 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	0	0	1.255.614	0	5.021.038	-	(5.021.038)
Receitas Correntes	0	0	1.255.614	0	5.021.038	-	(5.021.038)
Receita Tributária	0	0	24	0	4	-	(4)
Receita de Contribuições	0	0	1.219.326	0	4.883.645	-	(4.883.645)
Receita Patrimonial	0	0	159	0	34.186	-	(34.186)
Receita Industrial	0	0	22.481	0	78.154	-	(78.154)
Receita de Serviços	0	0	9.723	0	21.758	-	(21.758)
Outras Receitas Correntes	0	0	3.900	0	3.291	-	(3.291)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	870.392.236	870.392.236	134.728.032	15,48	561.863.093	64,55	308.530.273
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	655.751.150	655.751.150	40.827.035	6,23	270.963.102	41,32	384.788.049
Operações de Crédito Internas	655.751.150	655.751.150	40.827.035	6,23	264.670.850	40,36	391.080.300
Mobiliária	655.751.150	655.751.150	40.827.035	6,23	264.670.850	40,36	391.080.300
Operações de Crédito Externas	0	0	0	-	6.292.252	-	(6.292.252)
Mobiliária	0	0	0	-	6.292.252	-	(6.292.252)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	1.526.143.386	1.526.143.386	175.555.066	11,50	832.826.195	54,57	693.318.321
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.526.143.386	1.526.143.386	175.555.066	11,50	832.826.195	54,57	693.318.321
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	7.033.386	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007
R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Jul-Ago/2007 (d)	Até o bimestre (e)	Fev-Mar/2007 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	857.984.108	20.158.688	878.142.796	56.410.015	691.025.463	117.470.514	487.490.309	55,5	390.652.488
Despesas Correntes	698.034.333	3.894.643	701.928.975	49.670.919	576.209.472	111.561.573	422.215.304	60,2	279.713.672
Pessoal e Encargos Sociais	118.642.564	33.508	118.676.072	6.398.301	101.891.060	17.664.222	74.214.265	62,5	44.461.808
Juros e Encargos da Dívida	165.867.305	779	165.868.084	(4.223.431)	160.499.763	27.709.568	103.890.897	62,6	61.977.187
Outras Despesas Correntes	413.524.464	3.860.356	417.384.820	7.496.049	313.818.649	66.187.784	244.110.142	58,5	173.274.677
Transf.a Estados, DF e Municípios	139.444.763	2.232.758	141.677.520	5.054.537	133.137.567	10.445.956	83.997.753	59,3	57.679.767
Benefícios Previdenciários	176.660.159	135.100	176.795.259	27.843.967	108.342.474	28.112.761	108.339.555	61,3	68.455.704
Demais Despesas Correntes	97.419.542	1.492.498	98.912.040	4.597.545	72.338.608	27.629.067	51.772.834	52,3	47.139.206
Despesas de Capital	134.241.222	16.793.045	151.034.268	6.739.096	114.815.991	5.908.941	65.275.005	43,2	85.759.263
Investimentos	27.325.722	8.681.442	36.007.164	4.275.247	10.216.556	1.478.464	2.736.689	7,6	33.270.475
Inversões Financeiras	31.501.422	5.585.382	37.086.804	1.762.365	28.006.333	3.917.685	17.626.296	47,5	19.460.508
Amortização da Dívida	75.414.078	2.526.221	77.940.299	701.484	76.593.102	512.793	44.912.020	57,6	33.028.279
Reserva de Contingência	25.708.553	(529.000)	25.179.553	-	-	-	-	-	25.179.553
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	10.757.619	18.960	10.776.579	531.448	9.087.902	1.475.926	5.964.509	55,3	4.812.070
Despesas Correntes	9.808.211	19.010	9.827.221	528.981	8.154.378	1.406.871	5.562.521	56,6	4.264.700
Pessoal e Encargos Sociais	9.423.051	19.001	9.442.053	468.820	7.844.937	1.322.205	5.345.580	56,6	4.096.472
Outras Despesas Correntes	385.160	8	385.168	60.161	309.441	84.666	216.941	56,3	168.227
Despesas de Capital	949.408	(50)	949.358	2.467	933.524	69.055	401.988	42,3	547.370
Investimentos	9.165	(50)	9.115	475	1.718	387	861	9,4	8.254
Inversões Financeiras	940.243	0	940.243	1.992	931.806	68.668	401.127	42,7	539.116
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	868.741.728	20.177.647	888.919.375	56.941.464	700.113.365	118.946.440	493.454.817	55,5	395.464.558
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	657.401.358	0	657.401.358	-	655.751.150	79.269.292	272.527.544	41,5	384.873.814
Amortização da Dívida Interna	626.941.201	0	626.941.201	-	626.941.201	74.752.635	259.154.671	41,3	367.786.530
Dívida Mobiliária	626.940.198	0	626.940.198	-	626.940.198	74.752.479	259.154.053	41,3	367.786.145
Outras Dívidas	1.003	0	1.003	-	1.003	156	618	61,6	385
Amortização da Dívida Externa	30.460.157	0	30.460.157	-	28.809.949	4.516.657	13.372.873	43,9	17.087.284
Dívida Mobiliária	27.914.234	0	27.914.234	-	27.914.234	4.419.473	13.090.563	46,9	14.823.671
Outras Dívidas	2.545.923	0	2.545.923	-	895.715	97.184	282.310	11,1	2.263.613
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.526.143.086	20.177.647	1.546.320.733	56.941.464	1.355.864.516	198.215.732	765.982.361	49,5	780.338.372
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	66.843.833	-	-
Total XIV = (XII + XIII)	1.526.143.086	20.177.647	1.546.320.733	56.941.464	1.355.864.516	198.215.732	832.826.195	-	780.338.372

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jul/Ago (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	16.124.693	16.182.380	2.560.003	15,82	9.877.123	61,04	6.305.257
Receitas Correntes	15.296.930	15.345.556	2.505.827	16,33	9.722.747	63,36	5.622.808
Receita Tributária	8.902.354	8.899.266	1.605.628	18,04	6.098.722	68,53	2.800.545
Impostos	8.623.646	8.620.558	1.547.774	17,95	5.903.844	68,49	2.716.714
Taxas	278.709	278.709	57.854	20,76	194.878	69,92	83.831
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	891.856	891.856	146.613	16,44	559.442	62,73	332.414
Contribuições Sociais	891.856	891.856	146.613	16,44	559.442	62,73	332.414
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	265.443	265.712	22.472	8,46	89.028	33,51	176.683
Receitas Imobiliárias	11.257	11.257	3.048	27,08	9.188	81,62	2.069
Receitas de Valores Mobiliários	245.456	245.725	18.901	7,69	76.399	31,09	169.326
Receitas de Concessões e Permissões	4.200	4.200	431	10,27	2.416	57,52	1.784
Outras Receitas Patrimoniais	4.529	4.529	92	2,02	1.025	22,63	3.504
Receita Agropecuária	1.520	1.520	20	1,33	26	1,70	1.494
Receita da Produção Vegetal	10	10	12	120,00	12	120,00	(2)
Receita da Produção Animal e Derivados	1.187	1.187	8	0,67	14	1,18	1.173
Outras Receitas Agropecuárias	323	323	-	-	-	-	323
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	78.245	79.683	8.640	10,84	32.434	40,70	47.249
Receita de Serviços	78.245	79.683	8.640	10,84	32.434	40,70	47.249
Transferências Correntes	5.794.921	5.802.036	898.151	15,48	3.726.596	64,23	2.075.440
Transferências Intergovernamentais	5.598.482	5.601.570	884.710	15,79	3.688.659	65,85	1.912.911
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.220	1.220	2	0,16	71	5,82	1.149
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	195.219	199.246	13.438	6,74	37.866	19,00	161.380
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	967.555	1.010.446	94.023	9,31	298.643	29,56	711.803
Multas e Juros de Mora	137.456	137.456	19.022	13,84	57.823	42,07	79.633
Indenizações e Restituições	69.749	69.749	2.057	2,95	7.540	10,81	62.209
Receita da Dívida Ativa	8.037	8.037	3.048	37,93	5.416	67,39	2.621
Receitas Diversas	752.313	795.204	69.896	8,79	227.864	28,65	567.339
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.605.063)	(1.605.063)	(269.720)	16,80	(1.082.143)	67,42	(522.920)
Receitas de Capital	827.763	836.823	54.176	6,47	154.375	18,45	682.448
Operações de Crédito	433.130	433.130	40.513	9,35	114.191	26,36	318.939

Continua...

**Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007**
R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jul/Ago (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	199.701	199.701	27.611	13,83	69.311	34,71	130.390
Operações de Crédito Externas	233.429	233.429	12.902	5,53	44.880	19,23	188.549
Alienação de Bens	175.287	176.187	1.617	0,92	1.870	1,06	174.317
Alienação de Bens Móveis	172.281	172.281	690	0,40	690	0,40	171.590
Alienação de Bens Imóveis	3.007	3.907	927	23,74	1.180	30,21	2.726
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	432	11,18	1.963	50,80	1.900
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	432	11,18	1.963	50,80	1.900
Transferências de Capital	215.473	223.633	11.614	5,19	36.351	16,25	187.282
Transferências Intergovernamentais	23.428	23.428	-	-	239	1,02	23.189
Transferências de Instituições Privadas	88	88	-	-	-	-	88
Transferências do Exterior	583	583	-	-	739	126,76	(156)
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	191.373	199.534	11.614	5,82	35.374	17,73	164.160
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	10	10	-	-	-	-	10
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10	10	-	-	-	-	10
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.150.564	1.150.564	167.341	14,54	637.688	55,42	512.876
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	17.275.257	17.332.944	2.727.344	15,74	10.514.811	60,66	6.818.133
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V)=(III+IV)	17.275.257	17.332.944	2.727.344	15,74	10.514.811	60,66	6.818.133
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)= (V+VI)	17.275.257	17.332.944	2.727.344	15,74	10.514.811	60,66	6.818.133
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	43.686	-	-

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jul-Ago (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.150.564	1.150.564	167.341	14,54	637.688	55,42	512.876
Receita de Contribuições	1.150.564	1.150.564	167.341	14,54	637.688	55,42	512.876
Contribuições Sociais	1.150.564	1.150.564	167.341	14,54	637.688	55,42	512.876
Total	1.150.564	1.150.564	167.341	14,54	637.688	55,42	512.876

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço orçamentário - Despesa**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan – Ago/2007****R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f) = d + e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo (f-i)
				Bim. Jul-Ago (g)	No exercício (h)	Bim. Jul-Ago (i)	No exercício (j)	
Despesas(exceto intra-orçamentárias) (I)	16.280.571	54.257	16.334.828	2.582.992	9.584.800	2.520.705	9.389.252	6.945.576
Despesas Correntes	13.690.807	56.519	3.747.327	2.239.248	8.343.850	2.198.137	8.188.484	5.558.842
Pessoal e Encargos Sociais	7.116.688	11.206	7.127.894	1.150.197	4.416.147	1.151.401	4.410.336	2.717.559
Juros e Encargos da Dívida	671.845	(52.563)	619.282	97.228	356.023	97.228	356.023	263.259
Outras Despesas Correntes	5.902.274	97.876	6.000.150	991.824	3.571.680	949.508	3.422.125	2.578.025
Transferências a Municípios	2.419.486	(65.339)	2.354.147	410.133	1.556.027	410.133	1.556.027	798.120
Demais Despesas Correntes	3.482.788	163.215	3.646.003	581.690	2.015.653	539.375	1.866.099	1.779.905
Despesas de Capital	2.572.753	671	2.573.424	343.744	1.240.950	322.568	1.200.768	1.372.656
Investimentos	1.373.772	21.167	1.394.940	125.135	347.709	104.342	308.031	1.086.909
Inversões Financeiras	120.428	9.057	129.485	11.536	64.218	11.153	63.714	65.771
Amortização da Dívida	1.078.553	(29.554)	1.048.999	207.073	829.023	207.073	829.023	219.977
Reserva de Contingência	17.010	(2.933)	14.077	-	-	-	-	14.077
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	994.687	3.429	998.116	166.602	629.962	170.127	628.974	369.142
Subtotal das Despesas (III) = (I + II)	17.275.257	57.687	17.332.944	2.749.594	10.214.762	2.690.832	10.018.226	7.314.718
Amortização da Dívida/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	17.275.257	57.687	-	2.749.594	10.214.762	2.690.832	10.018.226	7.314.718
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	496.585	-
Total (VII) = (V + VI)	17.275.257	57.687	17.332.944	2.749.594	10.214.762	2.690.832	10.514.811	7.314.718

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f) = d + e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo a liquidar (f-i)
				Bim. Jul-Ago (g)	No exercício (h)	Bim. Jul-Ago (i)	No exercício (j)	
Despesas Correntes	994.687	3.429	998.116	166.602	629.962	170.127	628.974	369.142
Pessoal e Encargos Sociais	994.687	3.429	998.116	166.602	629.962	170.127	628.974	369.142
Total	994.687	3.429	998.116	166.602	629.962	170.127	628.974	369.142

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan./2006 – Ago./2007

R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	617.773	686.829	52.834	54.915	670.607	741.744
Fevereiro	601.436	658.719	78.254	88.980	679.690	747.699
Março	567.745	613.636	58.047	73.067	625.792	686.703
Abril	601.722	684.917	59.602	71.947	661.324	756.864
Maio	551.866	652.214	87.458	120.539	639.324	772.753
Junho	597.869	689.535	82.583	97.797	680.452	787.332
Julho	606.423	678.286	91.280	102.972	697.703	781.258
Agosto	637.657	712.421	95.985	111.949	733.642	824.370
Setembro	785.574		76.935		862.509	
Outubro	770.089		82.240		852.329	
Novembro	661.459		57.267		718.726	
Dezembro	692.060		104.665		796.725	
Total	7.691.673		927.150		8.618.823	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan./2006 – Ago./2007

R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	657.212	706.039	56.207	56.451	713.419	762.490
Fevereiro	640.201	675.571	83.298	91.256	723.499	766.828
Março	607.071	627.963	62.068	74.773	669.138	702.736
Abril	643.254	699.957	63.716	73.527	706.970	773.484
Maio	587.752	665.494	93.145	122.993	680.897	788.487
Junho	632.535	701.743	87.371	99.528	719.906	801.271
Julho	640.495	687.728	96.409	104.405	736.904	792.134
Agosto	670.738	712.421	100.965	111.949	771.703	824.370
Setembro	824.358		80.733		905.091	
Outubro	801.644		85.610		887.254	
Novembro	684.661		59.276		743.936	
Dezembro	714.453		108.052		822.505	
Total	8.104.373		976.848		9.081.221	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de Agosto/07 pelo IGP-DI/FGV

MUNICÍPIO

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago/2007 (b)	% b/a	Jan-Ago/2007 (c)	% c/a	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	2.306.648	2.306.648	335.472	14,5	1.361.825	59,0	945.905
Receitas Correntes	2.302.833	2.302.833	350.701	15,2	1.402.034	60,9	901.881
Receita Tributária	699.587	699.587	102.771	14,7	463.285	66,2	237.384
Impostos	599.144	599.144	90.648	15,1	392.438	65,5	206.706
Taxas	100.443	100.443	11.835	11,8	69.764	69,5	30.679
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	289	-	1.082	-	(1.082)
Receita de Contribuições	104.196	104.196	13.153	12,6	50.950	48,9	53.246
Contribuições Sociais	49.396	49.396	4.812	9,7	18.275	37,0	31.121
Contribuições Econômicas	54.800	54.800	8.341	15,2	32.675	59,6	22.125
Receita Patrimonial	42.341	42.341	5.937	14,0	23.830	56,3	18.511
Receitas Imobiliárias	1.718	1.718	247	14,4	809	47,1	909
Receitas de Valores Mobiliários	10.921	10.921	2.525	23,1	10.191	93,3	730
Receitas de Concessões e Permissões	17.624	17.624	3.165	18,0	12.830	72,8	4.794
Outras Receitas Patrimoniais	12.078	12.078	-	-	-	-	12.078
Receita Industrial	1.370	1.370	68	5,0	439	32,0	931
Receita da Indústria de Construção	1.370	1.370	68	5,0	439	32,0	931
Receita de Serviços	13.461	13.461	460	3,4	3.016	22,4	10.445
Receita de Serviços	13.461	13.461	460	3,4	3.016	22,4	10.445
Transferências Correntes	1.327.250	1.327.250	207.038	15,6	784.910	59,1	542.340
Transf. Intergovernamentais	1.266.805	1.266.805	205.223	16,2	775.205	61,2	491.600
Transf. do Exterior	1.445	1.445	0	-	1.524	105,5	(79)
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Pessoas	-	-	1	-	6	-	(6)
Transferências de Convênios	59.000	59.000	1.815	3,1	8.175	13,9	50.825
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	114.628	114.628	21.273	18,6	75.604	66,0	39.024
Multas e Juros de Mora	47.623	47.623	13.714	28,8	41.555	87,3	6.068
Indenizações e Restituições	5.454	5.454	539	9,9	3.001	55,0	2.453
Receita da Dívida Ativa	56.163	56.163	5.901	10,5	26.589	47,3	29.574
Receitas Diversas	5.388	5.388	1.119	20,8	4.459	82,8	929
Receitas de Capital	91.306	91.306	(865)	(0,9)	16.216	17,8	75.090
Operações de Crédito	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Operações de Crédito Internas	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Alienação de Bens	83	83	-	-	57	68,4	26
Alienação de Bens Móveis	83	83	-	-	57	68,4	26

Continua...

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Ago./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago/2007 (b)	% b/a	Jan-Ago/2007 (c)	% c/a	
Transferências de Capital	77.350	77.350	(865)	(1,1)	16.160	20,9	61.190
Transf. Intergovernamentais	3.413	3.413	-	-	-	-	3.413
Transferências de Convênios	73.937	73.937	(865)	(1,2)	16.160	21,9	57.777
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Dedução da Receita Corrente	(87.491)	(87.491)	(14.365)	16,4	(56.425)	64,5	(31.066)
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	6.426	6.426	381	5,9	758	11,8	5.668
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2.313.074	2.313.074	335.852	14,5	1.362.583	58,9	951.574
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	2.313.074	2.313.074	335.852	14,5	1.362.583	58,9	951.574
Saldos dos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

							R\$ 1.000
Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago/2007 (b)	% b/a	Jan-Ago/2007 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	6.426	6.426	381	5,93	758	11,79	5.668
Receita de Serviços	6.426	6.426	381	5,93	758	11,79	5.668
Total	6.426	6.426	381	5,93	758	11,79	5.668

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan. – Ago./2007									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago/ 2007 (d)	Jan-Ago/ 2007 (e)	Jul-Ago/ 2007 (f)	Jan-Ago/ 2007 (g)	% (g/c)	
Despesas (exceto intra-orçamen- tária)(I)	2.306.648	9.919	2.316.567	215.079	1.848.336	341.206	1.285.147	55,5	1.031.420
Despesas Correntes	2.045.616	10.099	2.055.715	203.772	1.720.650	310.424	1.190.384	57,9	865.331
Pessoal e Encargos Sociais	657.394	10.022	667.416	76.392	601.574	112.888	423.597	63,5	243.819
Juros e Encargos da Dívida	85.880	(2.053)	83.827	30.131	79.440	11.910	46.869	55,9	36.958
Outras Despesas Correntes	1.302.342	2.130	1.304.472	97.249	1.039.636	185.625	719.918	55,2	584.553
Despesas de Capital	259.032	1.820	260.852	11.307	127.686	30.782	94.763	36,3	166.089
Investimentos	172.283	(3.148)	169.135	1.210	36.839	6.115	22.159	13,1	146.976
Inversões Financeiras	4.200	-	4.200	-	3.980	894	2.643	62,9	1.557
Amortização da Dívida	82.549	4.968	87.517	10.097	86.866	23.773	69.961	79,9	17.556
Reserva de Contingência	2.000	(2.000)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	6.426	(1.050)	5.376	695	1.608	61	768	14,3	4.608
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	2.313.074	8.869	2.321.943	215.774	1.849.943	341.267	1.285.915	55,4	1.036.028
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	76.668	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.313.074	8.869	2.321.943	215.774	1.849.943	341.267	1.362.583	25,6	1.036.028

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

R\$ 1.000									
Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago/2007 (d)	Jan-Ago/2007 (e)	Jul-Ago/2007 (f)	Jan-Ago/2007 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	4.926	(550)	4.376	580	1.286	32	635	14,5	3.741
Outras Despesas Correntes	4.926	(550)	4.376	580	1.286	32	635	14,5	3.741
Despesas de Capital	1.500	(500)	1.000	115	322	30	133	13,3	867
Investimentos	1500	(500)	1.000	115	322	30	133	13,3	867
Total	6.426	(1.050)	5.376	695	1.608	61	768	14,3	4.608

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)



Eles já publicaram. E você?

A C&P quer seu ponto de vista sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil. Envie seu artigo para nosso conselho editorial e garanta seu lugar.

Acesse: www.sei.ba.gov.br